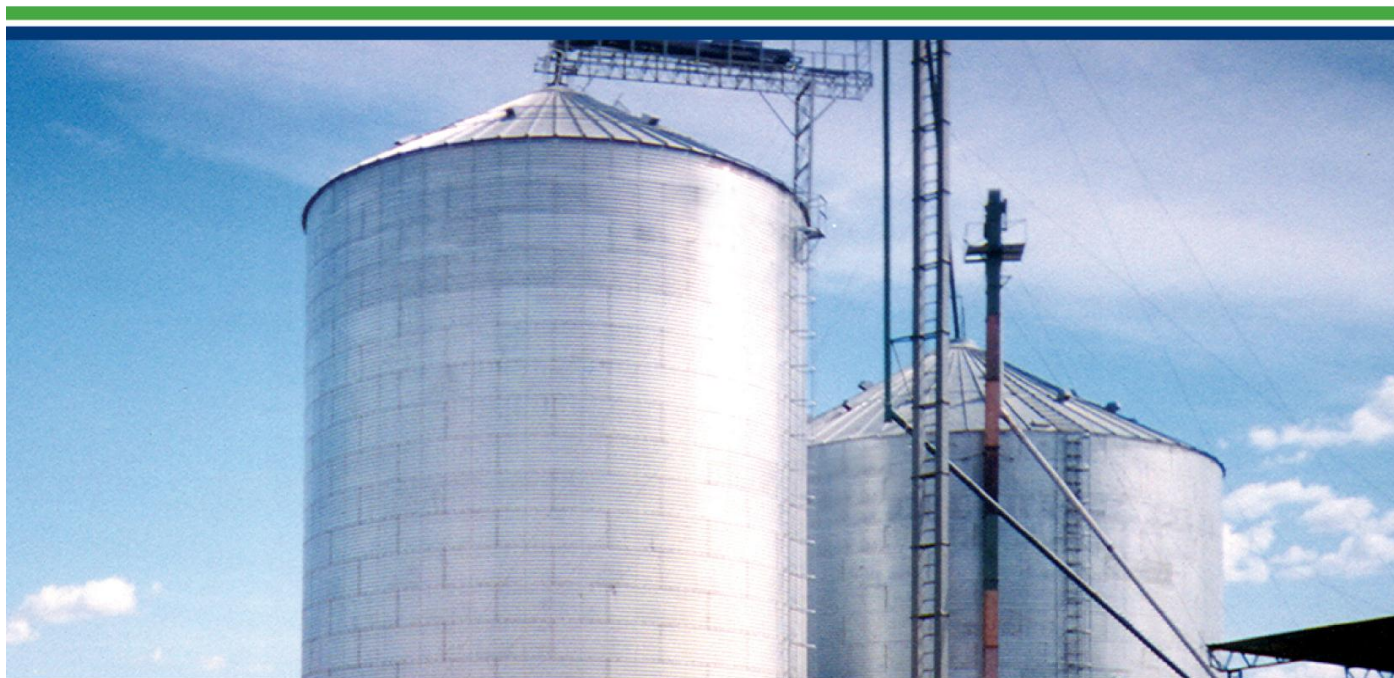




Relatório de Gestão do Exercício de 2011



Fortaleza, 2012

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
MENDES RIBEIRO FILHO

Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO ó CONAB
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ó CONAD

JOSÉ CARLOS VAZ

Presidente

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS

JOSÉ CARLOS VAZ

JOSÉ GERARDO FONTELLES

EDILSON GUIMARÃES

CARLOS CARBONI

Membros

CONSELHO FISCAL ó CONFIS

FRANCISCO WAYNE MOREIRA - Presidente

RENATA LIMA DE CARVALHO

GUSTAVO PEREIRA DA SILVA FILHO

Membros

DIRETORIA COLEGIADA

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS

Presidente

SILVIO ISOPO PORTO

Diretoria de Política Agrícola e Informações - DIPAI

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização - DIGEP

JOÃO CARLOS BONA GARCIA

Diretoria Administrativa e Financeira - DIAFI

MARCELO DE ARAÚJO DE MELO

Diretoria de Operações e Abastecimento ó DIRAB

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO CEARÁ

FRANCISCO AGENOR PEREIRA

Superintendente

MARCELINO VIANA DA SILVA FILHO

Gerencia Financeira e Administrativa - GEFAD

JOSÉ BEZERRA DA SILVA

Gerencia de Operações - GEOPE

DAVI AZIM FILHO

Gerencia de Desenvolvimento e Suporte Estratégico - GEDES

Reginaldo Martins de Oliveira

Francisco Alderico de Sousa

José Galdino Rabelo

Rafael Elias Ramos

Marcos Alverne Falcão de Albuquerque

Elaboração

Superintendência Regional do Ceará

Rua Antônio Pompeu, 555 - Centro - **CEP:** 60040-0000

Relatório de Gestão do Exercício de 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63/2010, da DN 108/2010, da Portaria TCU n.º 123/2011 e das orientações da Controladoria-Geral da União contidas na NE n.º 03/2010, aprovadas pela Portaria CGU n.º 2.546/2010.

Fortaleza, maio / 2012

Missão

Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.

Visão de Futuro

Ser reconhecida pela excelência no exercício de seu papel institucional e na execução dos serviços prestados.

Princípios e Valores

Ética, transparência, integração, comprometimento e equidade.

LISTA DE SIGLAS

ASO	Atestado de Saúde Ocupacional
AGF	Aquisições do Governo Federal
CAMEX	Câmara de Comércio Exterior
CFP	Companhia de Financiamento da Produção
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CGU	Controladoria Geral da União
DIAFI	Diretoria de Administração e Finanças
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DIRAD	Diretoria Administrativa
DIRAB	Diretoria de Operações e Abastecimento
DIPAI	Diretoria de Política Agrícola e Informações
DIFIN	Diretoria Financeira
DIGEP	Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização
GEVEP	Gerência de Avaliação e Vistoria dos Estoques Privados
GECAD	Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns
GECAP	Gerência de Capacitação e Desenvolvimento
GEDES	Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico
GEOPE	Gerência de Operações
GEFAD	Gerência de Finanças e Administração
LOA	Lei do Orçamento Anual
LFT	Letras Financeiras do Tesouro
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministérios do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MI	Ministério da Integração
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PGPM	Política de Garantia do Preço Mínimo
PEP	Prêmio de Escoamento de Produto
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PRESI	Presidência
PROHORT	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PRORE	Procuradoria Regional
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REFAP	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
SEDEM	Sector de Desenvolvimento Empresarial
SEGEO	Sector de Apoio à Logística e Gestão de Oferta
SEOPE	Sector de Operações de Estoques
SECOM	Sector de Operações Comerciais
SEPAB	Sector de Programas Institucionais de Abastecimento
SEREH	Sector de Recursos Humanos
SECOF	Sector Contábil e Financeiro
SIAFI	Sistema Integrado de Administração e Financeiro do Governo Federal
SPA	Secretaria de Política Agrária
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar
SINAC	Sistema Nacional de Comercialização
SUARM	Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques
FIS	Superintendência de Fiscalização de Estoques

SUMOC	Superintendência de Modernização e Capacitação
SUREH	Superintendência de Recursos Humanos
REG/CE	Superintendência Regional do Ceará
TPF	Tabela de Participação Financeira
TCU	Tribunal de Contas da União
VEP	Venda para o Escoamento da Produção

LISTA DE QUADROS

Quadro	Título	Pág
I	Identificação da Unidade	
II	Principais Responsáveis	
III	Aquisições por meio da CPR-Estoque	
IV	Aquisições por meio da CPR-Doação	
V	Demonstrativo de Pagamento de Subvenção da PGPBio	
VI	Demonstrativo de Vendas em Balcão	
VII	Demonstrativo de Vendas pela REFAP	
VIII	Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional - MDS	
IX	Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional ó MI	
X	Demonstrativo da Distribuição de Alimentos	
XI	Demonstrativo da Distribuição de Feijão	
XII	Demonstrativo de Varejistas Filiados a REFAP	
XIII	Mercados Integrados na Base de Dados	
XIV	Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias	
XV	Fatura Total com Serviços de Armazenagem	
XVI	Demonstrativo do Resultado do Exercício	
XVII	Estoques de Terceiros	
XVIII	Demonstrativo da Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns	
XIX	Investimentos Realizados na Rede Armazenadora Própria	
XX	Cronograma de Investimentos para Certificação das Unidades Armazenadoras	
XXI	Investimentos por Unidade Armazenadora	
XXII	Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias	
XXIII	Estoques Fiscalizados	
XXIV	Demonstrativo de Perdas Qualitativas e Quantitativas dos Estoques Públicos	
XXV	Demonstrativo de Ocorrência de Irregularidade nas Unidades Armazenadoras	
XXVI	Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDS	
XXVII	Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias - Produtos Agropecuários	
XXVIII	Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias - Outros Produtos	
XXIX	Demonstrativo de Ocorrência de Irregularidades nas Unidades Armazenadoras	
XXX	Séries de Custos de Produção	
XXXI	Demonstrativo da Área e da Produção Agrícola ó Safras 2010/2011 e 2011/2012	
XXXII	Balanco de Oferta e Demanda	
XXXIII	Demonstrativo da Área Cultivada e Produção de Cana de Açúcar	
XXXIV	Estimativa de Produção de Açúcar e Etanol	
XXXV	Treinamento, por Área de Conhecimento	
XXXIV	Indicadores de Capacitação	
XXXVII	Avaliação dos Treinamentos	
XXXVIII	Avaliação dos Treinandos	
XXXIX	Composição do Quadro de Pessoal, por Situação Funcional	
XL	Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual ó Situação Apurada em 31/12/2011	
XLI	Demonstrativo por Nível de Enquadramento	
XLII	Demonstrativo por Nível de Escolaridade	
XLIII	Situação que Reduzem a Força de Trabalho da UJ	
XLIV	Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária	
XLV	Composição do Quadro de Estagiários	

Quadro	Título	Pág
XLVI	Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011	
XLVII	Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva	
XLVIII	Número de Vigilantes na Sede e por Unidade Armazenador	
XLIX	Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	
L	Variações na Execução das Diversas Ações Orçamentárias	
LI	Execução Orçamentária e Física das Ações Realizadas pela UJ	
LII	Demonstrativo da Execução Física e Financeira do SAS	
LIII	Demonstrativo da Execução Financeira e Orçamentária ó Exames Periódicos	
LIV	Demonstrativo da Execução Financeira e Orçamentária ó Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	
LV	Demonstrativo da Execução Financeira e Orçamentária ó Auxílio Transporte dos Servidores e Empregados	
LVI	Demonstrativo da Execução Financeira e Orçamentária ó Capacitação de Servidores Públicos Federais	
LVII	Demonstrativo da Execução Financeira e Orçamentária ó Sentença Judicial Transitada em Julgada	
LVIII	Demonstrativo da Execução Financeira e Orçamentária ó Fiscalização de Estoques e das Operações de Garantia de Sustentação de Preços	
LIX	Demonstrativo da Execução Financeira e Orçamentária ó Formação de Estoques	
LX	Demonstrativo da Execução Financeira e Orçamentária ó Administração do Programa	
LXI	Demonstrativo da Execução Financeira e Orçamentária ó Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	
LXII	Demonstrativo da Execução Financeira e Orçamentária ó Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	
LXIII	Demonstrativo das Inscrições em Restos a Pagar	
LXIV	Balanço Patrimonial	
LXV	Mutações do Patrimônio Líquido	
LXVI	Demonstração do Valor Adicionado	
LXVII	Composição dos Investimentos da Empresa	
LXVIII	Gestão do Patrimônio Imobiliário	
LXIX	Demonstração do Valor Adicionado	
LXX	Estrutura de Controles Internos da UJ	

LISTA DE FIGURAS

Quadro	Título	Pág
I	Estrutura Organizacional	
II	Mapa Estratégico Corporativo	
III	Macroprocesso de Sustentação da Renda	
IV	Macroprocesso de Promoção do Abastecimento	
V	Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento	
VI	Macroprocesso de Atendimento a Parceiros	
VII	Macroprocesso de Prestação de Serviços	
VIII	Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos	
IX	Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos	
X	Evolução dos Recursos Aplicados pela Conab no PAA	
XI	Tela Principal do Sítio Ceasa	
XII	Tela de Pesquisa do Sítio Ceasa	
XIII	Evolução dos Estoques Armazenados, por Propriedade	
XIV	Evolução da Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros	
XV	Evolução do Índice de Ocupação	
XVI	Capacidade Estática Nacional	
XVII	Remoções, por Vínculo do Produto	
XVIII	Remoção, Motivo Gerador	
XIX	Remoções, por Produto	
XX	Evolução do Número de Séries de Custo de Produção Produzidas	
XXI	Evolução do Número de Empregados	

Sumário

Missão.....	4
Lista de Siglas.....	5/6
Lista de Quadros e Figuras.....	7/8
Lista de Figuras.....	9
Apresentação.....	13
1 ó Informações Básicas.....	14
1 ó Identificação da UJ.....	14/15
1.1.3 ó Estrutura Organizacional.....	16
1.1.4 ó Estrutura de Governança Corporativa.....	16/17
1.1.5 ó Principais Responsáveis.....	18/34
1.2 ó Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos.....	35
1.2.1 ó Planejamento Estratégico.....	35/37
1.2.2 ó Breve Análise dos Principais Macroprocessos.....	37
1.2.2.1 ó Macroprocesso de Sustentação da Renda.....	37
1.2.2.2 ó Macroprocesso de Promoção do Abastecimento.....	38
1.2.2.3 ó Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento.....	38/39
1.2.2.4 ó Macroprocesso de Atendimento a Parceiros.....	39
1.2.2.5 ó Macroprocesso de Prestação de Serviços.....	40
1.2.2.6 ó Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos.....	40/41
1.2.2.7 ó Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informação e Conhecimentos.....	41/42
2 ó Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão.....	42
2.1 ó Análise sobre o Ambiente de Gestão.....	42
2.2 ó Análise sobre o Ambiente de Negócios.....	42/43
3 ó Sustentação de Renda.....	43
3.1 ó Conjuntura dos Principais Produtos Amparados pela PGPM.....	43
3.2 ó Intervenções Governamentais.....	43
3.2.1 ó Formação de Estoques Públicos.....	43
3.2.1.1 ó Programa de Aquisição de Alimentos.....	43
3.2.2.1 ó Aquisição do Governo Federal - AGF.....	43
3.3.2.2 ó Contrato Público de Opção de Venda.....	43
3.3.2.2 ó Concessão de Prêmios para Escoamento da Produção.....	43
3.3.2.3 ó Prêmio para o Escoamento do Produto ó PEP.....	44
3.3.2.4 ó Prêmio Equalizador Pago ao Produtor ó PEPRO.....	44
3.4 ó Programa de Aquisição de Alimentos.....	44/49
4 ó Promoção do Abastecimento.....	49/50
4.2 ó Vendas dos Estoques Públicos.....	50
4.2.1 ó Vendas em Leilões Públicos.....	51
4.2.2 ó Venda para Escoamento do Produto-VEP.....	51
4.2.3 ó Vendas em Balcão.....	51/54
4.2.4 ó REFAP.....	54/55
4.3 ó Doação de Produtos Alimentícios.....	55/57
5 ó Articulação e Organização do Abastecimento.....	57/58
5.1 ó Prohort.....	58/60
5.2 ó REFAP.....	60/62
5.3 ó Principais Indicadores de Desempenho.....	62
6 ó Prestação de Serviços.....	62
6.1 ó Serviços de Armazenagem de Produtos de Terceiros.....	62/64
6.2 ó Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros.....	64
6.3 ó Demonstrativo do Resultado da Armazenagem.....	65/67
7 ó Administração de Estoques Públicos.....	67
7.1 ó Rede Armazenadora.....	67

7.1.1	ó Rede Armazenadora Própria.....	67/71
7.1.2	ó Estoques Depositados nas Unidades Próprias.....	71
7.1.3	ó Estoques Depositados nas Unidades de Terceiros.....	71
7.1.4	ó Oferta Nacional de Armazenagem.....	71/73
7.1.5	ó Capacitação de Mão de Obra do Setor Armazenador.....	73
7.2	ó Fiscalização dos Estoques Públicos.....	73
7.2.1	ó Quadro de Fiscais.....	74
7.2.2	ó Operações de Garantias e Sustentação de Renda.....	75
7.2.3	ó Avaliação Física e Geral dos Armazéns.....	75
7.2.4	ó Descredenciamento de Armazéns.....	75
7.2.3	ó Desvio ou Perda em Armazenagem dos Estoques Públicos.....	75
7.3	ó Atividade de Movimentação de Estoques.....	75/78
7.3.1	ó Remoção de Produtos dos Estoques Públicos.....	78/79
7.3.2	ó Remoção de Produtos da Defesa Civil.....	79
7.3.3	ó Remoção de Produtos do PAA.....	79/82
8	ó Geração e Difusão de Informações.....	82/85
8.1	ó Levantamento de Safras.....	85/90
8.2	ó Projetos GeoSafras e SigBrasil.....	90
8.2.1	ó GEOSAFRAS.....	90/91
8.2.2	ó SIGABRASIL.....	91/92
9	ó Gestão de Pessoas.....	92
9.1	ó Distribuição de Empregados.....	92
9.2	ó Sistema de Comunicação.....	92
9.3	ó Melhoria do Clima Organizacional.....	93
9.4	ó Ações de Capacitação.....	93/97
9.5	ó Composição e Custos de Pessoal.....	93/100
9.5.1	ó Quadro de Pessoal Ativo.....	100
9.5.2	ó Admissões, Demissões e Transferências.....	100
9.5.3	ó Perspectivas de Aposentadoria.....	101
9.5.4	ó Quadro de Estagiários.....	101
9.5.5	ó Custos de Pessoal.....	101/102
9.5.6	ó Mão de Obra Terceirizada.....	103/104
10	ó Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil.....	104
10.1	ó Análise da Execução Orçamentária.....	104/106
10.2	ó Análise das Inscrições em Restos a Pagar.....	127
10.2.1	ó Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	127
10.2.1	ó Análise Crítica.....	127
10.5	ó Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76.....	127/147
10.6	ó Composição dos Investimentos da Empresa.....	148/149
10.7	ó Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	149/153
10.8	ó Parecer da Auditoria Independente.....	154/156
11	ó Governança e Controle.....	157/158
11.1	ó Informações sobre o Controle Interno.....	158
11.2	ó Providência Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo.....	158
13.3	ó Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna.....	158/182

Apresentação

De acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU Nº 63/2010, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa TCU Nº 108, de 24 de novembro de 2010 e da Portaria TCU Nº 123/2011, de 12 de maio de 2011, compete a Superintendência Regional da Conab no Estado do Ceará elaborar o Relatório de Gestão, referente ao exercício fiscal de 2011.

Considerando o Anexo II, 6º Conteúdo Geral, da DN 108, não foram atendidos os itens 8 6º Gestão Tecnológica e 9 6º Gestão Estratégica por serem atividades desenvolvidas de forma centralizada pela Matriz. Os temas dos itens acima citados foram suprimidos; contudo, os temas subsequentes foram renomeados, passando de 13 para 11 itens no total este Relatório de Gestão.

O Plano Plurianual-PPA 2008-2011 contempla a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios da unidade, universalidade e anualidade; já a Lei de Responsabilidade Fiscal evidencia a conduta a ser atendida pelos administradores públicos que devem obedecer as normas e limites para administrar as finanças, prestando contas sobre quanto e como gastam os recursos da sociedade. Assim, apresentamos neste Relatório de Gestão 2011, a atuação da Sureg/CE, segundo esses preceitos, e de acordo com as Ações executadas pela Conab no âmbito dos Programas do Governo Federal.

As atividades realizadas estão inseridas nas diversas ações que compõem os programas de governo inscritos no PPA, tais como: promoção e inclusão social do agricultor familiar, redução das desigualdades no campo, acesso as políticas públicas voltadas para o crescimento sustentável do homem no campo, assegurar a alimentação saudável e nutricional e sua expansão no mercado para o consumo de massa e disponibilizar por meio eletrônicos e junto a grande mídia as informações ocorridas no meio rural de interesse da sociedade.

As operações vinculadas à missão institucional, compõem o Programa Abastecimento Agroalimentar que visa, entre outros, a promoção, o incentivo, o aumento, alavancagem da comercialização e a diversificação da produção agrícola para a formação de estoques públicos, com vistas em manter à regularidade do abastecimento interno, num estado onde as condições estruturais existentes, não possibilitam uma produção agrícola em escala que possa garantir à segurança alimentar e nutricional da sua população.

Outras ações, inseridas no Programa acima mencionado, são de cunho administrativo e foram desenvolvidas de acordo com a legislação e acordos que regem a relação entre a empresa e os empregados.

Este Relatório busca contextualizar, além do detalhamento das atividades, os esforços desenvolvidos pela Conab, no âmbito da Superintendência Regional do Ceará - SUREG-CE, para cumprir sua missão institucional que é contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.

1 - Identificação

Quadro I - Identificação da Unidade

Poder e Órgão de vinculação

Poder: Executivo

Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA **Código SIORG:** 14

Identificação da Unidade Jurisdicionada

Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento ó Superintendência Regional do Ceará

Denominação abreviada: SUREG CEARÁ

Código SIORG: 087174

Código LOA: Não se aplica

Código SIAFI: 135115

Situação: ATIVA

Natureza Jurídica: 201-1 ó Empresa Pública

Principal Atividade: Administração Pública em Geral

Código CNAE: 84.11-6-00

Telefones/Fax de contato: PABX (85)3252.1722 FAX (85) 3231.7300 FONE/FAX (85) 3231.0691

Endereço Eletrônico: ce.sureg@conab.gov.br

Página da Internet: www.conab.gov.br

Endereço Postal:

Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada

A Conab está constituída nos termos do artigo 19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990. Estatuto Social ó Alterações

Versão	Decreto	Data do Decreto	Data de Publicação no DOU
1. ^a Versão	99944	26/12/90	31/12/90
2. ^a Versão	369	19/12/91	20/12/91
3. ^a Versão	s.n.º	03/07/95	04/07/95
4. ^a Versão	1816	09/02/96	09/02/96
5. ^a Versão	s/n.º	19/12/96	20/12/96
6. ^a Versão	2390	19/11/97	21/11/97
7. ^a Versão	3336	13/01/00	14/01/00
8. ^a Versão	4514	13/12/02	16/12/02
9. ^a Versão	6407	24/03/08	25/03/08

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI

Nome

135000	Unidade Armazenadora de Russas - CE
135118	Unidade Armazenadora de Maracanaú ó CE
135120	Unidade de Comercialização Fortaleza ó CE
135130	Unidade Armazenadora de Juazeiro do Norte ó CE
135131	Unidade Armazenadora de Sobral ó CE
135133	Unidade Armazenadora de Iguatu ó CE
135329	Unidade Armazenadora de Senador Pompeu ó CE
135552	Unidade Armazenadora de Crateús ó CE
135612	Unidade Armazenadora de Iço - CE
135116	Unidade Estoque Estratégico ó CE

135117	Núcleo Estoque Regulador ó CE PGPM
135447	Mercado de Opções ó CE
135597	Unidade CONAB PAA - CE

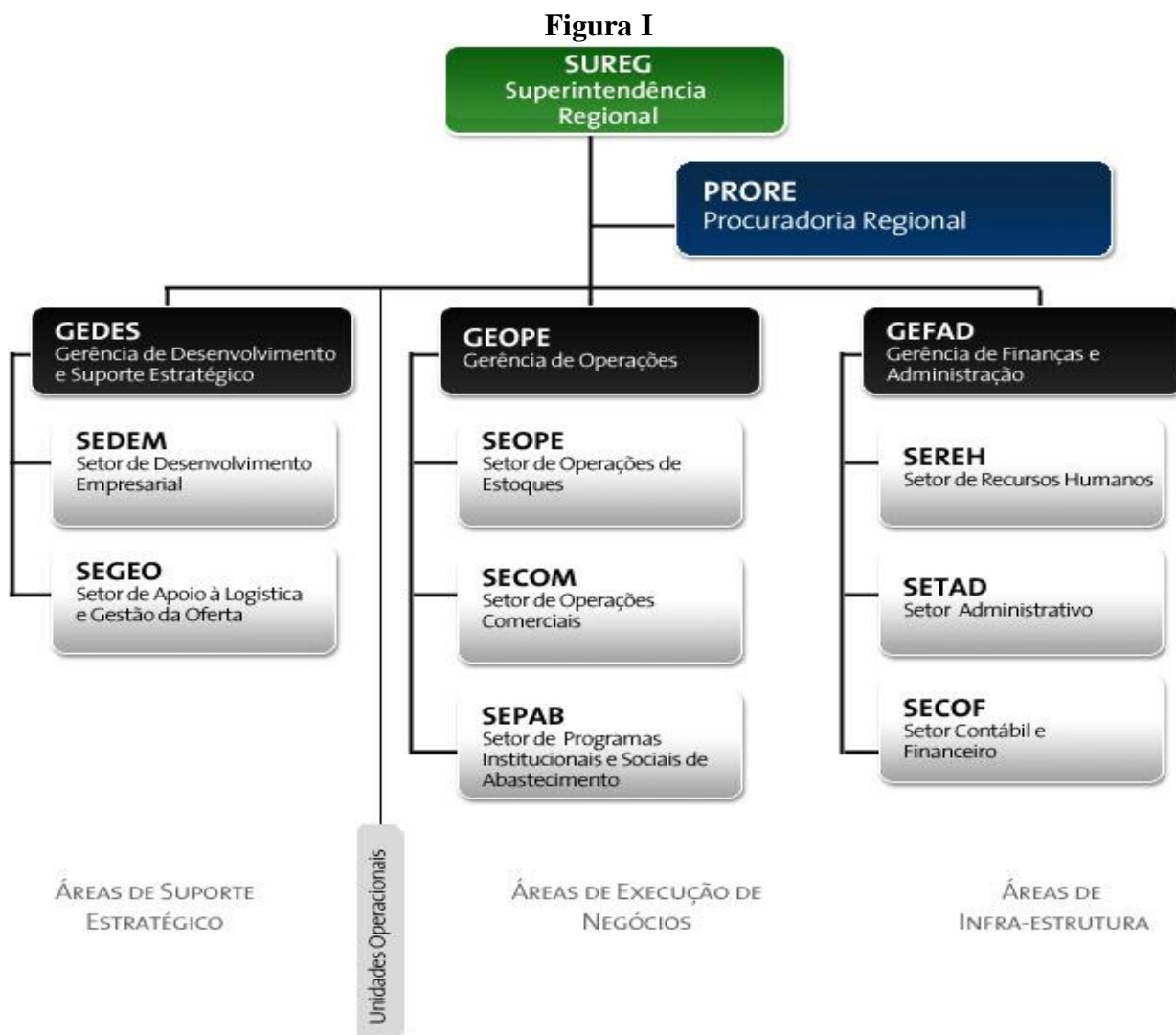
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
22211	Companhia Nacional de Abastecimento

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
135000	22211
135118	22211
135120	22211
135130	22211
135131	22211
135133	22211
135329	22211
135552	22211
135612	22211
135116	22211
135117	22211
135447	22211
135597	22211

1.1.3 ó Estrutura Organizacional



1.1.4 ó Estrutura de Governança Corporativa:

Sua estrutura orgânica básica de Governança Corporativa é composta:

- **Governo Federal** - Controlador: detentor de 100% das ações
- **Conselho de Administração** - Órgão de deliberação colegiada exerce a administração superior da Conab e tem a seguinte composição:
 - O Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que o presidirá.
 - O Presidente da Conab, que substituirá o Secretário-Executivo, em caso de ausência ou impedimento deste.
 - Até três representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

- Um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
 - PRESIDENTE - José Carlos Vaz
 - MEMBRO ó RUBENS Rodrigues dos Santos
 - MEMBRO ó José Gerardo Fontelles
 - MEMBRO ó Edilson Guimarães
 - MEMBRO ó Carlos Carboni
- **Conselho Fiscal** - Órgão de fiscalização que funciona em caráter permanente, sendo composto por três membros efetivos e respectivos suplentes.
O Presidente do Conselho é eleito por seus membros.
 - Dois representantes do Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento.
 - Um representante do Tesouro Nacional
 - PRESIDENTE ó Francisco Wayne Moreira
 - MEMBRO ó Rrenata Lima de Carvalho
 - MEMBRO ó Gustavo Pereira da Silva Filho
- Diretoria Colegiada - Constituída de um Presidente e por quatro Diretores, nomeados pelo Presidente da República por indicação do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
 - PRESIDENE: Rubens Rodrigues dos Santos
 - DIPAI ó Diretoria de Política Agrícola e Informações: Sílvio Isopo Porto
 - DIGEP ó Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização: Rogério Luiz Zeraik Abdalla
 - DIAFI ó Diretoria Administrativa e Financeira: João Carlos Bona Garcia
 - DIRAB ó Diretoria de Operações e Abastecimento: Marcelo de Araújo de Melo

1.1.5 ó Principais Responsáveis

Quadro II ó Principais Responsáveis

NOME	Eude Guedes de Andrade
CPF/MF	082.304.714-87
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	01 - Dirig. Max. UA (UJ) Consolidada ou Agregada
CARGO/FUNÇÃO	Superintendente Regional
PERÍODO	01/06/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Portaria nº 609 de 01/06/2011
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Av. Bernardo Vieira de Melo, 2490 ó Ap 601
CEP:	54.410.010 ó Piedade ó Jaboatão dos Guararapes/PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	eude.andrade@conab.gov.br

NOME	Valéria Cristina Lopes Fernandes
CPF/MF	182.623.681-34
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	1 - Dirig. Max. UA (UJ) Consolidada ou Agregada
CARGO/FUNÇÃO	Superintendente Regional Substituta
PERÍODO	27/07/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Portaria nº 834 de 27/07/2011
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Manoel Almeida Belo, 523
CEP:	53.030.030 ó Bairro Novo ó Olinda/PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	valeria.fernandes@conab.gov.br

NOME	Paulo Eduardo Silva Oliveira
CPF/MF	039.406.324-49
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	120 ó Ordenador de Despesas por Subdelegação
CARGO/FUNÇÃO	Assistente da Superintendência
PERÍODO	
DATA NOMEAÇÃO	
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Maria Eliete Coutinho Fabrício, Casa 270
CEP:	58.051-600 ó Bairro Bancários ó João Pessoa/PB
ENDEREÇO ELETRÔNICO	paulo.oliveira@conab.gov.br

NOME	Eliane Cardoso da Silva
CPF/MF	314.091.723-68
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	Procuradora Regional
CARGO/FUNÇÃO	Procuradora Regional
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Portaria nº 038 de 03/03/2010
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Dr. Gilberto Studart, 1717 ó Ap. 902
CEP:	60.190.750 ó Cocó ó Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	eliane.cardoso@conab.gov.br

NOME	Iracilda Correia de Alencar
CPF/MF	143.586.201-59
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	Procuradora Regional Substituta
CARGO/FUNÇÃO	Procuradora
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Portaria nº 174 de 07/06/2010
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Barão de Aracati, 2755 ó Ap. 401
CEP:	60.130.090 ó Joaquim Távora ó Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	iracilda.alencar@conab.gov.br

NOME	Valéria Cristina Lopes Fernandes
CPF/MF	182.623.681-34
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	120 - Ordenador de Despesas por subdelegação
CARGO/FUNÇÃO	Gerente de Operações
PERÍODO	27/07/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Portaria nº 834 de 27/07/2011
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Manoel Almeida Belo, 523
CEP:	53.030.030 ó Bairro Novo ó Olinda/PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	valeria.Fernandes@conab.gov.br

NOME	Anastácio Jorge Rocha Fontelles
CPF/MF	248.115.803-20
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	120 ó Ordenador de Despesas por subdelegação
CARGO/FUNÇÃO	Gerente de Operações Substituto
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção nº 764 de 11/12/2008
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Av. Godofredo Maciel, 2440 ó BL P ó Ap 102
CEP:	60.710.902 - Maraponga ó Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	Anastácio.fontelles@conab.gov.br

NOME	Maria da Glória da Rocha Teixeira
CPF/MF	071.138.501-97
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	138 ó Responsável pelos Atos de Gestão Financeira
CARGO/FUNÇÃO	Gerente Financeira e Administrativa
PERÍODO	02/06/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Portaria nº 617 de 02/06/2011
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	QNL 10, Bloco B ó Ap. 217
CEP:	72.156.112 ó Taguatinga/DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO	goria.teixeira@conab.gov.br

NOME	Juscelino Augusto de Paula Nogueira
CPF/MF	117.494.313-00
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	138 ó Responsável pelos Atos de Gestão Financeira
CARGO/FUNÇÃO	Gerente Financeiro e Administrativo Substituto
PERÍODO	22.11.2011
DATA NOMEAÇÃO	Portaria nº de / /2011
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Manoel Nogueira da Costa, 246
CEP:	60.181.840 ó Vicente Pinzon ó Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	juscelino.nogueira@conab.gov.br

NOME	Paulo Eduardo Silva Oliveira
CPF/MF	039.406.324-49
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	120 ó Ordenador de Despesas por Subdelegação
CARGO/FUNÇÃO	Gerente de Desenvolvimento e Suporte Estratégico
PERÍODO	22/09/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Portaria nº 1009 de 22/09/2011
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Maria Eliete Coutinho Fabrício, Casa 270
CEP:	58.051-600 ó Bairro Bancários ó João Pessoa/PB
ENDEREÇO ELETRÔNICO	paulo.oliveira@conab.gov.br

NOME	Davi Azin Filho
CPF/MF	621.205.492-20
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	120 ó Ordenador de Despesas por Subdelegação
CARGO/FUNÇÃO	Gerente de Desenvolvimento e Suporte Estratégico Substituto
PERÍODO	01/09/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Portaria 1227 de 09/11/2011
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua São Mateus, 1399 ó Ap. 131
CEP:	60.410.640 ó Vila União ó Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	Davi.azin@conab.gov.br

NOME	Francisco de Paiva Dantas
CPF/MF	610.673.903-10
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	01 - Dirig. Max. UA (UJ) Consolidada ou Agregada
CARGO/FUNÇÃO	Superintendente Regional
PERÍODO	01/01/2011 a 01/06/2011
DATA NOMEAÇÃO	Portaria nº 056 de 17/03/2008
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria nº 608 de 01/06/2011
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Av. da Universidade, 3264 BL I, AP 302
CEP:	60.020.181 ó Benfica - Fortaleza
ENDEREÇO ELETRÔNICO	francisco.dantas@conab.gov.br

NOME	Anastácio Antonio de Vasconcelos
CPF/MF	034.683.723-53
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	01 - Dirig. Max. UA (UJ) Consolidada ou Agregada
CARGO/FUNÇÃO	Superintendente Regional Substituto
PERÍODO	01/01/2011 a 27/07/2011
DATA NOMEAÇÃO	Portaria nº 056 de 17/03/2008
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria nº 833 de 27/07/2011
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Canuto de Aguiar, 961 ó AP. 800 Ed. Itamaracá
CEP:	60.160.120 ó Meireles ó Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	anastacio.av@conab.gov.br

NOME	José Afonso Cavalcante
CPF/MF	116.681.883-00
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	120 - Ordenador de Despesas por subdelegação
CARGO/FUNÇÃO	Gerente de Operações
PERÍODO	01/01/2011 a 02/06/2011
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção nº 252 de 30/07/2008
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria nº 613 de 02/06/2011
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Av. da Universidade, 1949 ó Ap. 701
CEP:	60.020.180 ó Benfica ó Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	afonso.cavalcante@conab.gov.br

NOME	Anastácio Jorge Rocha Fontelles
CPF/MF	248.115.803-20
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	120 ó Ordenador de Despesas por subdelegação
CARGO/FUNÇÃO	Gerente de Operações Substituto
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção nº 764 de 11/12/2008
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Av. Godofredo Maciel, 2440 ó BL P ó Ap 102
CEP:	60.710.902 - Maraponga ó Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	anastácio.fontelles@conab.gov.br

NOME	Neurimar Alves dos Santos Melo
CPF/MF	245.768.243-68
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	138 ó Responsável pelos Atos de Gestão Financeira
CARGO/FUNÇÃO	Gerente Financeira e Administrativa
PERÍODO	01/01/2011 a 02/06/2011
DATA NOMEAÇÃO	Portaria nº 129 de 09/06/2008
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria nº 614 de 02/06/2011
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Rocha Lima, 720 ó Ap. 301 Ed. Mª Nélia Santiago
CEP:	60.155.000 ó Joaquim Távora
ENDEREÇO ELETRÔNICO	gefad.ce@conab.gov.br

NOME	Marcelino Viana da Silva Filho
CPF/MF	102.541.963-79
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	138 ó Responsável pelos Atos de Gestão Financeira
CARGO/FUNÇÃO	Gerente Financeiro e Administrativo Substituto
PERÍODO	01/01/2011 a 22/11/2011
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção nº 209 de 01/07/2008
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria nº 1313 de 22/11/2011
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Jaime Benévolo, 801 ó Ap. 801 ó Ed. Valéria
CEP:	60.050.080 ó José Bonifácio
ENDEREÇO ELETRÔNICO	marcelino.viana@conab.gov.br

NOME	Gilson Antonio de Sousa Lima
CPF/MF	075.508.803-91
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	120 ó Ordenador de Despesas por Subdelegação
CARGO/FUNÇÃO	Gerente de Desenvolvimento e Suporte Estratégico
PERÍODO	01/01/2010 a 31/12/2010
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção nº 045 de 06/05/2008
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria, 1008 de 22/09/2011
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Padre Valdevino, 1515 ó Ap. 904 Ed. Luiz Linhares
CEP:	60.135.041 0 ó Aldeota ó Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	gilson.sousa@conab.gov.br

NOME	Raul Pinheiro Rocha Júnior
CPF/MF	091.229.153-20
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	Gerente de Desenvolvimento e Suporte Estratégico - Substituto
CARGO/FUNÇÃO	Assistente Administrativo
PERÍODO	01/01/2010 a 31/12/2010
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção nº 188 de 13/07/2009
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria 1226 de 09/11/2011
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Padre Luiz Filgueira, 195 ó Ap. 1602
CEP:	60.150.120 ó Centro ó Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	raul.pinheiro@conab.gov.br

NOME	José Demontiê da Silva
CPF/MF	154.498.663-72
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 ó Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente da (UA) Unidade Armazenadora de Maracanaú
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção nº 209 de 01/07/2008
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Tereza Cristina, 1655
CEP:	60.015.141 ó Farias Brito ó Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	demontie.silva@conab.gov.br

NOME	Francisco Lucivaldo Pontes
CPF/MF	187.424.403-00
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 ó Ordenador de Despesas Substituto
CARGO/FUNÇÃO	Gerente Substituto da (UA) Unid. Armazenadora de Maracanaú
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção nº 098 de 04/06/2008
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua 06, Casa 100 ó Conjunto Mirassol
CEP:	60.743.260 ó Itapery ó Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	francisco.lucivaldo@conab.gov.br

NOME	Raimundo Cândido Damasceno de Sousa
CPF/MF	058.624.853-68
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 ó Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente da (UA) Unidade Armazenadora de Juazeiro do Norte
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção nº 451 de 01/10/2003
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Av. José Pinheiro Esmeraldo, 556
CEP:	63.101.080 ó São Miguel ó Crato/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	candidodsousa@hotmail.com

NOME	Francisco de Assis de Sousa
CPF/MF	143.715.613-49
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 ó Ordenador de Despesas Substituto
CARGO/FUNÇÃO	Gerente Substituto da (UA) Unid. Armaz. Juazeiro do Norte
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção nº 773 de 11/12/2008
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Carlos Alberto Bezerra, 1004
CEP:	63.010.970 ó São José ó Juazeiro do Norte/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	

NOME	José Cordeiro de Carvalho
CPF/MF	920.315.878-20
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 ó Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente da (UA) Unidade Armazenadora de Sobral
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção nº 453 de 01/10/2003
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Coronel José Silvestre, 729
CEP:	62.100.000 – Campos dos Velhos ó Sobral/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	cordeiro.conab@hotmail.com

NOME	Vicente de Paulo Costa Lourenço
CPF/MF	071.028.523-04
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 ó Ordenador de Despesas Substituto
CARGO/FUNÇÃO	Gerente Substituto da (UA) Unid. Armazenadora de Sobral
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção nº 778 de 11/12/2008
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Galdino de Araújo, 149
CEP:	62.030.430 ó Alto Cristo ó Sobral/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	paulo.lourenço@conab.gov.br

NOME	Edmar Rodrigues Couras
CPF/MF	115.653.813-00
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 ó Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente da (UA) Unidade Armazenadora de Iguatu
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção nº 203 de 09/04/2002
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Laureano de Souza Bernardo, 237
CEP:	63.500.000 ó Veneza ó Iguatu/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	edmarcouras@conab.gov.br

NOME	Lucia Neide de Araújo
CPF/MF	156.910.713-00
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 - Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente Substituto da (UA) Unid. Armaz. de Iguatu
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção nº 772 de 11/12/2008
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Adeodato Matos Cavalcante, 398
CEP:	63.500.000 ó Flores ó Iguatu/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	luciarenato2004@yahoo.com.br

NOME	Francisco José Sousa Freire
CPF/MF	262.702.503-15
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 - Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente da (UA) Unid. Armaz. de Senador Pompeu
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Portaria nº 637 de 24/11/2010
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Raimundo Gomes de Oliveira, 331
CEP:	63.900-000
ENDEREÇO ELETRÔNICO	francisco.freire@conab.gov.br

NOME	Luiz Marcelino da Silva
CPF/MF	222.486.834-04
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 - Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente Substituto da (UA) Unid. Armaz. de Senador Pompeu
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção nº 777 de 11/12/2008
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Fiscal Vieira, 3515
CEP:	60.120.170 ó Joaquim Távora ó Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	marcelino.silva@conab.gov.br

NOME	Josemar Martins Lima
CPF/MF	141.190.483-49
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 - Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente Substituto da (UA) Unid. Armaz. de Crateús
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção nº 772 de 11/12/2008
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Roberto Ferreira, 637
CEP:	63.700.000 ó São Vicente ó Crateús/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	josemar.lima@conab.gov.br

NOME	Francisco Antonio Pereira
CPF/MF	143.371.853-72
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 - Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente Substituto da (UA) Unid. Armaz. de Crateús
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção nº 771 de 11/12/2008
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Leandro Martins, 179
CEP:	63.700.000 ó Venâncio ó Crateús/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	francisco.a.pereira@conab.gov.br

NOME	José Irivan Araújo Leite
CPF/MF	398.982.453-87
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 - Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente (UA) Unidade Armazenadora de Russas
PERÍODO	01/01/2011 a 30/08/2011
DATA NOMEAÇÃO	Portaria nº 036 de 03/03/2010
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria nº 941 de 30/08/2011
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Braz de Francesco, 100 ó AP. 302 ó BL. 11
CEP:	60.325.010 ó São Gerardo ó Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	jose.irivan@conab.gov.br

NOME	João Bosco Mendes
CPF/MF	173.724.963-49
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 - Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente (UA) Unidade Armazenadora de Russas
PERÍODO	30/08/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Portaria nº 942 de 30/08/2011
DATA DA EXONERAÇÃO	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Sítio São Raimundo, s/n
CEP:	60.200.930 ó Limoeiro do Norte/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	joao.b@conab.gov.br

NOME	Carlos Alberto Leite Vieira
CPF/MF	097.778.813-07
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 - Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente (UA) Unidade Armazenadora de ICÓ
PERÍODO	12/04/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Portaria nº 327 de 12/04/2011
DATA DA EXONERAÇÃO	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua João Barbosa Lima
CEP:	60.822-760 ó Cidade dos Funcionários - Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	Leitecarlos1@hotmail.com

NOME	José Bezerra da Silva
CPF/MF	056.577.923-00
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 - Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente Substituto da UA/Icó
PERÍODO	
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção nº de / /2
DATA DA EXONERAÇÃO	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Av. José Bastos, 4800 ó Aptº 301 Bloco B ó Couto Fernandes
CEP:	60.440-060
ENDEREÇO ELETRÔNICO	@conab.gov.br

1.2 ó Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos

1.2.1 ó Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico da Conab foi concebido a partir de acordo firmado em 2003 com a Agência Brasileira de Cooperação-ABC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, tendo por objetivo a capacitação da Conab para novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a promover o bem-estar social e o desenvolvimento do País.

Para o seu desenvolvimento foi utilizada a metodologia de Balanced Scorecard-BSC, de forma compartilhada, ou seja, envolvendo equipes de Líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes de Área e Coordenadores de áreas da Presidência) e Ampliada (10 Superintendentes Regionais e alguns gerentes, assessores e técnicos da Matriz) e Equipes de Desenvolvimento e de Multiplicadores. Entre os produtos gerados, destacam-se o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração da missão, visão e proposta de valor aos diferentes públicos-alvos da Companhia.

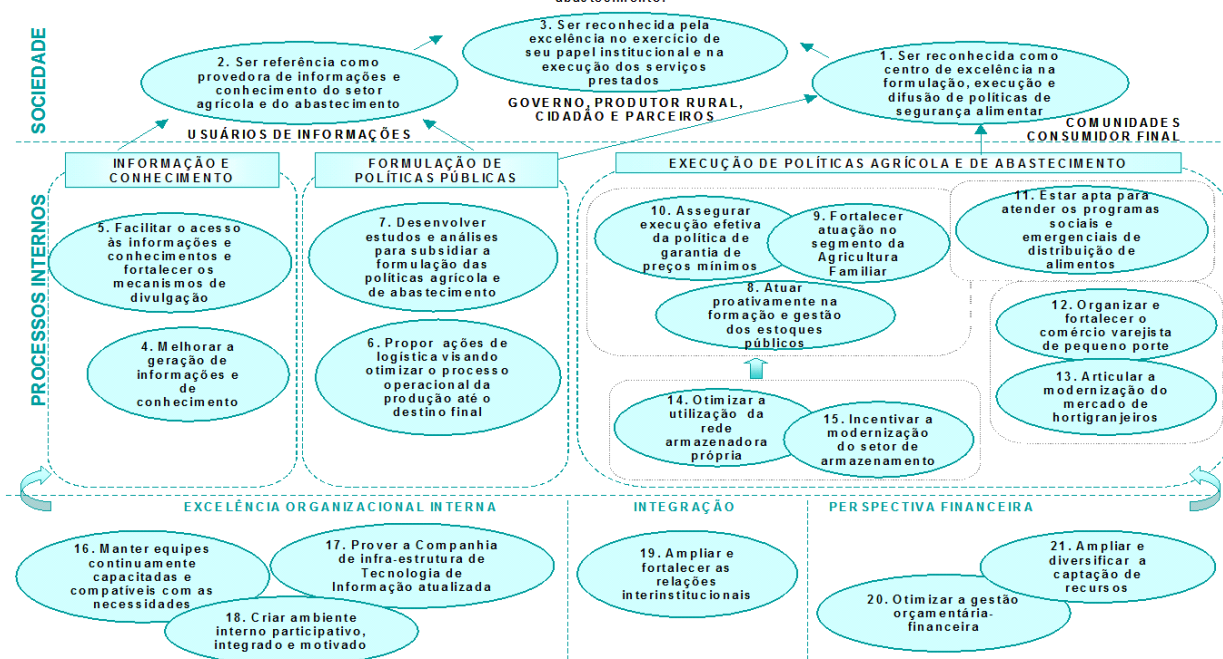
O mapa estratégico traduz a missão, a visão e a estratégia da organização, a partir de um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais. Os propósitos deste mapa são definir e comunicar a todos os níveis gerenciais e servidores, de modo claro e transparente, o foco e a estratégia de atuação escolhidos pela organização, assim como a forma pela qual as ações impactam no alcance dos resultados desejados, subsidiando a alocação de esforços e evitando a dispersão de ações e de recursos.

Na Conab, o mapa estratégico está estruturado em cinco perspectivas: excelência organizacional interna, integração, perspectiva financeira, processos internos e sociedade. Essas perspectivas representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação da Companhia. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela Conab no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional.

A tradução da estratégia, por meio do mapa abaixo explicitado, criou um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores da organização.

Figura IIó Mapa Estratégico Corporativo

Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.



Fonte: Conab

Aprovado em dezembro de 2004 para um horizonte de cinco anos, os períodos de 2005 a 2006 representaram um esforço para a implementação das estratégias definidas, com a designação de responsáveis por projetos, apuração de indicadores, definição de metas, monitoramento de resultados e alinhamento mediante reuniões de análises estratégicas com a liderança da Companhia. Em face da mudança na alta direção da Conab, ocorrida no 2.º semestre de 2007, foi apresentado pelo Grupo Gestor da Estratégia um balanço das atividades até então realizadas, incluindo o histórico da implantação do Planejamento Estratégico, suas premissas, metodologia, composição do Mapa Corporativo e respectivos objetivos, metas e indicadores de desempenho, assim como as iniciativas estratégicas associadas. A direção abordou a necessidade de se proceder ajustes na condução do processo, desconstituiu os grupos formados para seu desenvolvimento e acompanhamento e designou assessores para a revisão do Planejamento Estratégico.

Devido à descontinuidade do Planejamento Estratégico e por força do Acórdão da 2.ª Câmara do TCU nº 835/2011, publicado no Diário Oficial em 24 de fevereiro de 2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico em virtude dos riscos de gestão advindos da falta de utilização desse instrumento, foi criado por meio das Portarias PRESI n.ºs 268 e 291, de 28 de março e 5 de abril de 2011, respectivamente, um grupo de trabalho com a finalidade de retomar os trabalhos do Planejamento Estratégico. Após os trabalhos o grupo recomendou:

- criar uma unidade orgânica específica para elaboração e execução do Planejamento Estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, sendo o coordenador um empregado do quadro permanente de pessoal;
- inserir no regimento interno as ações pertinentes à nova unidade orgânica, fazendo as devidas supressões das competências em outras áreas;

- c) manter a atual ferramenta utilizada para o planejamento estratégico, sem desprezar os trabalhos executados, tempo despendido e o investimento financeiro realizado;
- d) avaliar a necessidade do uso de outras metodologias complementares ao BSC; e
- e) contratar consultoria para auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Por meio da Portaria PRESI n.º 278, de 07 de março de 2012, foi constituído novo grupo de trabalho, objetivando a retomada do Plano Estratégico da Conab. Este grupo, conforme CI PRESI nº097, de 06/03/12, foi encarregado de validar os objetivos estratégicos, os indicadores de avaliação, as metas, e as iniciativas ou projetos que irão permitir o alinhamento da gestão estratégica ao cumprimento da missão institucional da Companhia.

1.2.2 ó Breve Análise dos Principais Macroprocessos

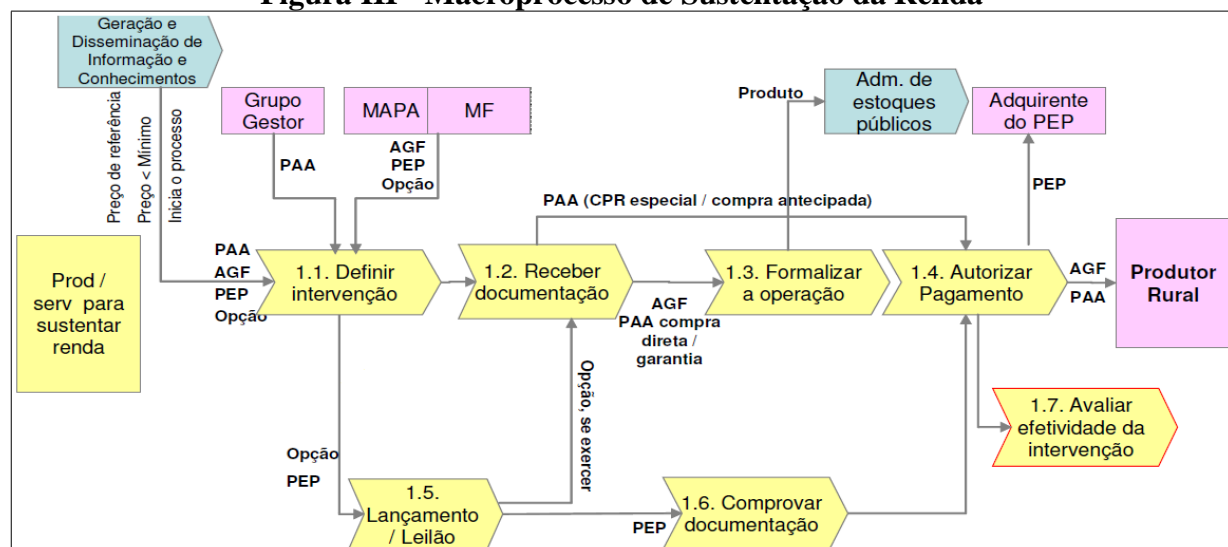
1.2.2.1 ó Macroprocessos de Sustentação da Renda

Este macrop processo retrata o atendimento aos produtores e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM ou do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.

Público-alvo: produtores rurais, cooperativa de produtores e associações e grupos formais ou informais de produtores.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos ligados à compra e à subvenção, tais como AGF, Contrato de Opção de Venda, Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação.

Figura III - Macrop processo de Sustentação da Renda



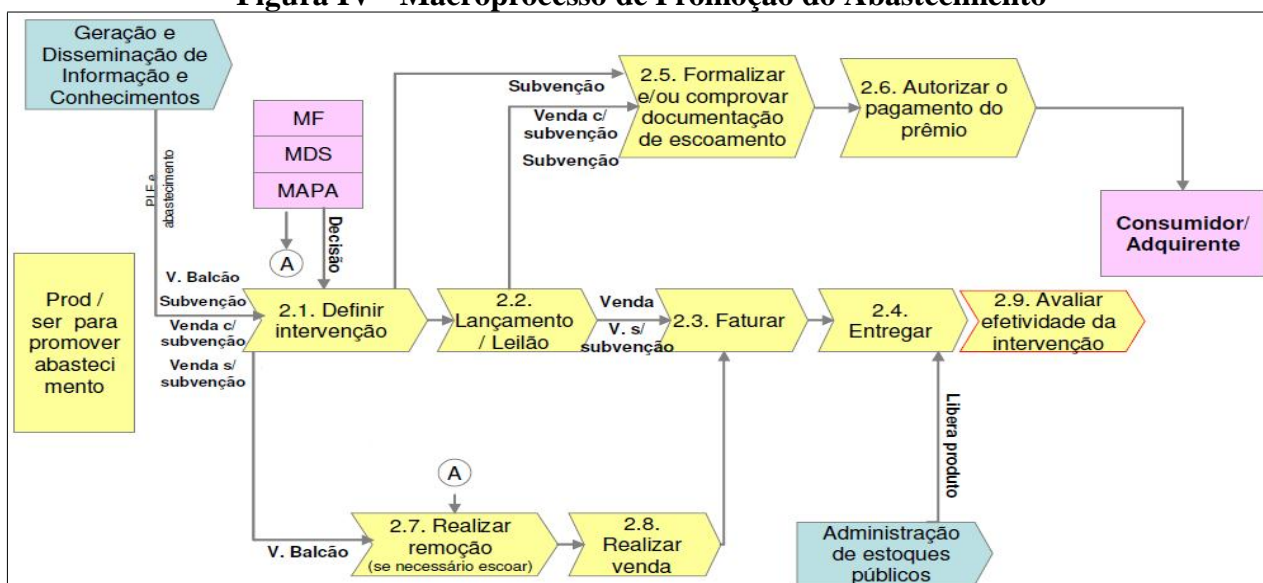
1.2.2.2 - Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

Este macroprocesso caracteriza-se pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Assim como no macroprocesso anterior seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica, objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção para áreas desabastecidas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

Público-alvo: consumidor/adquirente, diretamente ou indiretamente por meio atacadistas, agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústria de pequeno porte, cooperativas de consumo, exportadores, varejistas.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos e serviços ligados à venda e a subvenção, tais como Vendas de Produtos com o sem subvenção, Venda Balcão, VEP, PEP.

Figura IV - Macroprocesso de Promoção do Abastecimento



Fonte: Conab

1.2.2.3 - Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

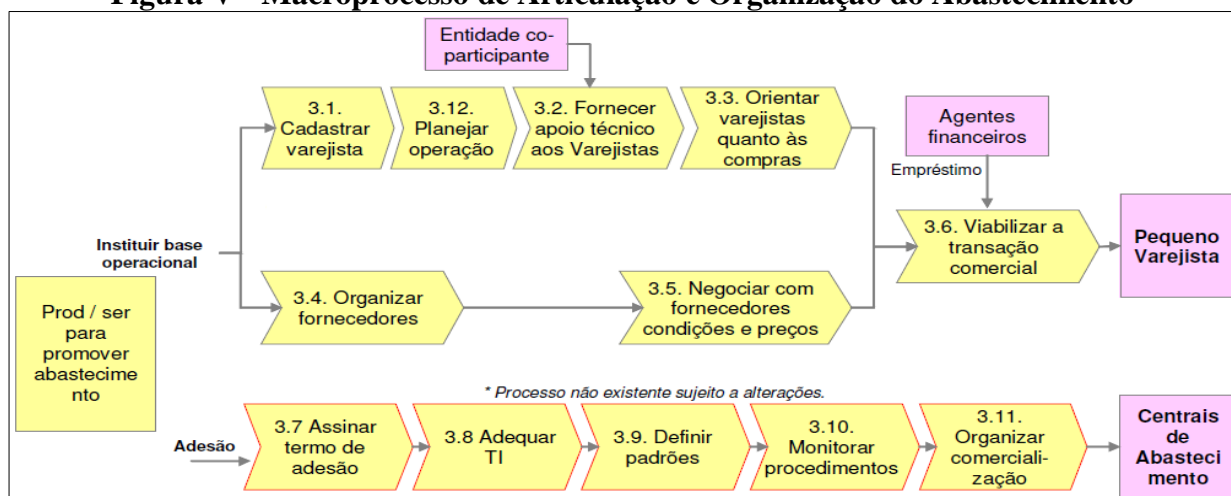
Este macroprocesso envolve duas atividades atualmente desenvolvidas pela Conab no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort e a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP. O primeiro foi criado com o intuito de preencher o espaço criado pela desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac que mantinha uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais, e a Refap foi concebida com o propósito de gerar ações que promovam a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de fortalecer o comércio de pequeno porte.

Público-alvo: Centrais de abastecimento e similares, alvo do "Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT" e Varejistas de pequeno porte, conforme definições do programa REFAP (Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos).

Família de Produtos e Serviços: Centrais de Negócios e Portal de Informações de

preços e quantidades comercializadas.

Figura V - Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento



Fonte: Conab

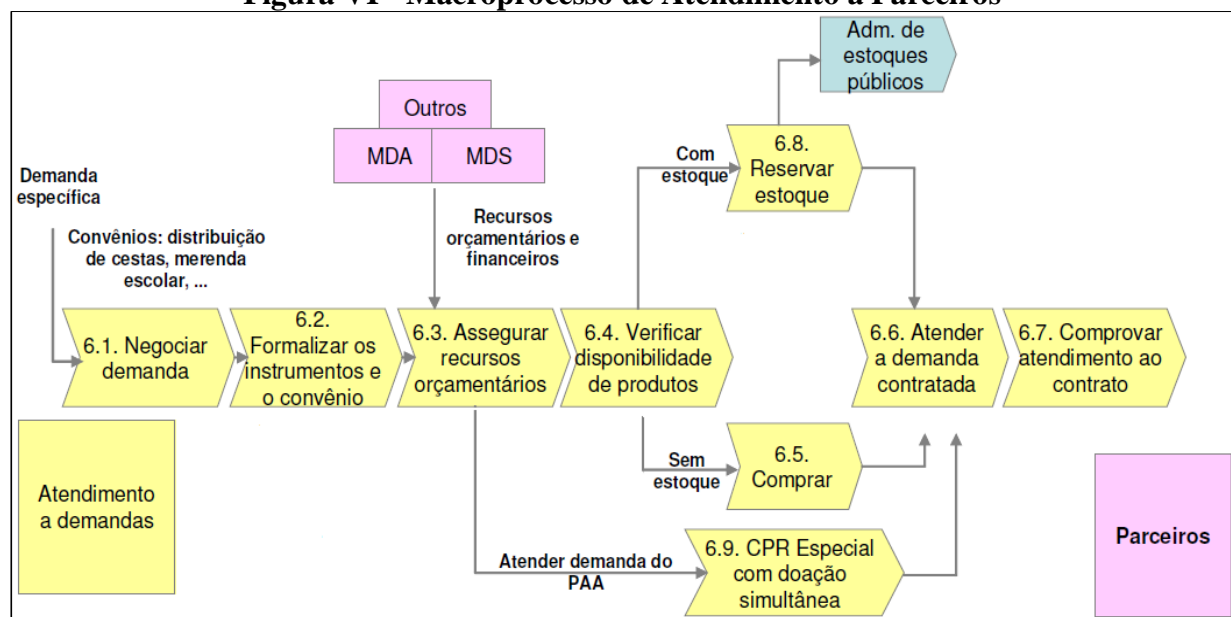
1.2.2.4 - Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

Público-alvo: Parceiros caracterizados por ser do Governo e por contratar os serviços da Conab, especialmente MAPA, MDS e MDA e órgãos estaduais e municipais.

Família de Produtos e Serviços: Aquisição para programas sociais, entrega de cestas de alimentos, merenda escolar, dentre outros.

Figura VI - Macroprocesso de Atendimento a Parceiros



Fonte: Conab

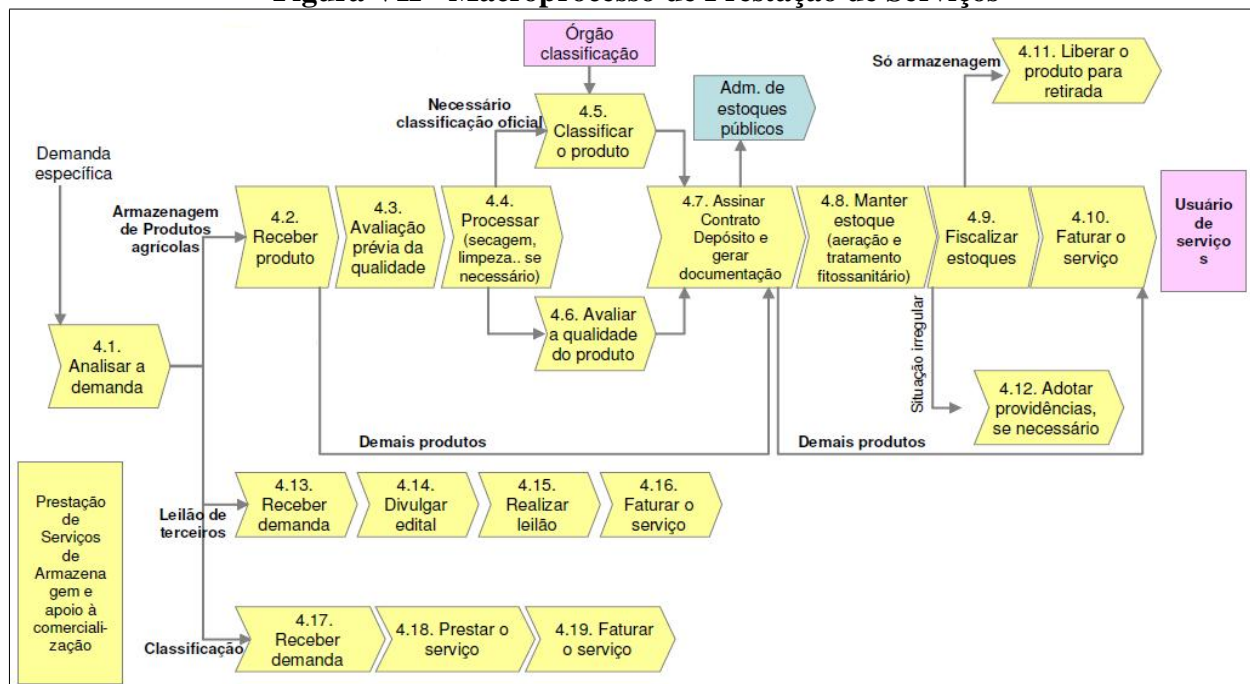
1.2.2.5 - Macroprocesso de Prestação de Serviços

Envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas.

Público-alvo: União, sociedade, setor privado.

Família de Produtos e Serviços: Prestação de serviços de armazenagem (recepção, pesagem, secagem, limpeza, etc); prestação de serviços de classificação para terceiros; leilões com uso do Sistema Eletrônico de Comercialização-SEC.

Figura VII - Macroprocesso de Prestação de Serviços

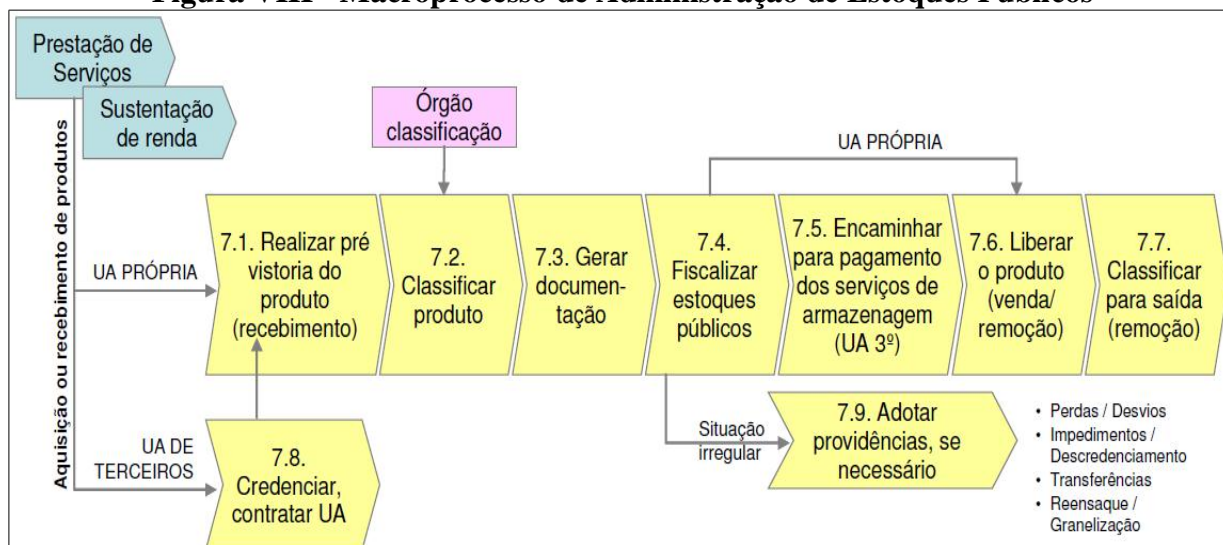


Fonte: Conab

1.2.2.6 - Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

É um macroprocesso de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos ou de terceiros e que tem seu início demarcado pelo recebimento de produtos nas unidades operacionais da Conab. Para a operacionalização dos instrumentos da PGPM a Conab disponibiliza a relação dos armazéns cadastrados e credenciados, necessitando, ainda, para a formalização das AGFs e a execução dos Contratos de Opção de Venda a celebração de contrato de prestação de serviços. Esta atividade recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando, porém de contínuo acompanhamento e revisão face às alterações nas legislações que atuam sobre esta atividade.

Figura VIII - Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos



Fonte Conab

1.2.2.7 - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

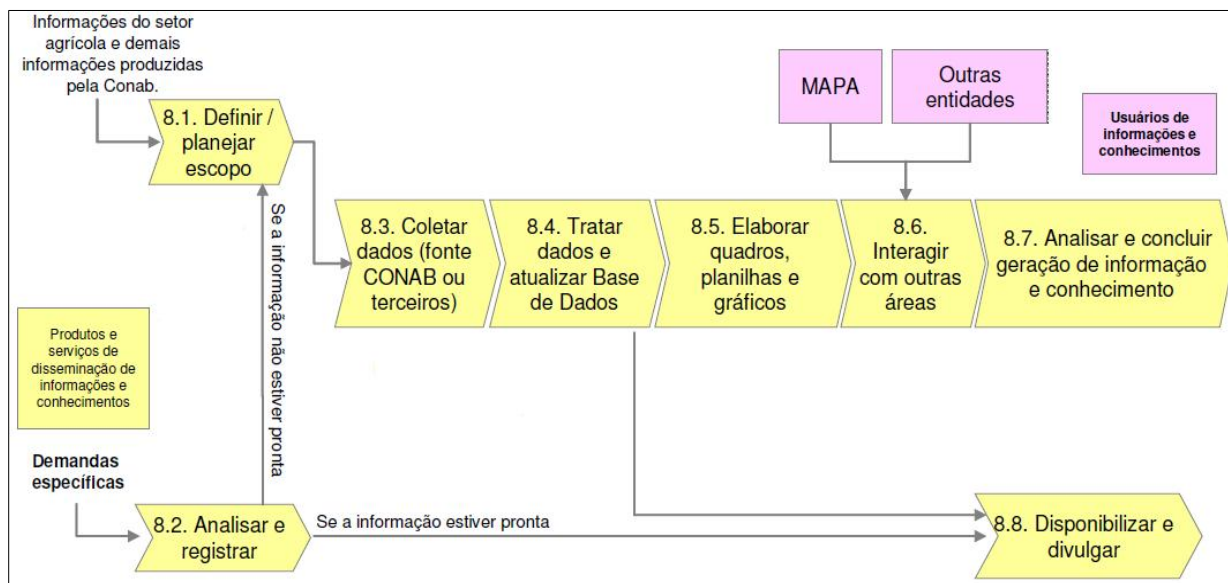
É o principal macro-processo de sustentação da estratégia de tornar a Conab uma empresa de conhecimento retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macro-processo que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

Público-alvo: governo, setor agrícola, agentes financeiros, imprensa especializada, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe, ONG, armazenadores.

Família de Produtos e Serviços: estudos técnicos e científicos, proposta de política agrícola, proposta de preços mínimos, informações agrícolas, avaliação de safra, custo de produção, conjuntura agropecuária, estudo de logística, Valor Bruto da Produção, IPP & IPR, PLE, análise de cadeias produtivas; mapeamento geoespacializado, séries históricas e estatísticas agrícolas, cadastro de armazéns, vistoria e informações de estoques privados, cadastro dos fornecedores, fiscalização do cadastro da cadeia produtiva da borracha natural e das operações referentes aos Programas de Subvenção, treinamento em armazenagem, informações quanto ao abastecimento social, cadastramento de empresas no SICAF (elaboração e manutenção de arquivo no SICAF).

Figura IX - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos



Fonte: Conab

2 ó Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão

2.1 ó Análise sobre o Ambiente de Gestão

2.2 - Quanto ao comportamento do mercado agrícola, no ano de 2011, percebemos que mesmo apesar da melhoria nos elementos constitutivos da produção, produtividade e precipitações pluviométricas, a estrutura mercadológica permaneceu carente de atuações pontuais da Companhia. A relação agricultura familiar e escoamento produtivo, ainda precisou de intervenções tanto no campo do financiamento dos estoques como nas subvenções econômicas.

O risco no ambiente rural é naturalmente elevado, principalmente ao se levar em consideração um Estado como o Ceará, semi-árido, insuficiente em recursos e fornecimento de crédito aos produtores, e por fim estes que não possuem garantias fiduciárias para alavancar tecnologia e matéria-prima para sua produção. Para o produtor o mercado se apresenta como de concorrência perfeita, para o comprador, ou atravessador, é um oligopsônio, determinado uma falha mercadológica que imprime insegurança alimentar, redução na renda e desenvolvimento local reduzido.

Em uma perspectiva de curto prazo, 2 anos, a regional deverá ficar atenta a evolução dos transgênicos no meio rural, verificando os impactos positivos e negativos, tanto do ponto de vista da comercialização, como no ponto de vista alimentar. Nossa atuação deverá aprimorar parcerias tanto para os indicadores agrícolas como no controle social dos projetos em curso. Quanto aos demais elementos deste item, acreditamos que a melhor resposta esteja na alçada da matriz.

2.2 ó Análise sobre o Ambiente de Negócios

2.2 ó A demanda por armazenagem, atualmente é envolvida de exigências que nossa estrutura física, não atende. Apesar de não sermos um Estado com expressão produtiva para os principais produtos agrícolas, a Sureg/CE deve se ater ao fato de que mesmo na intervenção na venda balcão do milho, nossos armazéns devem ser primeiramente equipados e

ampliados na medida em que podem servir como células de incentivo à atividade produtiva. A caprinocultura e a piscicultura (tilápia), devem ser consultadas para um estudo sobre a necessidade de armazenagem refrigerada, no longo prazo, analogamente ao que percebe em outros Estados da federação. Os demais elementos deste item serão melhor respondidos no nível da matriz.

3 ó Sustentação de Renda

3.1. Conjuntura dos Principais Produtos Amparados pela PGPM

3.2 ó Intervenções Governamentais

A agricultura cearense é extremamente afetada pelo baixo índice pluviométrico e pela má distribuição das chuvas durante o ano. A agricultura tem caráter de subsistência, praticada em sua maioria por agricultores familiares, com baixa produtividade e sem o auxílio de pacotes tecnológicos. Destaca-se a produção de cana de açúcar, mandioca, milho, feijão e arroz. De grande importância econômica a produção de frutas em áreas irrigadas e de flores.

Em consequência o Estado caracteriza-se como importador de gêneros alimentícios para abastecimento e de rações e produtos para alimentação dos rebanhos, não havendo, portanto, espaço para a utilização dos instrumentos de sustentação de renda definidos na PGPM. A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

3.2.1 ó Formação de Estoques Públicos - A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

3.2.2.1 - Aquisições do Governo Federal (AGF): consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

3.3.2.2 - Contrato de Opção: permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa

credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

3.3.2.3 - Prêmio de Escoamento de Produto (PEP): é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

3.3.2.4 - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO): subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

3.4. o Programa de Aquisição de Alimentos ó PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA, e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

•**Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF:** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 ó extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas ou associações)

ou informais. Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados//beneficiados, próprios para o consumo humano.

•**Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição dos produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios ou consórcios. São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

•**Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR-Doação:** objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas ou associações). São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual de Operações da Conab. Quanto aos preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque, estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

a) Abrangência de Atuação do PAA

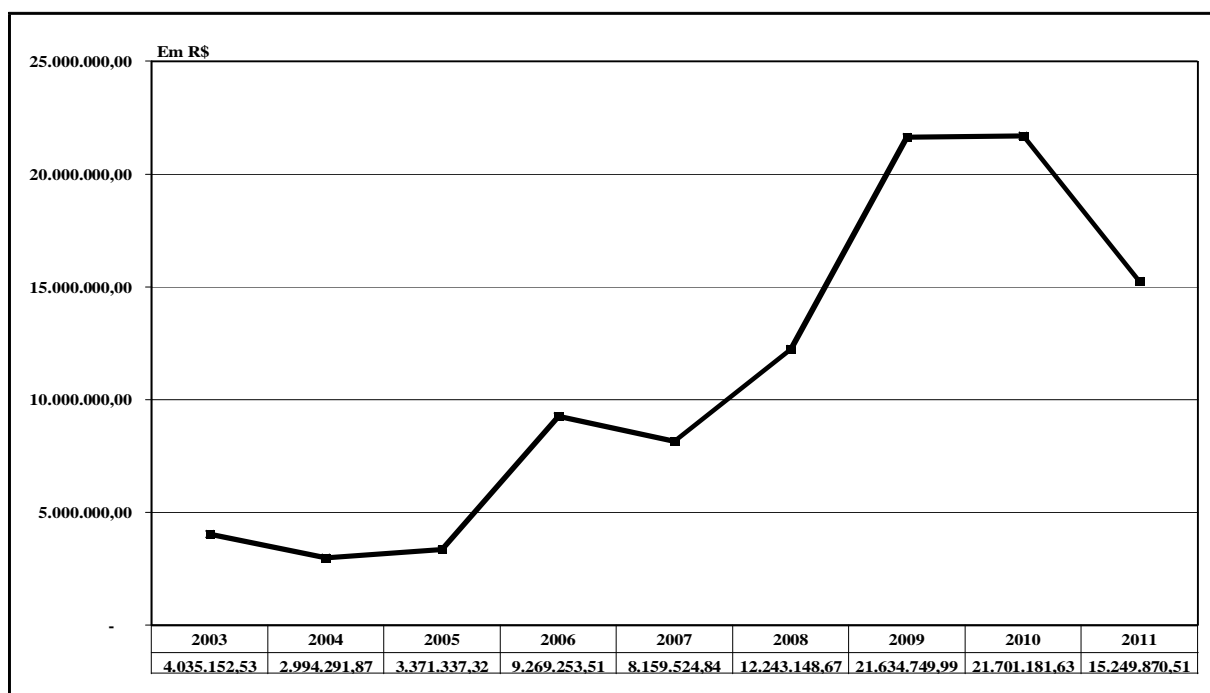
O Programa iniciou sua atuação em 2003 atendendo a 3.306 famílias de produtores rurais com aquisição de 5.240 toneladas de produtos evoluindo, em 2011, para 3.500 produtores e aquisição de 4.663 toneladas de diversos produtos.

b) Recursos Aplicados

Para a operacionalização do PAA, a Conab celebra Termos de Cooperação com o MDA e o MDS, com descentralizações de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Ações: Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar) e 1049-Acesso à Alimentação (Ações: Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar e Ação e Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar).

Os recursos descentralizados tem sido incrementados significativamente desde sua implantação, embora ainda sejam inferiores à demanda das organizações produtivas. A figura a seguir apresenta a evolução dos recursos aplicados pela Conab.

Figura X 6 Evolução dos Recursos Aplicados pela Conab no PAA



Fonte: Supaf/Gecaf

3.2.2.1 - Aquisição do Governo Federal

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos e são utilizados, preferencialmente, na distribuição gratuita às populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Dos instrumentos operacionalizados pela Conab, a CPR-Doação é o que apresenta a maior demanda pois possibilita a comercialização de produtos característicos da Agricultura Familiar, tais como: hortaliças, frutas, doces e outros produtos caseiros.

Devido ao fato da operacionalização da CPR Estoque exigir melhor estruturação e maior planejamento da organização, sua procura tem sido estável. A grande concentração desse instrumento está na região Sul onde as Cooperativas e Associações apresentam maior experiência no acesso aos instrumentos de comercialização mais complexos.

Por definição orçamentária, os produtos adquiridos com recursos do MDA são prioritariamente destinados à comercialização, cujos recursos são devolvidos à fonte original. Por este motivo, a utilização dos recursos do MDA restringiu-se, esse ano, apenas ao instrumento de CPR Estoque.

Por meio da CPR-Estoque foram adquiridas 225 toneladas de castanha de caju, atendendo a 60 produtores familiares, conforme detalhado no próximo quadro.

Quadro III ó Aquisições por meio da CPR-Estoque

UF	N.º Municípios	Produto	MDS			MDA		
			N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)
CE		Castanha de caju	-	-	-	60	225	270.000,00
		-	-	-	-	60	225	270.000

Fonte: Supaf/Gecaf

Por meio da CDAF foram doadas 4.438 toneladas de diversos produtos alimentícios a 1.096 instituições sociais, beneficiando 561.686 pessoas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro IV ó Aquisições por meio da CPR-Doação

UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º de Participantes Consumidores	N.º de Pessoas Atendidas
CE	64		3.440	4.438	14.979.870,51	1.096	561.686
Total			3.440	4.438	14.979.870,51	1.096	561.686

Fonte: Supaf/Gecaf

Na operacionalização da CDAF a Conab monta os polos de compra em regiões produtoras, comunica as organizações dos dias e locais para a aquisição e o pagamento é realizado em até 10 dias, enquanto a CPR-Estoque e CRP-Doação exigem que as entidades proponentes enviem à Conab, por meio do PAA Net, projetos detalhados, com a quantidade de produtores fornecedores, produtos e quantidades oferecidas e, especificamente para a CPR-Doação as entidades que serão beneficiadas e a quantidade de pessoas assistidas.

Subvenções do Governo Federal

b) Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas

Subvenção econômica concedida diretamente aos extrativistas portadores da Declaração de Aptidão ao Pronaf, ou, ainda, a associações ou cooperativas com DAP jurídica, que tenham efetuado a venda de seu produto por preço de mercado e este tenha sido inferior ao preço mínimo fixado pelo governo federal.

Em meados de 2011 houve entrave na assinatura da Portaria Interministerial que libera os recursos, sendo assinada somente em 23 de dezembro. Tal situação impossibilitou a operacionalização do Programa no segundo semestre, devendo influenciar negativamente os primeiros meses de 2012.

A Conab no Ceará iniciou, no exercício de 2011, as ações ligadas à subvenção contemplando o produto Amêndoa de Coco Babaçu. A operação implantada e realizada teve como norteadora as instruções contidas no COMUNICADO CONAB/MOC N.º 021- de 16/08/2010 -, que expõe em seus itens:

- **FINALIDADE:** proporcionar, por meio de subvenção, que o extrativista receba um bônus ao comprovar que efetuou a venda de seu produto por preço inferior ao mínimo fixado pelo Governo Federal.
- **OBJETO DA OPERAÇÃO:** pagamento de subvenção diretamente ao extrativista que efetuar venda de seu produto por preço de mercado e este for inferior ao Preço Mínimo fixado pelo Governo Federal, com escoamento deste

produto para fora da zona de produção. Entende-se por escoamento a retirada do produto do local de depósito do extrativista ou associação ou cooperativa, após fiscalização pela Conab.

- **DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:** deverão ser entregues nas Superintendências Regionais da Conab, os seguintes documentos: 10.2) Se a operação for realizada com Nota Fiscal de Compra emitida pelo adquirente (comerciante ou cooperativa ou usina ou indústria) em nome do extrativista, apresentar: 2ª a via desta nota, cópia do CPF regular, cópia da DAP, ou DAPÓP, ou REB, Banco, Agência e Conta Corrente para o recebimento da subvenção. 10.2.1 Quando a comercialização for realizada com grupo de extrativistas o adquirente (comerciante ou cooperativa ou usina ou indústria) poderá emitir Nota Fiscal de Compra, anexando lista dos extrativistas apresentando Nome, nº do CPF, cópia Nº da DAP ou DAP-P ou REB, preço de venda, quantidade, valor total da aquisição, Banco, Agência e Conta Corrente de cada extrativista para o recebimento da subvenção.
- **CÁLCULO DO VALOR DA SUBVENÇÃO:** o valor da subvenção a ser pago pelo Governo Federal será fixado na norma específica. Exclusivamente no caso das cooperativas o valor será dado pela soma da quantidade entregue comprovadamente por cada extrativista. O cálculo do valor da subvenção será efetuado pela aplicação da seguinte fórmula: $V_{su} = Q_{Li} (P_{Mi} \text{ ó } P_{Me})$ Onde: V_{su} = Valor da Subvenção a ser paga em R\$; Q_{Li} = Quantidade líquida do produto objeto da subvenção em kg; P_{Mi} = Preço Mínimo fixado pelo Governo Federal em R\$/kg; P_{me} = Preço Constante na Nota Fiscal de Venda ou de Compra, em R\$/kg.
- **CONTROLE DA OPERAÇÃO:** a Conab deverá manter atualizada planilha de preços de mercado dos produtos, por região produtora, como forma de identificar possíveis subfaturamentos nas Notas fiscais de Venda, restringindo o pagamento até o limite máximo estipulado nas Normas específicas por produto.
- **LIMITE DA SUBVENÇÃO:** o limite máximo de subvenção para cada extrativista será definido nas normas específicas. Não será paga a subvenção quando o valor da Nota Fiscal for inferior à pesquisa de preços de mercado validada pela Conab.
- **FISCALIZAÇÃO:** a Conab poderá verificar, quer seja no local de guarda pelo Extrativista ou pela Associação ou pela Cooperativa, ou ainda no estabelecimento do comprador, a existência do produto amparado pela documentação específica, assim como sua correção.
- **AMPARO LEGAL:** artigo 3.º da Lei n.º 11.326, de 24/07/2006 e art. 48.º da Lei n.º 11.775, de 17/09/2008, inciso IV.

A relevância desse programa de subvenção ao extrativista da amêndoa de coco babaçu reside, dentre outros benefícios sociais, na preservação da biodiversidade regional. É sabido que, caso não existam benefícios diretos para o homem do campo em preservar a planta do babaçu, a tendência é sua erradicação dos campos nativos onde florestas desse fruto são, gradativamente, substituídos pelo plantio de leguminosas ou outras fruteiras que tragam benefícios imediatos financeiros.

A ação do Governo Federal, através da Conab, por meio dessa compensação financeira - o bônus - visa incentivar e manter essa mata nativa, contribuindo para a sociobiodiversidade do País.

Os principais critérios adotados para definição das intervenções no Ceará foi o monitoramento dos preços praticados pelo mercado produtor e a percepção das principais regiões produtivas. Está previsto para o exercício futuro de 2012 a inclusão da Região do Cariri Cearense, bem como o aumento de ações na Região da Meruoca.

O critério utilizado para se operacionalizar a subvenção foi definido em face da total desorganização do setor extrativista. Em razão disso, coube à Conab, em campo, detectar os extrativistas, os compradores (atravessadores) e, com o apoio de associações de agricultores familiares locais e com o apoio, também, dos sindicatos de trabalhadores rurais, juntá-los em reuniões explicativas para que se pudesse por em prática as ações.

Para o exercício de 2011, o limite máximo de subvenção para cada extrativista foi definido em R\$950,00. E, o preço de mercado (Pme) para o produto Amêndoa de Babaçu, na região produtora da Serra da Meruoca, foi de R\$1,00 por quilo. O Preço Mínimo fixado pelo Governo Federal (PMi), no exercício de 2011, foi de R\$1,46. O Valor da subvenção pago a cada produtor extrativista foi de R\$0,46 (PMi ó Pme).

As operações de subvenção realizadas pela Superintendência Regional do Ceará no exercício de 2011 apresentou o seguinte quadro:

Quadro V ó Demonstrativo de Pagamento de Subvenção da PGPBio

UF	N.º Extrativistas	Quant. (Kg)	Valor (R\$)
Amêndoa de Babaçu			
CE	16	11.625	5.347,50
Subtotal	16	11.625	5.347,50
Total Geral	16	11.625	5.347,50

Fonte: Sureg/Gedes/CE

4. Promoção do Abastecimento

4.1 Atuação da Companhia

As ações desenvolvidas pela Conab visando a regularização do abastecimento interno incluem a venda de estoques governamentais, por meio de leilões públicos ou em balcão, a compradores de pequeno porte e a concessão de subvenção, como estímulo ao escoamento de produtos de zonas produtoras para áreas desabastecidas, assim como a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

As vendas em leilões públicos, com ou sem subvenção, são realizadas a partir de análises de mercado desenvolvidas pela Superintendência de Gestão da Oferta-Sugof, quando são identificadas as áreas desabastecidas, as variações danosas nos níveis de preços e os produtos que necessitam de intervenções. As vendas também podem ser realizadas para a redução de custos de manutenção de pontas de estoques, obedecidas as quantidades especificadas no Manual de Operações da Conab-MOC (embalagens até 10.000 unidades; arroz e milho até 100 toneladas; farinha e fécula de mandioca, feijão, juta/malva, mamona, rami, raspa de mandioca, sisal, soja trigo e sorgo até 60 toneladas; algodão, cera e pó cerífero de carnaúba até 2 toneladas), e pela necessidade de retirada de produtos de unidades armazenadoras onde ocorreram perdas e/ou desvios de produtos.

A concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, é feita por meio de leilões públicos e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização, quais sejam: o Prêmio de Escoamento de Produto-PEP e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, operacionalizados pela Conab em cumprimento

às determinações contidas em portarias interministeriais assinadas pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG.

Em 2011 foram divulgadas as seguintes portarias:

- Portaria Interministerial n.º 67, de 21 de fevereiro de 2011 ó PEP e PEPRO de arroz e feijão das safras 2010/2011 e 2011, até R\$200,0 milhões para o primeiro e até R\$50,0 milhões para o segundo;
- Portaria Interministerial n.º 408, de 12 de agosto de 2011 ó PEP para o sisal bruto, da safra 2011/2012, produzido nos estados da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, até o valor de R\$20,0 milhões.
- Portaria Interministerial n.º 453, de 14 de setembro de 2011 ó PEP e PEPRO para o trigo em grãos safra 2011, até o limite de R\$150,0 milhões.

Os recursos são oriundos das Operações Oficiais de Crédito-OOC, e constantes da Ação Orçamentária Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários, sob a coordenação da Coordenadoria Geral de Programação Financeira-Cofin, da Secretaria de Tesouro Nacional-STN, do Ministério da Fazenda.

Nestas operações cabe à Conab a divulgação dos editais, a realização dos leilões, o recebimento e conferência dos documentos que comprovam a efetivação do escoamento dos produtos, de acordo com as normas constantes dos editais, e o pagamento das subvenções, posteriormente ao recebimento dos recursos financeiros do Ministério da Fazenda.

Por último, a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional atende aos objetivos das seguintes ações orçamentárias:

- Ação Orçamentária **ôDistribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicosô**, do Programa Acesso à Alimentação, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, que visa a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, tais como famílias acampadas que aguardam o programa da reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas, atingidos por barragens, que se caracterizam pelo estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional, e,
- Ação **ôSocorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastresô**, do Programa Resposta aos Desastres, do Ministério da Integração Nacional, que objetiva prestar assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para a pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como em situação de emergência ou em estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

Para a distribuição das cestas a Conab celebra Termos de Cooperação Técnica com os ministérios acima citados, recebendo descentralizações orçamentárias/financeiras objetivando a aquisição de produtos por meio de leilões públicos, incluindo a montagem das cestas, a remoção para as áreas necessitadas e a disponibilização às entidades para a efetiva distribuição, de acordo com as orientações do MDS ou da Defesa Civil.

4.2 ó Vendas dos Estoques Públicos

4.2.1 Vendas em Leilões Públicos

As elevadas vendas dos estoques públicos em 2011 foram realizadas para amenizar as elevações dos preços internos ocasionados, principalmente, por fatores críticos relacionados às atipicidades climáticas, tais como as secas prolongadas, invernos rigorosos e chuvas torrenciais no Brasil e no mundo. Esta situação inflou as cotações internacionais puxando, consequentemente, os preços internos dos grãos, principalmente, do trigo, do café e do milho.

Entre os meses de abril a setembro foi realizada a venda de mais de 570 mil toneladas de trigo em decorrência da seca, principalmente nos principais países produtores, que puxaram os preços mundiais do cereal, tendo reflexos no mercado interno. Pelo mesmo fator, mas durante o último trimestre, foram disponibilizadas ao mercado nacional algo em torno de 30 mil toneladas de café em grãos, para aproveitar o momento em que as cotações estavam elevadas, em razão da oferta mundial apertada, comparada à demanda, influenciando, assim, os preços internos do grão.

Em função do seu grau de importância no cenário mundial, a queda da produção da safra norte-americana de milho e o aumento no consumo mundial geraram uma relação estoque/consumo extremamente ajustada. Dessa forma, no início do ano as exportações de milho foram muito elevadas. Fatores climáticos também atingiram o País, o que ocasionou o atraso na colheita e a necessidade de venda, para suprimento ao mercado interno, de **mais de 800 mil toneladas** de milho. As vendas efetivadas por meio de leilões públicos foram realizadas durante todo o ano de 2011, utilizando-se, para tanto, os estoques públicos existentes nos estados da Bahia, do Distrito Federal, de Goiás, de Minas Gerais, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, do Paraná, de Rondônia, do Rio Grande do Sul, de São Paulo e de Tocantins.

4.2.2 - Venda para Escoamento do Produto - VEP (Leilão Público, com Subvenção)

Esta modalidade de venda é realizada por meio do instrumento denominado Valor de Escoamento do Produto-VEP em que é paga uma subvenção econômica a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de seu valor e posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento, é ressarcido do valor da subvenção definida em leilão.

Em 2011, pelo motivo já citado, foram realizadas vendas de 221.112 toneladas de milho armazenados nos estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, com escoamento para estados da Região Nordeste. Em relação ao exercício anterior verificou-se incremento de 230,56% nas quantidades vendidas.

4.2.3 - Vendas em Balcão

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei n.º 8.171, de 17/01/91), o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação com o desenvolvimento do setor agrícola, notadamente quanto ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o Art. 3.º daquela Lei destaca, dentre outros, os seguintes: o III ó eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura; e, o X ó prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família.

Uma das principais ações que foram adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos, e que estão ligadas diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a óespecial,

exclusiva e excepcionalö permissão para a comercialização de forma direta dos estoques públicos e que estão sob a gestão administrativa do Governo Federal, a um público específico e com um perfil pré-definido. Tal permissão pode ser vislumbrada no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.º 182, de 25/08/1994, que assim descreve: òExcepcionalmente, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas òde balcão (...), respeitados os princípios desta portariaö.

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, agravada pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

Para contrapor essa situação, foram formuladas as operações de vendas em balcão, com o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Tal permissiva, em síntese, traduz o reconhecimento de que as condições financeiras e estruturais dos pequenos compradores impõem-lhes permanentes limitações quanto a um suprimento regular de insumos, necessários à manutenção de seus negócios. A falta de capital de giro, incluindo o acesso ao crédito, não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, tornando-os vítimas das flutuações e oportunismo do mercado. Com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, assegura-se um contínuo processo de alavancagem de um dos mais representativos segmentos da economia nacional. Propicia-se, assim, a geração de renda e empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, inibindo, em consequência, o êxodo populacional para os grandes centros urbanos. Também se beneficiam deste Programa as entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor.

Para que os produtos ofertados sejam acessados por um número maior de clientes, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto e região, sendo:

- milho em grãos ó 14 toneladas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e 27 toneladas nas regiões Sul e Sudeste;
- arroz em casca ó 100 toneladas;
- trigo em grãos ó 50 toneladas;
- castanha de caju ó 10 toneladas (embalagem 1.000 unidades);

Os preços de venda dos produtos são compatíveis com o mercado, em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído, sendo observado:

- não pode ser inferior ao preço médio ponderado de fechamento do último leilão público do produto realizado pela Conab no estado onde for realizada a venda em balcão;
- o preço é mantido até a ocorrência de novo leilão e, no máximo, por 30 dias corridos;

- no caso de não ter ocorrido leilão nos últimos 30 dias corridos, o preço praticado não pode ser inferior ao preço constante na publicação oAcompanhamento Semanal de Preçosö, editada pela Conab e de circulação pública;
- no cálculo do preço de venda, podem ser considerados ágios e deságios por tipo, safra, localização e embalagem, em relação às especificações do produto leiloado;
- não ocorrendo leilão, nem havendo divulgação de preços na oTabela de Acompanhamento Semanalö, são adotados os valores constantes na oTabela Referencial dos Preços VEP/PEP/PEPROö;
- quando nenhuma das condições anteriores forem aplicáveis neste tipo de operação, é adotada a oTabela Referencial de Composição do Preço do Milho Importadoö;
- o produto é entregue ao comprador no armazém onde está depositado, correndo por conta do mesmo as despesas com o transporte. Nos armazéns próprios, as despesas adicionais, inclusive serviços de braçagem, são de responsabilidade da Conab.

Os preços de venda, a área de abrangência, a clientela e demais procedimentos operacionais e financeiros do Programa estão definidos no Título 22 ó Programa de Abastecimento Social/Venda em Balcão do Manual de Operações da Conab-MOC.

As vendas em balcão de produtos dos estoques públicos (incluindo os originários de aquisições da Agricultura Familiar), cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e à atratividade do seu preço de venda, foram realizadas em 21 estados mais o Distrito Federal, totalizando 228.272 toneladas de produtos, sendo: 227.322 toneladas de milho em grãos, 827 toneladas de farelo de arroz, 111 toneladas de quirera de arroz e 12 toneladas de castanha de caju, com benefício direto que compreendeu 80.684 atendimentos.

Quadro VI ó Demonstrativo de Vendas em Balcão

UF	Quantidade Vendida (Em t)	Receita de Venda (Em R\$)	Nº de Atendimentos
MILHO			
CE	35.849	20.737.162,25	12.948
Subtotal	35.849	20.737.162,25	12.948
Total Geral	35.849	20.737.162,25	12.948

Fonte: Supab/Gepab

Em função do aumento dos preços de milho em grãos ocorrido durante o ano de 2007, as vendas superaram as do ano anterior em 99,6%, reduzindo de forma substancial os estoques públicos e, em consequência, gerando menor comercialização em 2008. Em 2009, devido à queda dos preços nos mercados nacional e internacional e ao aumento da produção na Região Centro-Oeste, principalmente no Estado do Mato Grosso, a Conab atuou de forma intensiva absorvendo grande parte do excedente e agregando mais de 4,1 milhões de toneladas de milho aos estoques públicos, permitindo que o Programa Vendas em Balcão ampliasse o atendimento aos compradores de pequeno porte, reduzindo os efeitos do contínuo aumento dos preços e da escassez do produto, principalmente nos estados das regiões Norte e Nordeste.

4.2.4 - Comercialização por meio da Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-Refap

Em 2009, a Conab passou a disponibilizar parte dos estoques públicos adquiridos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA para comercialização por meio da Refap, beneficiando as populações de baixa renda clientes dos pequenos mercados nas periferias das grandes cidades e integrantes de Centrais de Negócios. Em 2011, foram comercializadas 2.087 toneladas nas Centrais de Negócios já formadas.

Quadro VII ó Demonstrativo de Vendas pela REFAP

Sureg	Quantidade (t)					Total	Valor (Em R\$)	N.º Varejistas Atendidos	N.º Famílias Beneficiadas
	Açúcar	Arroz Beneficiado	Farinha Mandioca	Leite em pó	Pêssego em calda				
CE	39,6	59,4	-	5,6	-	104,6	158.182,80	373	35.324
Total	39,6	59,4		5,6	0,0	104,6	158.182,80	373	35.324

Fonte: Supab/Gevap

A quantidade de produtos disponibilizada pela Conab para comercialização nas Centrais de Negócios depende do volume de estoques disponíveis. Em relação ao exercício anterior verifica-se redução de 6,3% nas quantidades vendidas.

Apoio à Comercialização com Subvenção

Em cumprimento às determinações contidas nas portarias interministeriais anteriormente citadas e com recursos financeiros descentralizados pelo Ministério da Fazenda, a Conab realizou leilões públicos de concessão de subvenção econômica objetivando o escoamento do excedente da produção agrícola das zonas de produção para áreas desabastecidas, reduzindo-se, assim, a ocorrência de pressões de alta nos preços nestas áreas e de baixa nas zonas de produção minimizando, ainda, os prejuízos causados pela ação de atravessadores.

Em 2011 foram realizados leilões de PEP e de PEPRO, atendendo essa finalidade.

Prêmio de Escoamento de Produto-PEP

O PEP é um instrumento de política agrícola que concede subvenção econômica aos interessados em adquirirem produtos diretamente do produtor e/ou sua cooperativa, garantindo-lhes o pagamento do valor de referência, sob a condição de que procedam o escoamento do excedente da safra para a região de consumo, evitando assim a aquisição desses excedentes por parte do governo federal.

Durante o exercício foram realizados 57 leilões (18 para arroz, 32 para sisal e 7 para trigo), sendo negociadas um total de 2.481.468 toneladas, cerca de 68,2% da quantidade oferecida, com subvenção prevista de R\$279.472.268,87.

Até o fim do exercício havia sido comprovado o escoamento de 788.920 toneladas, com subvenção paga de R\$84.611.642,24. Os prazos de comprovação variam de acordo com a data de realização dos leilões, estendendo-se até 28/02/2012 para o arroz, 15/08/2012 para o sisal e até 30/05/2012 para o trigo.

Em função dos preços do milho terem permanecido em patamares acima do preço mínimo fixado, não necessitando, portanto, de intervenções visando ao escoamento do produto, a quantidade negociada em 2011 foi 82,4% inferior à de 2010.

Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO

O Pepro é uma subvenção econômica concedida ao produtor rural, e/ou sua cooperativa, que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o valor de referência estabelecido pelo governo federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão público, obedecida a legislação vigente em cada estado da federação. O Pepro é lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do valor de referência.

Em 2011, foram realizados 11 leilões (8 para arroz e 3 para trigo) sendo negociadas 117.074 toneladas, cerca de 28,4% do total ofertado, com subvenção prevista de R\$10.469.004,70.

Até o fim do exercício não havia sido comprovado o escoamento dos produtos pois os prazos de comprovação variam de acordo com a data de realização dos leilões, estendendo-se até 28/02/2012 para o arroz, e até 30/05/2012 para o trigo.

Pelo motivo já exposto a quantidade negociada em 2011 foi 86,6% inferior à de 2010.

4.4 - Doação de Produtos Alimentícios - Doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional-MDS

A experiência iniciada em 2003 tem demonstrado ser necessário a a continuidade da ação de atendimento às famílias acampadas, indígenas, quilombolas, comunidades de terreiro, atingidas por barragens (MAB), pescadoras artesanais e/ou outras em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional.

Por meio do Termo de Cooperação celebrado em 2010, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS repassou à Conab recursos orçamentários/financeiros no valor final de R\$61.847.808,64, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios e a operacionalização da distribuição de cestas de alimentos.

A aquisição dos alimentos é realizada pela Matriz por meio de leilão eletrônico e a entrega é realizada nos locais estabelecidos no Aviso de Leilão. Ainda, na formação dos estoques, de comum acordo com o MDS, a Conab pode utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

A retirada dos alimentos bem como a sua distribuição às famílias beneficiárias é de responsabilidade dos representantes do INCRA/OAN, Funai/Funasa, Fundação Cultural Palmares, SEPIR, MAB e MPA.

Em 2011, foram realizados 1.738.726 atendimentos a 396.769 famílias com distribuição de 42.419 toneladas de alimentos em 26 estados e no Distrito Federal.

Em relação ao exercício anterior verifica-se redução de 11,1% no número de famílias atendidas, de 10,7% na quantidade de atendimentos e de 8,4% na quantidade de produtos distribuídos, conforme demonstrado na Figura xxxx

Quadro VIII ó Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional - MDS

UF	Atendimentos Efetuados																			Total Geral				
	Acampados			Quilombolas			Comunidades de Terreiro			Atendimentos Especiais			MAB			Indígenas			Pescadores Artesanais					
	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)
CE	2.777	18.831	444	817	5.635	133	100	600	14	-	-	-	1.622	8.110	190	2.000	12.599	295	600	3.600	86	7.916	49.375	1.162
Total	2.777	18.831	444	817	5.635	133	100	600	14	0	0	0	1.622	8.110	190	2.000	12.599	295	600	3.600	86	7.916	49.375	1.162

a) Distribuição de alimentos a pessoas atingidas por desastres de qualquer natureza-MI

Em 2010 a Conab, sob a orientação do Ministério da Integração Nacional, distribuiu 119.579 cestas de alimentos a igual número de famílias correspondendo a 2.954 toneladas de alimentos.

Quadro IX - Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional ó MI

UF	Atendimentos Efetuados												Total Geral		
	Emergência/Defesa Civil			Acampados			Quilombola			Atendimentos Especiais					
	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)
CE	2.000	2.000	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000	2.000	50
Total	2.000	2.000	50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.000	2.000	50

b) Suplementação da Oferta de alimentos para Entidades Públicas e de Interesse Social

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outra instituições de interesse público, a Conab, em 2011, por meio da Superintendência de Abastecimento Social-Supab, fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar doou, 14.177 toneladas de produtos alimentícios.

Quadro X ó Demonstrativo da Distribuição de Alimentos

UF	N. de Inst. Beneficiadas	Produto (Em t)																			Total	
		Açúcar		Arroz		Biscoitos e Rosquinhas	Doce de Frutas	Farinha			Leite		Macarrão	Mel	Milho	Óleo de Soja	Polpa de Frutas	Polvilho	Sementes	Suco de Fruta		Trigo em Grãos
		Cristal	Mascavo	Beneficiado	Em casca			de Mandioca	de Milho	de Trigo	Em pó	Integral										
CE	32	-	-	-	-	-	9	74	-	-	8	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	92
Total	32	0	0	0	0	0	9	74	0	0	8	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	92

c) Doação de Feijão da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM

Por meio da Lei n.º 12.058, de 13 de outubro de 2009, a Conab foi autorizada a doar aos Programas conduzidos pelo MDS, pela Secretaria de Defesa Civil e pelo Ministério da Educação, para atendimento às demandas geradas pela populações em situação de insegurança alimentar, até 70,0 mil toneladas de feijão dos estoques públicos.

Durante o exercício foram distribuídas 2.526 toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir, representando um percentual de 11,91% do total doado.

Quadro XI ó Demonstrativo da Distribuição de Feijão

UF	Quantidade (t)	Participação (%)
CE	2.526	11,91
Total	2.526	11,91

Fonte: Supab/Gepri

d) Ajuda Humanitária Internacional

Além do atendimento à população brasileira, o governo tem empreendido esforços para ampliar sua assistência humanitária internacional com o objetivo de assistir países ou populações que se encontrem em situações de emergência, calamidade pública, convulsões sociais, catástrofes naturais ou causadas pelo homem, conflitos armados, insegurança alimentar

aguda, risco iminente ou grave ameaça à vida, à saúde, à garantia dos direitos humanos ou humanitários, aliando ações preventivas, emergenciais e estruturantes.

Com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional (GTI-AHI), pelo Decreto Presidencial de 21 de junho de 2006, coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores e integrado, ainda, por outros 12 ministérios e pelas Casa Civil, Secretaria-Geral e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, foi aprimorada a capacidade de resposta brasileira a situações de calamidades socionaturais, por meio da estruturação de uma política externa humanitária, caracterizada pela coordenação interministerial, pela participação da sociedade civil, pela atenção permanente a uma gama muito mais diversificada de calamidades naturais e antropogênicas e pelo foco em desenvolvimento sustentável, que contempla também aspectos de prevenção e reconstrução.

A fim de agilizar ainda mais o envio de assistência humanitária, a Conab montou na Base Aérea do Galeão, na cidade do Rio de Janeiro, o Armazém Humanitário Internacional, onde ficam previamente estocadas 14 toneladas de alimentos prontos para consumo humano. Com a criação do Armazém o Governo brasileiro pretende atender, com a máxima urgência possível, às demandas humanitárias da comunidade internacional.

O envio de produtos aos países amigos teve início em 2004 tendo sido doadas, até 2011, 134.307 toneladas de diversos produtos alimentícios e 68.596 latas de sardinha, fiambre e óleo de soja. Os produtos doados podem ser adquiridos pela Conab no mercado, por meio de leilões públicos, ou adquiridos de agricultores familiares no âmbito do PAA.

Em 2011, foram doadas 86.793 toneladas de produtos alimentícios a 14 países e mais 2.172.500 unidades de sacaria para acondicionamento dos produtos, conforme detalhado no quadro a seguir.

5 ó Articulação e Organização do Abastecimento

Além das ações concretas materializadas por meio de remoções dos estoques públicos para comercialização em áreas carentes, das vendas realizadas por meio de leilões, com ou sem subvenção, das vendas em balcão e da concessão de subsídios para o escoamento da produção, a Conab desenvolve ações objetivando a melhoria e organização do abastecimento.

Com a desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac - que tinha como proposta inicial o estabelecimento de uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais para servir como ponto de referência aos negócios entre produtores e distribuidores, propiciando o melhor ponto de equilíbrio da oferta e preços, levando à transferência do controle acionário das Ceasas para Estados e Municípios - boa parte dos mercados passou a apresentar uma série de deficiências estruturais, técnicas e operacionais. Tais deficiências implicaram, em maior ou menor grau, na obsolescência das estruturas físicas de comercialização e apoio, bem como na precarização dos métodos de gestão empresarial e dos serviços de informação e assistência técnica aos produtores, vendedores e consumidores. Muitas vezes submetidos a interesses políticos locais, ou à influência dos agentes privados, que virtualmente se apropriaram da gestão, pressionando por tarifas e preços irreais, foi solapada a capacidade de sustentabilidade financeira de boa parte das empresas gestoras.

Diante desse cenário a Conab deu início a uma série de atividades que propiciassem a remontagem desse Sistema, concretizado por meio da Portaria MAPA 171, de 24 de março de 2005, que instituiu no âmbito da Conab o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado

Hortigranjeiro-Prohort.

Além deste, e na linha dos programas institucionais, tendo como diferencial ser um programa de gestão direta da Conab e contar com dotação orçamentária específica foi criada a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, ainda em fase de estruturação. A estratégia de implantação adotada previa o início da Rede a partir da Região Nordeste, contemplando os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, sendo estendida, em 2011, para o Estado do Amazonas.

5.1 ó Prohort

Por demanda de representações do setor, a Conab iniciou um amplo debate sobre o tema, visando estruturar ações que contribuíssem para a melhoria dos processos de produção, guarda/conservação, transporte e comercialização de produtos hortigranjeiros. Em decorrência, surgiu a proposta de criação do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort.

O Programa, entre outros objetivos, também se propõe a compor o conjunto de informações agrícolas, na medida em que visa desenvolver e integrar os bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento (Ceasas), subsidiando informações técnicas para a formulação de políticas agrícolas e de abastecimento, universalizando as informações geradas e reduzindo as assimetrias junto ao público. Instituído em 2005, o Programa tem a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento. Estas Centrais poderão se tornar áreas privilegiadas para a execução e difusão das Políticas Públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança alimentar.

O mercado de produtos hortigranjeiros, no conjunto dos segmentos econômicos, é de significativa relevância em termos físicos e financeiros. É um dos setores da agricultura com maior tendência de crescimento. Apesar da sua pujança, de expressiva dimensão geográfica e econômica, envolvendo inúmeros agentes públicos e privados, é um mercado desprovido de capacidade de articulação ó em face da quebra da sua unidade sistêmica ó ainda que alguns mercados encontrem-se filiados à Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento-Abracen.

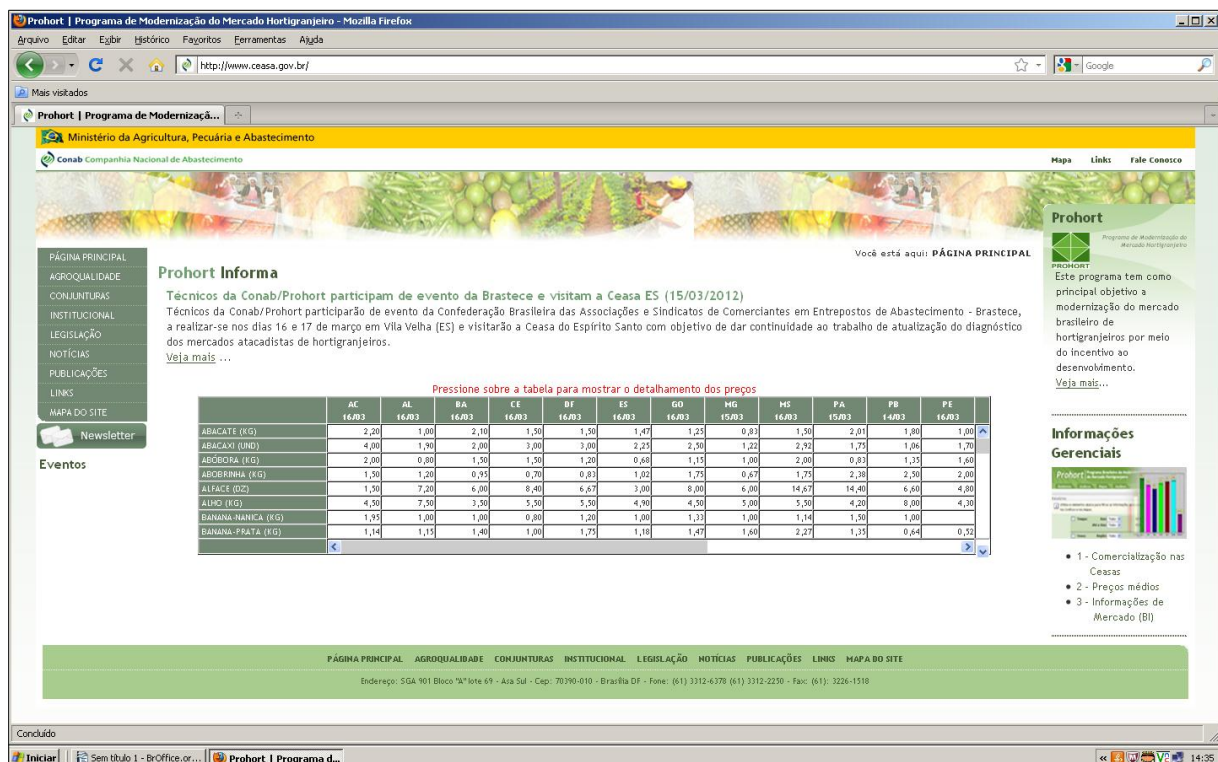
A coordenação do Programa pela Conab é exercida em articulação com os mercados atacadistas e demais entidades diretamente envolvidas, a partir de um modelo sistêmico que contempla o conjunto dos interesses do setor, da produção à comercialização. O desenvolvimento desta Ação se dá por meio de atividades coordenadas pela Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-GEHOR, na Matriz.

O Programa abrange 22 estados da federação e no período realizou ações de apoio para a estruturação física e operacional de 54 mercados atacadistas, contemplando reuniões técnicas, visitas para avaliação operacional e orientação técnica, atualização de diagnósticos dos mercados atacadistas de hortigranjeiros, formalização de Termos de Cooperação Técnica, treinamento para operação da base de dados do Prohort e assessoramento técnico.

Criado pela Conab, o portal www.ceasa.gov.br disponibiliza informações sobre o Prohort, trabalhos técnicos, normativos, acervo de trabalhos técnicos sobre as Ceasas, informações técnicas sobre hortaliças e frutas, informações sobre conjuntura agrícola e informações diárias sobre preços e quantidades dos principais produtos comercializados nas

Ceasas etc.

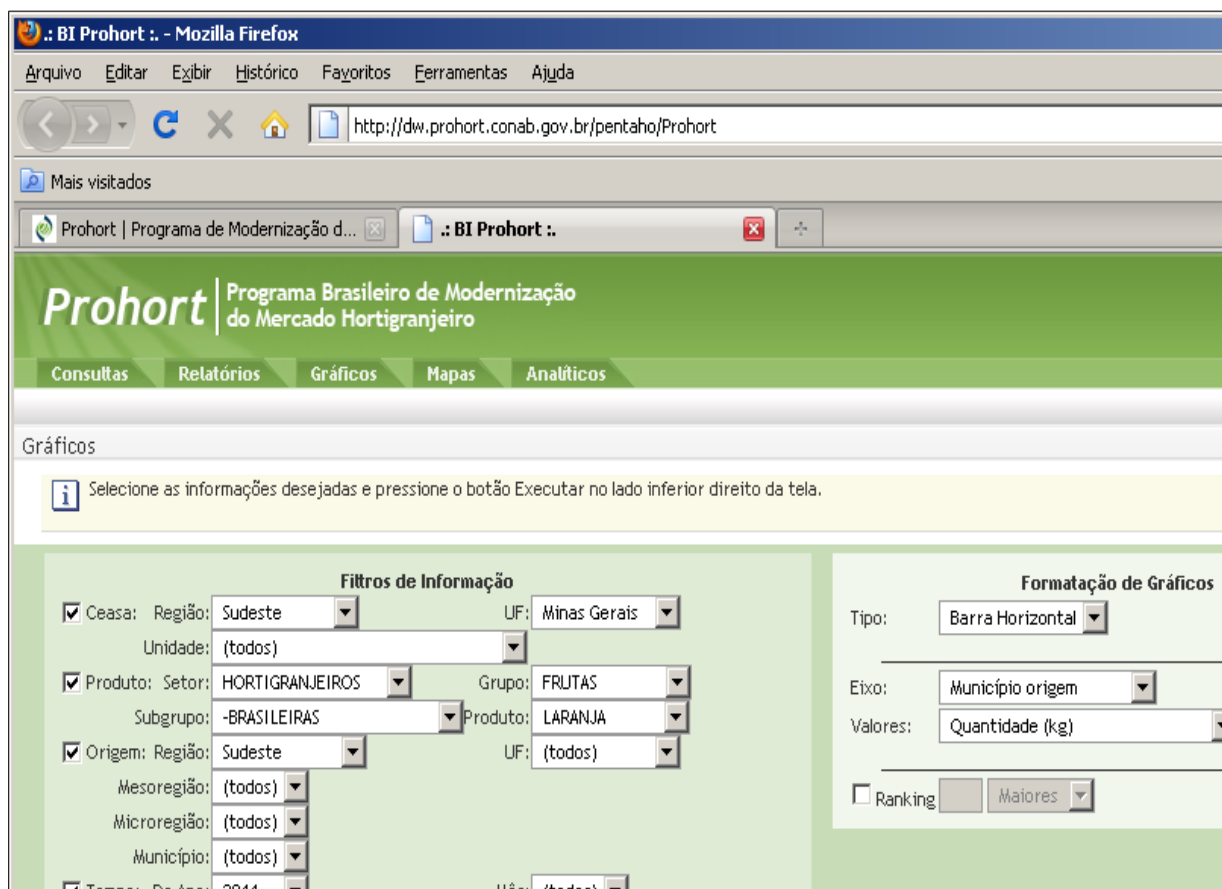
Figura XI 6 Tela Principal do Sítio Ceasa



Disponíveis informações sobre: Últimos 30 preços mais comuns no atacado (Ceasa) de referência no estado pesquisado, Últimos 30 preços médios no atacado (Ceasa) de referência no estado pesquisado; Últimos 30 preços médios por região no atacado (Ceasa) do estado pesquisado, Últimos 30 preços médios no atacado (Ceasa) da região pesquisada e Últimos 30 preços mais comuns no atacado em todas as Ceasas.

Além destas o interessado por elaborar sua própria pesquisa utilizado-se dos parâmetros disponíveis inclusive com a geração de gráficos.

Figura XII 6 Tela de Pesquisa do Sítio Ceasa



The screenshot shows a web browser window with the address bar displaying `http://dw.prohort.conab.gov.br/pentaho/Prohort`. The page title is "Prohort | Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro". The main navigation bar includes links for "Consultas", "Relatórios", "Gráficos", "Mapas", and "Analíticos". The "Gráficos" section is active, displaying a message: "Selecione as informações desejadas e pressione o botão Executar no lado inferior direito da tela." Below this, there are two main panels: "Filtros de Informação" and "Formatação de Gráficos".

Filtros de Informação

- ☒ Ceasa: Região: **Sudeste** UF: **Minas Gerais**
- Unidade: **(todos)**
- ☒ Produto: Setor: **HORTIGRANJEIROS** Grupo: **FRUTAS**
- Subgrupo: **-BRASILEIRAS** Produto: **LARANJA**
- ☒ Origem: Região: **Sudeste** UF: **(todos)**
- Mesoregião: **(todos)**
- Microregião: **(todos)**
- Município: **(todos)**
- ☒ Tempo: De Ano: **2011** Mês: **(todos)**

Formatação de Gráficos

- Tipo: **Barra Horizontal**
- Eixo: **Município origem**
- Valores: **Quantidade (kg)**
- ☐ Ranking **Maiores**

5.2 6 REFAP

A Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos ó REFAP foi concebida com a função básica de ser indutora de ações que promovam, mediante prévia seleção e capacitação de unidades varejistas, a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de por meio do associativismo, fortalecer o comércio de pequeno porte e incorporar melhorias ao suprimento da sua clientela.

É uma associação voluntária, sem alinhamentos jurídicos ou fiscais, que fomenta, sob o estímulo e apoio do agente público, ações de modernização e fortalecimento dos empreendimentos comerciais filiados.

Para a formalização das centrais de negócios cabe a Conab:

- definição das áreas de atuação, considerando a necessidade de apoio institucional ao segmento varejista de pequeno porte e a perspectiva de implantação de uma Central de Negócios,
- identificação do interesse das unidades varejistas em integrar os propósitos da rede, com elaboração de um cadastro técnico;
- formalização do termo de adesão da unidade varejista à rede, pactuando compromissos;
- identificação e alinhamento, em termos de prioridade, das deficiências apresentadas pelas unidades varejistas, para que seja articulado o apoio técnico

requerido,

- gerenciamento do apoio técnico, diretamente pela Conab e/ou em articulação com entidades parceiras, abrangendo: pontos de venda, legislação, procedimentos comerciais, processos operacionais e gerenciais, fontes de suprimento e linhas de crédito,
- formação das Centrais de Negócios, contemplando: definição das unidades varejistas parceiras, esclarecimentos e convencimento dos potenciais participantes, integração dos participantes, nivelamento profissional e processo de formalização da entidade,
- articulação institucional entre as Centrais de Negócios constituídas, fomentando a sua expansão, potencializando estratégias empresariais, elevando o associativismo e preservando os compromissos para com as comunidades circunvizinhas.

Os resultados esperados são:

- para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;
- para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação, pela formalização e expansão do comércio local;
- para os varejistas: qualificação e expansão de seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto em condições favoráveis às indústrias fornecedoras, e
- para os fornecedores: expansão qualitativa das vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidades ociosas.

Desde a criação da Refap recebeu a adesão de 978 varejistas tendo sido consolidada a formação de 8 centrais de negócios e estado 9 em formação, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XII ó Demonstrativo de Varejistas Filiados a REFAP

UF	Varejistas Filiados		Centrais de Negócios	
	Adesões em 2011	Total	Formadas	Em formação
CE	09	270	1	1

Fonte: Supag/Gecap

Em 2011, foi realizado o III Encontro Nacional da Refap, com o objetivo de nivelar e capacitar as equipes técnicas da Conab que atuam diretamente com a Rede. Durante o evento foram proferidas palestras com os seguintes temas: O Associativismo e o Pequeno Varejo Alimentar no Brasil, Tendências de Mercado no Associativismo, Desafios e Oportunidades de Centrais de Negócios, Casos de Sucesso em Centrais de Negócios e Superação de Dificuldades na Formação de Centrais de Negócios. Na oportunidade, foram realizadas 'salas de situações' quando foram discutidas, analisadas e apresentadas sugestões objetivando o aprimoramento da metodologia de formação das redes e a necessidade de padronização das informações dos relatórios operacionais/gerenciais.

Também foi realizada apresentação ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS dos projetos para expansão da Refap e da implantação de Unidade de Serviço Móvel Fluvial que tem como objetivo a aquisição de produtos da agricultura familiar, do extrativismo e pescado, bem como, o abastecimento social das populações ribeirinhas da Amazônia Legal, por meio de embarcações, tipo chata, atuando nas calhas dos rios Amazonas, Negro, Solimões, Juruá, Purus e Madeira e duas Unidades Armazenadoras Frigorificadas.

5.3 ó Principais Indicadores de Desempenho

Quadro XIII ó Mercados Integrados na Base de Dados

Percentual de Mercados Integrados na Base de Dados				
Descrição: Percentual de mercados atacadistas integrados em relação aos existentes no Brasil				
Objetivo: Acompanhar a evolução do processo de integração dos mercados atacadistas, conforme meta prevista				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: 5				
Meta: 100% dos mercados existentes				
Fórmula de Cálculo: $(9/Y)$				
Variáveis: X = número de mercados integrados e Y = número de mercados existentes				
Fonte: X e Y = Supab/Gehor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Periodicidade: Gerente da Gehor				
Resultados:				
2008				32,81
2009				53,13
2010				71,88
2011	Meta:		Realizado	84,38
Análise: Desde quando foi instituído o Programa tinha como meta integrar 64 mercados até o fim de 2011, sendo integrados no período 54 Ceasas/mercados. A meta não foi integralmente atingida devido a necessidade de investimentos, de organização e de capacitação de pessoal nas Ceasas e mercados atacadistas. Os 10 restantes passaram a ser meta para 2012.				

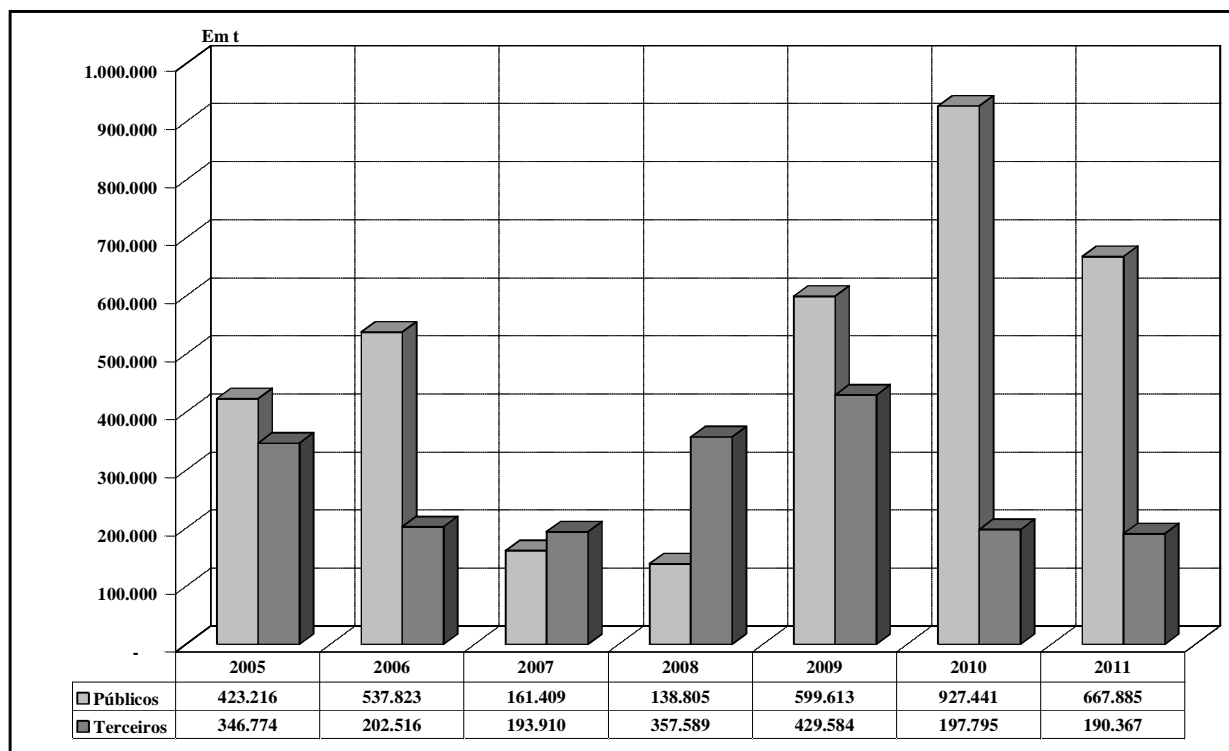
6 ó Prestação de Serviços

6.1 ó Serviços de Armazenagem de Produtos de Terceiros

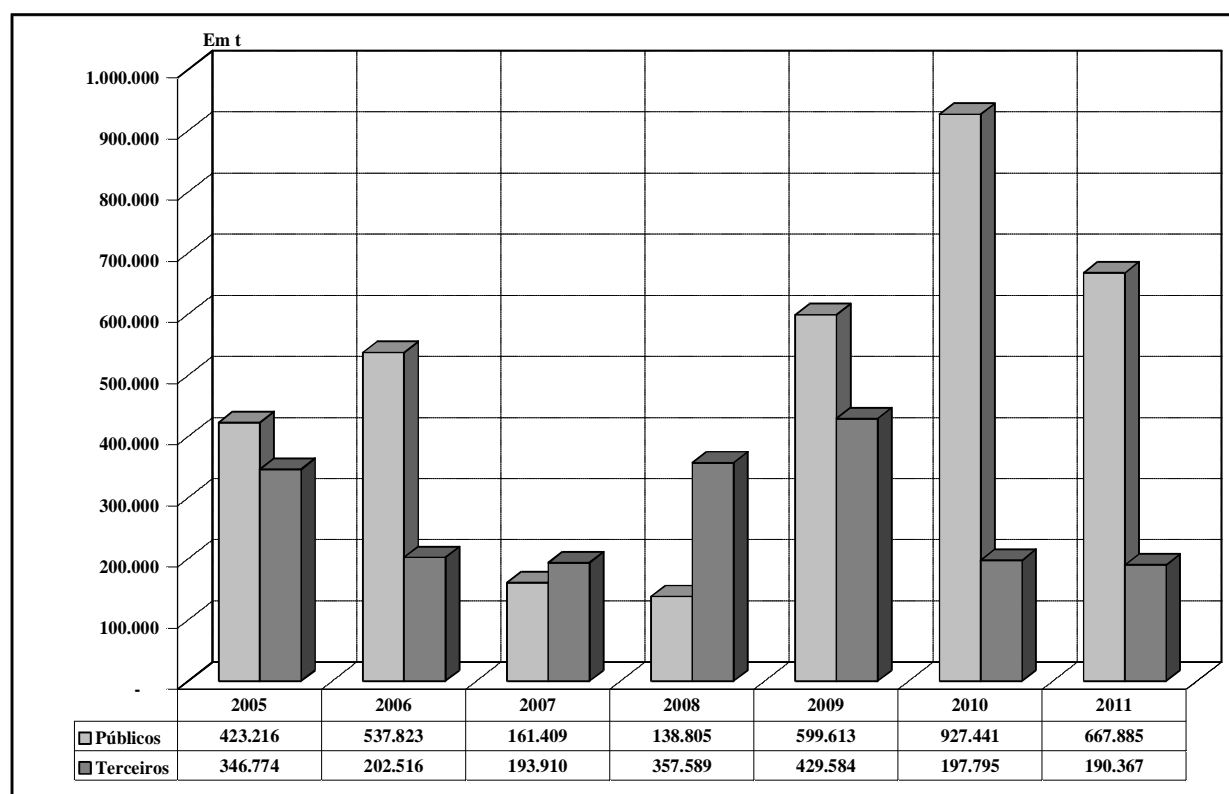
De acordo com os objetivos constantes no Estatuto Social a atividade de armazenagem desenvolvida pela Conab tem como função principal a guarda e a conservação dos estoques públicos formados a partir da execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, além das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno, podendo atuar, se necessário, como companhia de armazéns gerais.

A figura a seguir apresenta a evolução do estoque médio anual armazenado nas unidades próprias. Verifica-se que, à exceção dos exercícios de 2007 e de 2008, os estoques públicos superam os de terceiros.

Figura XIII ó Evolução dos Estoques Armazenados, por Propriedade



Fonte: Suarm/Gearm



No fim do exercício estavam estocados nas unidades próprias 118.789 toneladas de produtos de terceiros (quadro detalhado no Anexo xxxx).

Quadro XIV ó Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias

UF	QUANTIDADE	VALOR
CE	325.314	1.584.786,50

Fonte: Suarm/Gearm

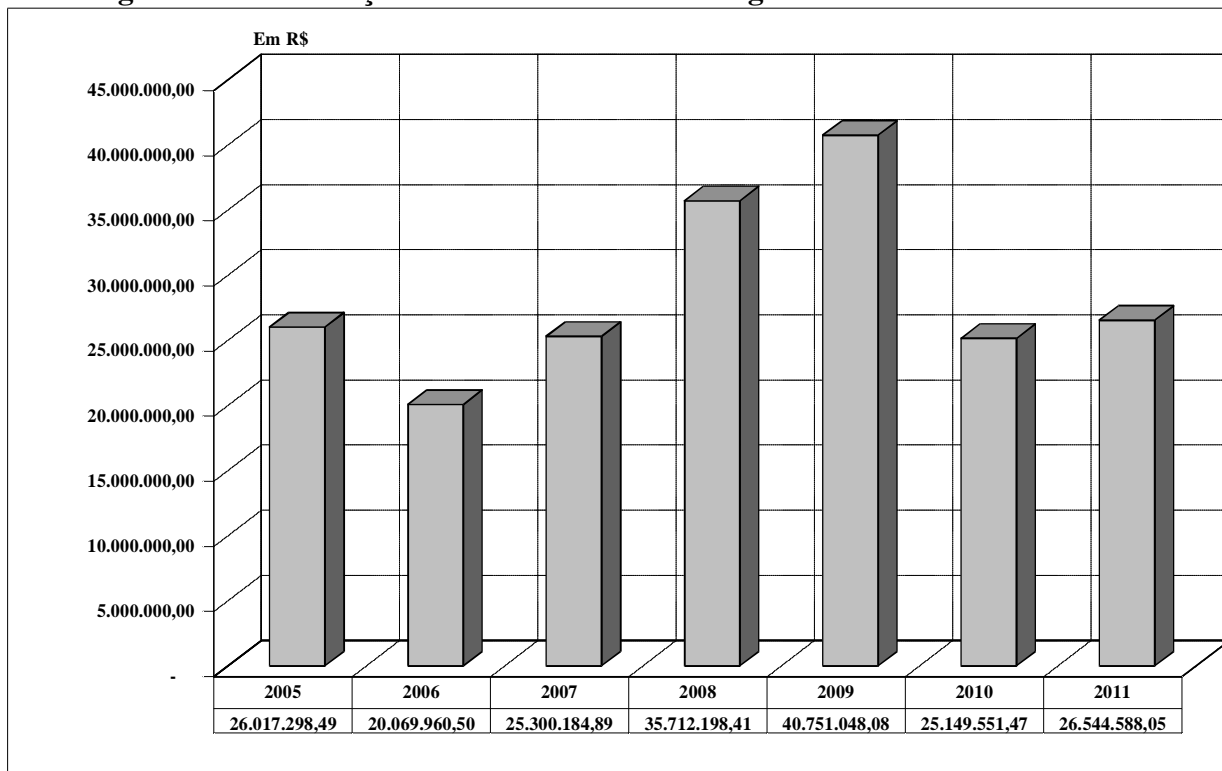
6.2 ó Receita de Armazenagem de Produto de Terceiros

Em 2011, o faturamento total com serviços de armazenagem de produtos de terceiros, incluindo as tarifas de armazenagem e as de garantia e produtos armazenados, foi de R\$26.544.588,05, com incremento de 5,5% sobre a do exercício anterior, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro XV ó Fatura Total com Serviços de Armanagem

Sureg:		Ceará					
Unidade	Receita de Armazenagem de Terceiros						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Sede-Sureg/CE	-	-	913,31	75,00	39.016,03	65.671,09	1.365,00
Crateús		15,00	1.840,15	2.235,00	465,00	1.115,40	-
Iguatu	93.271,58	94.504,74	98.031,85	100.468,64	102.788,55	22.750,20	9.795,00
Juazeiro do Norte	8.411,69	6.856,54	10.007,76	18.850,73	2.923,63	1.500,00	75,00
Maracanaú	80.641,04	162.272,39	250.096,62	246.751,83	191.054,23	98.635,01	75.397,88
Russas	4.560,00	5.092,17	10.531,56	10.286,34	15.927,07	14.450,43	6.690,00
Senador Pompeu	2.703,95	1.827,50	-	-	-	-	-
Sobral	2.547,21	2.873,14	540,00	6.675,00	15.030,00	13.170,00	16.095,00
Total-Sureg	192.135,47	273.441,48	371.961,25	385.342,54	367.204,51	217.292,13	109.417,88

Figura XIV ó Evolução da Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros



Fonte: Demonstrativo de Resultado do Exercício-DRE

6.3 ó Demonstrativo do Resultado da Armazenagem

Para efeito de contabilização a atividade de armazenagem é agrupada no Subórgão 2231-Atividades Próprias que inclui a Matriz, a Sede das Regionais e as Unidades Armazenadoras.

Durante o exercício de 2011 o faturamento com os serviços de armazenagem de estoque de terceiros foi de R\$25.544.588,05, contribuindo para o resultado positivo de R\$46.581.842,38 apurado no fim do exercício.

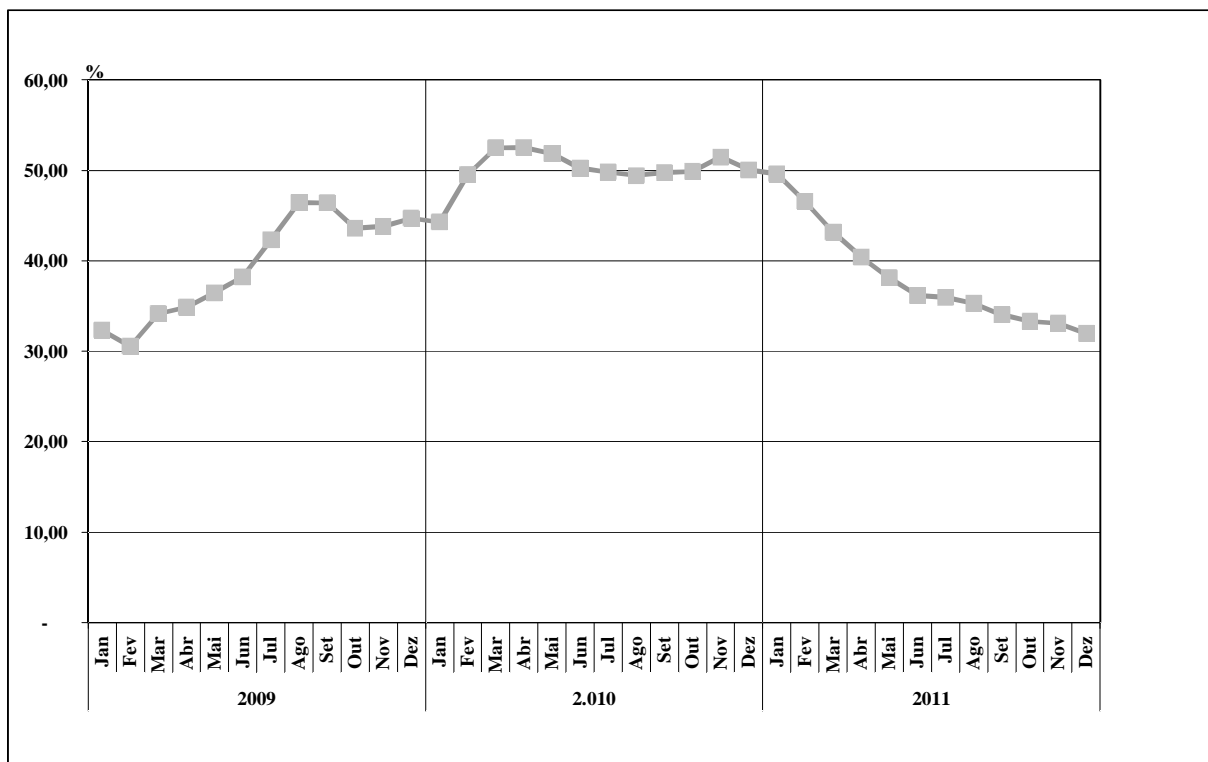
Quadro XVI ó Demonstrativo do Resultado do Exercício

Discriminação	Conab	Sureg/CE
Receita de Vendas e Serviços	26.547.933,05	109.417,88
Receita de Vendas	3.345,00	
Recebimento de Vendas em Balcão	103.627.518,93	20.716.454,47
Repasse de Vendas em Balcão	-102.280.339,88	-20.716.454,47
Recebimento da Agricultura Familiar	23.639.684,90	167.960,59
Repasse de Vendas da Agricultura Familiar	-23.639.684,90	-167.960,59
Vendas Abastecimento Social	3.345,00	
Recebimento de Vendas do Funcafé	115.444.904,18	
Repasse de Vendas do Funcafé	-115.444.904,18	
Vendas PGPM	7.568.243,64	
Repasse de Vendas da PGPM	-8.915.422,69	
Receita de Serviços	26.544.588,05	109.417,88
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	3.164.555,99	13.814,87
=receita líquida de vendas e serviços	23.383.436,81	95.603,01
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	-12,31	
=lucro bruto operacional	23.383.449,12	95.603,01
-Despesas Operacionais	1.070.814.494,39	27.524.434,89
Despesas de Pessoal	411.784.705,29	21.298.950,48
Despesas Financeiras	-	-
Despesas Comerciais e Administrativas	659.029.789,10	6.225.484,41
Receitas Operacionais Diversas	1.072.837.610,52	24.630.008,50
Resultado Não Operacional	21.175.277,13	55.285,73
Resultado	46.581.842,38	-2.743.537,65

Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício

A figura a seguir apresenta a evolução do Índice de Ocupação da rede própria da Conab. Em relação ao ano anterior verifica-se redução dos índices mensais em função da redução dos estoques públicos ocasionada principalmente pelas vendas de milho e a redução das aquisições.

Figura XV ó Evolução do Índice de Ocupação



CEARÁ



Quadro XVII ó Estoques de Terceiros

Quadro A.11.6 - Estoques de Alimentos				
UF	Unidade	Produto	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
CE	Maracanaú	Açúcar	12.127	33.106,71
		Arroz	13.696	33.144,32
		Castanhas/amêndoas	263.328	1.118.438,04
		Laticínios	21.410	314.905,32
		Óleos vegetais	234	1.296,36
		Outros produtos alimentícios	14.510	83.710,88
		Produtos industrializados/Manufaturados	9	184,87
Total Geral			325.314	1.584.786,50

Fonte: Suarm/Gearm

7 ó Administração de Estoques Públicos

7.1 ó Rede Armazenadora

7.1.1 ó Rede Armazenadora Própria

A Rede Armazenadora Própria é composta por 176 armazéns, agrupados em 97 unidades armazenadoras distribuídas em 25 estados da Federação e no Distrito Federal. A capacidade estática total é de 2.267.759 toneladas, com predominância da modalidade granel, que representa 55,8% da oferta total.

Quadro XVIII ó Demonstrativo da Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns

UF	N.º Unidades	N.º de Armazéns	Capacidade (Em t)			Total
			Convencional	Granel	Frigorificada	
CE	8	11	56.058	0	0	56.058
Total	8	11	56.058	0	0	56.058

Fonte: Suarm/Gecad

Pode-se afirmar que a Rede, como um todo, encontra-se em estado regular de conservação, ou seja, opera dentro das possibilidades dessas estruturas construídas há mais de 20 anos, cujos equipamentos eletromecânicos e instalações acham-se, em sua maioria, obsoletos/ultrapassados, ou seja, em descompasso com a realidade e exigências do mercado atual.

De modo geral, os armazéns da Conab necessitam de constante manutenção nas coberturas e nas instalações existentes (civis, elétrica e mecânicas).

Referente às obras e serviços necessários à adequação da infraestrutura física das unidades e dos custos estimados dessas intervenções, visando à certificação dessas unidades, foi realizado um levantamento detalhado das necessidades, com base na Instrução Normativa n.º 12, de 08 de maio de 2009, com estimativa de custos totais de **R\$63.088.000,00**, a qual foi atualizada para **R\$49.558.000,00**, conforme quadros demonstrativos, tendo em vista as aquisições de equipamentos e obras realizadas nos exercícios de 2010 e 2011 e a publicação da Instrução Normativa n.º 29, de 08 de junho de 2011.

No exercício de 2011 foram investidos recursos da ordem de R\$503.777,46 (R\$250.594,84 em despesas correntes e R\$253.182,62 em despesas de capital) e inscritos em Restos a Pagar não Processados R\$697.406,65 referentes a investimentos que serão realizados no decorrer de 2012, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XIX ó Investimentos Realizados na Rede Armazenadora Própria

Sureg	Unidade	Valor Liquidado		Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Totais		Total Geral
		Corrente	Capital	Corrente	Capital	Corrente	Capital	
CE	Russas	0,00	9.130,00	0,00	0,00	0,00	9.130,00	9.130,00
	Maracanaú	0,00	64.700,20	0,00	0,00	0,00	64.700,20	64.700,20
	Juazeiro do Norte	0,00	4.845,00	0,00	0,00	0,00	4.845,00	4.845,00
	Iguatu	0,00	4.285,00	0,00	0,00	0,00	4.285,00	4.285,00
	Senador Pompeu	0,00	4.845,00	0,00	0,00	0,00	4.845,00	4.845,00
	Crateus	0,00	9.130,00	0,00	0,00	0,00	9.130,00	9.130,00
TOTAL GERAL		0,00	96.935,20	0,00	0,00	0,00	96.935,20	96.935,20

Fonte: Siafi

Em atendimento aos Requisitos Técnicos Obrigatórios ou Recomendados para certificação de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural, aprovados pela Instrução Normativa do MAPA n.º 29, a Conab estabeleceu o cronograma de investimentos para adequação de suas unidades armazenadoras a partir de 2012, quando deverão ser certificadas as primeiras 5 unidades, conforme detalhado no quadro xxxx do Anexo xxxxx e no quadro a seguir.

Quadro XX ó Cronograma de Investimentos para Certificação das Unidades Armazenadoras

Obras/Serviços/Equipamentos	Exercício												Total
	2012			2013			2014			2015			
	N.º de Unidades	Capacidade (Em t)	Valor (R\$)	N.º de Unidades	Capacidade (Em t)	Valor (R\$)	N.º de Unidades	Capacidade (Em t)	Valor (R\$)	N.º de Unidades	Capacidade (Em t)	Valor (R\$)	
Aeração	5	774.700	200.000,00	14	402.100	275.000,00	32	493.400	200.000,00	40	522.400	0,00	675.000,00
Cerca e Portão			0,00			0,00			120.000,00			0,00	120.000,00
Local para guarda de agrotóxico			70.000,00			210.000,00			770.000,00			1.015.000,00	2.065.000,00
Pavimentação			0,00			3.180.000,00			###			1.050.000,00	16.635.000,00
Recinto de análise			0,00			0,00			530.000,00			1.095.000,00	1.625.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes			180.000,00			630.000,00			1.440.000,00			1.800.000,00	4.050.000,00
Sinalização de trânsito			15.000,00			42.000,00			96.000,00			110.000,00	263.000,00
Captação de material particulado (secador)			505.000,00			3.080.000,00			4.415.000,00			255.000,00	8.255.000,00
Sistema de combate a incêndio			0,00			2.815.000,00			5.500.000,00			5.660.000,00	13.975.000,00
Sistema de Movimentação de Produto			20.000,00			190.000,00			180.000,00			420.000,00	810.000,00
Ventilação ambientes confinados/semiconfinados			95.000,00			130.000,00			145.000,00			10.000,00	380.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m²)			30.000,00			255.000,00			405.000,00			15.000,00	705.000,00

Fonte: Suarm/Gearm

Quadro XXI ó Investimentos por Unidade Armazenadora

CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO ó PREVISÃO 2012		
MARACANAÚ ó CE		
Capacidade estática: 29.646	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Terminal
Obras		Custos
Pavimentação		1.330.000,00
Recinto de Análise		45.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		390.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
TOTAL		1.833.000,00

CRATÉUS 6 CE		
Capacidade estática: 3.159	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		50.000,00
Recinto de Análise		45.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		95.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
TOTAL		293.000,00

ICÓ 6 CE		
Capacidade estática: 3.475	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		50.000,00
Recinto de Análise		45.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		95.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
TOTAL		293.000,00

IGUATU 6 CE		
Capacidade estática: 3.475	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		50.000,00
Recinto de Análise		45.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		95.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
TOTAL		293.000,00

JUAZEIRO DO NORTE 6 CE		
Capacidade estática: 4.860	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Recinto de Análise		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sistema de combate a incêndio		95.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
TOTAL		243.000,00

RUSSAS 6 CE		
Capacidade estática: 3.475	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		50.000,00
Recinto de Análise		45.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		95.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
TOTAL		293.000,00

SENADOR POMPEU 6 CE		
Capacidade estática: 3.159	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Recinto de Análise		45.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		95.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
TOTAL		243.000,00

SOBRAL 6 CE		
Capacidade estática: 4.809	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		50.000,00
Recinto de Análise		45.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		95.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
TOTAL		293.000,00

7.1.2 Estoques Depositados nas Unidades Próprias

No fim do exercício, os estoques públicos depositados nas unidades armazenadoras próprias somava 608.306 toneladas e 2.767.502 unidades de diversos produtos (sacaria, equipamentos, estruturas e utensílios das barracas de comercialização de pescado etc). O quadro detalhado por tipo de produto e por Unidade da Federação encontra-se no Anexo XXXXXX.

Quadro XXII 6 Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias

UF	Produtos Agrícolas		Outros Produtos	
	Peso (Em kg)	Valor (Em R\$)	Quantidade (Em unidade)	Valor (Em R\$)
CE	261.580,49	22.122.712,21	374.803	534.290,30
Total	261.580,49	22.122.712,21	374.803	534.290,30

Fonte: Suope/Gefoc e Suarm/Gearm

7.1.3 Estoques Depositados nas Unidades de Terceiros

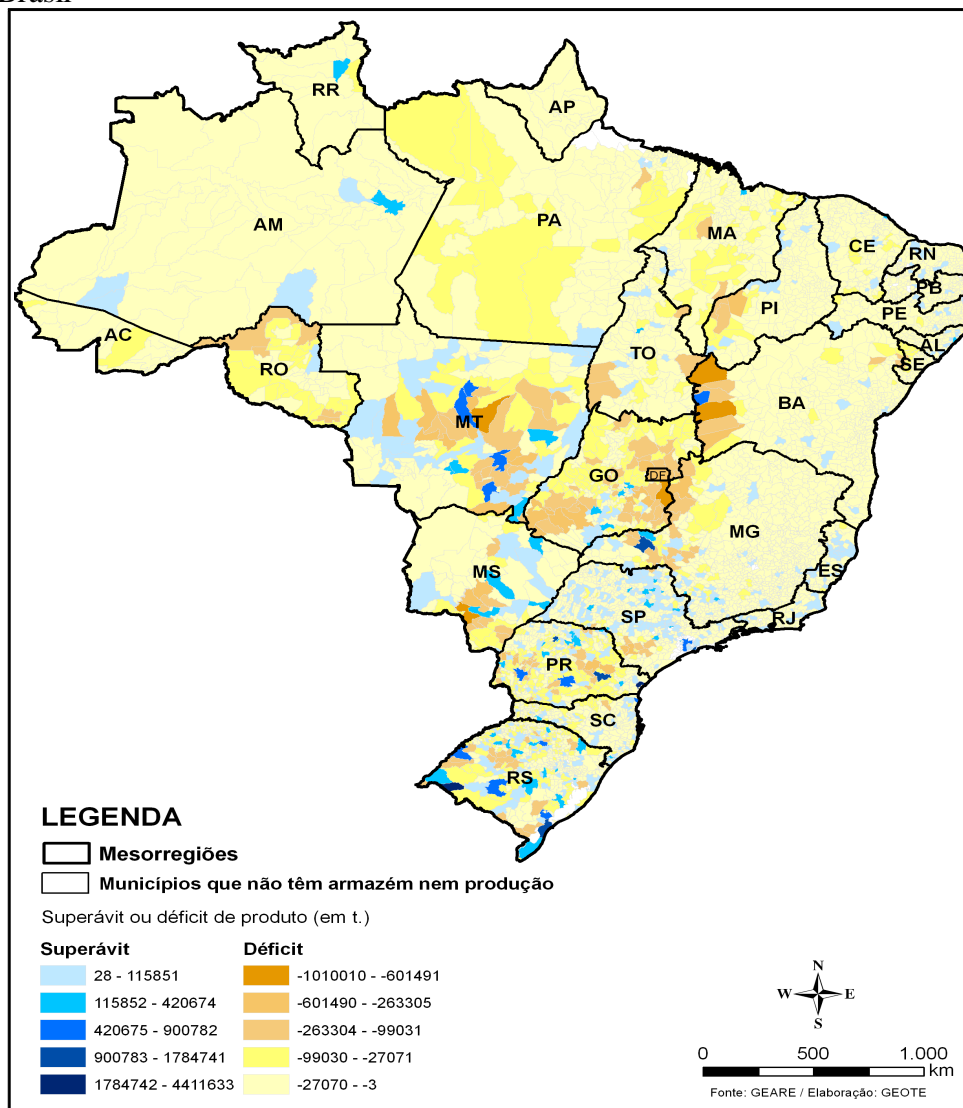
No fim do exercício, os estoques públicos depositados em unidades de terceiros era de 3,8 milhões de toneladas, destacando-se os estados do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso que juntos detinham cerca de 77,35% do estoque total, e 2.842.197 unidades de sacaria, conforme detalhado nos quadros a seguir.

7.1.3 6 Capacidade Estática de Armazenagem Nacional

Dos 5.564 municípios incluídos na pesquisa foram registrados superávits de armazenagem em apenas 608 em decorrência da maior produção agrícola ou de se caracterizarem como pólos de atração dos fluxos de produtos devido a ocorrência de agroindústrias ou em apoio às exportações. De acordo com a metodologia utilizada (produção agrícola x capacidade estática) os maiores superávits registrados nos municípios de Quaraí-RS (4.411.633 t), Paranaguá-PR (2.859.193 t), Santos-SP (1.784.741 t), Ponta Grossa-PR (1.690.127 t), Maringá (1.316.451 t), Rio Grande-RS (1.209.556 t), Uberlândia-MG (1.109.826 t), Pelotas-RS (900.782 t), Rondonópolis-MT (853.784 t), Primavera do Leste-MT (812.375 t), Sinop-MT (790.801 t) e São Paulo-SP (705.139 t). Por outro lado, os maiores déficits foram registrados em áreas de grande produção, tais como: São Desidério-BA (1.010.010 t), Formosa do Rio Preto-BA (974.768 t), Cristalina-GO (912.138 t), Nova Ubiratã-MT (692.751 t), Ponta Porã-MT (601.491 t), Diamantino-MT (479.280 t)

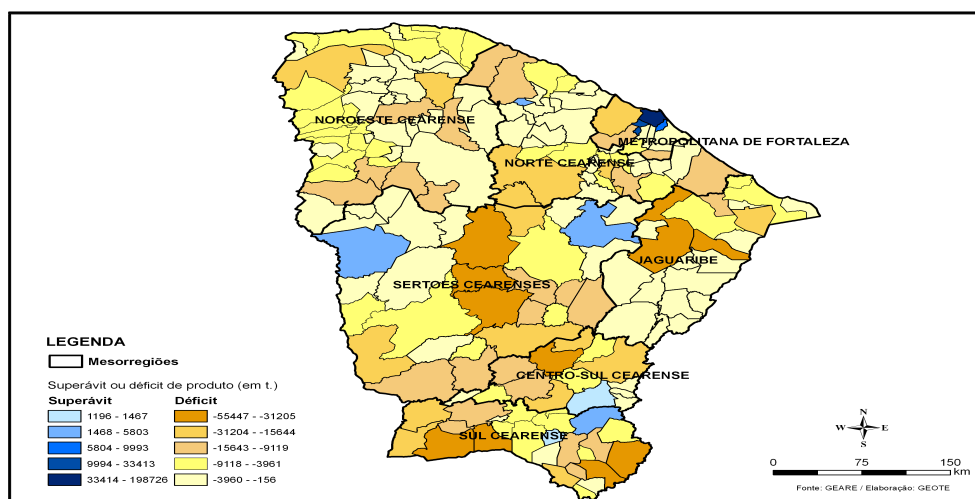
Figura XVI ó Capacidade Estática de Armazenagem Nacional

Brasil



Fonte: IBGE e Conab

Ceará



Fonte: IBGE e Conab

Dos 184 municípios incluídos na pesquisa foram registrados déficits de armazenagem em 171, ocorrendo na maioria a inexistência total de estruturas armazenadoras. De acordo com a metodologia utilizada (produção agrícola x capacidade estática) verifica-se a ocorrência de superávit de armazenagem nos municípios de Fortaleza (198.726 t), Maracanaú (33.413 t), Eusébio (9.993 t), Aurora (5.803 t), Uruburetama (5.368 t), Crateús (4.906 t), Quixadá (4.215 t), Juazeiro do Norte (1.467 t) e Lavras de Mangabeira (1.196 t).

7.1.4 ó Capacitação da Mão de Obra do Setor Armazenador

A capacitação da mão de obra do setor armazenador com o objetivo de treinar e qualificar a mão de obra que atua no segmento armazenador, visando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados, a diminuição da rotatividade da mão de obra e a geração de empregos no setor foi uma atividade desenvolvida pela Conab até o ano de 2008.

A partir de 2009 a atividade não foi mais executada, uma vez que Diretoria responsável pela execução decidiu pela suspensão da atividade por tempo indeterminado.

7.2 ó Fiscalização dos Estoques Públicos

A atividade objetiva a realização *in loco* de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições quantitativas e qualitativas dos produtos e das condições técnicas cadastrais e operacionais dos armazéns. Visa, também, proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. Também são inspecionadas as operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários quanto à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e ainda quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

A atividade é coordenada pela Superintendência de Fiscalização e Estoques-Sufis que, mediante programação anual, coordena todo o processo de fiscalização além de participar da execução por meio dos fiscais lotados na Matriz. A atividade segue as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações da Conab-MOC (Título 12 ó Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 20, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

Apenas a Matriz conta com um quadro de empregados voltados exclusivamente para a realização das operações de fiscalização enquanto que, nas Regionais, os fiscais desenvolvem de forma paralela outras atividades, tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, levantamento de informações sobre a safra, operacionalização do PAA etc. O quadro de fiscais na Matriz é composto por 22 empregados que atuam na coordenação das diversas etapas e, também, na fiscalização dos armazéns, enquanto que as Regionais detêm 108 fiscais treinados e aptos para a execução da atividade.

Em 2011 foram realizadas 6.030 fiscalizações, sendo 4.209 relacionadas aos estoques públicos e 1.821 às operações de garantia e sustentação de preços.

7.2.1 - Fiscalização dos Estoques Públicos

Nas operações realizadas em 2011 foram fiscalizados de forma acumulada, e por fiscais da Matriz e das Regionais, 4.209 armazéns e 24,0 milhões de toneladas de produtos vinculados à PGPM, ao Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, a estratégia Fome Zero, aos estoques próprios e de terceiros armazenados em unidades próprias.

Quadro XXIII ó Estoques Fiscalizados

Discriminação	Exercício			
	2010		2011	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	11.179.316	11.122.438	8.356.235	8.337.937
Contrato de Opção	28.385.799	28.223.790	15.019.955	14.967.502
Agricultura Familiar	538.814	538.262	436.550	428.762
Fome Zero	141.307	141.219	36.863	36.863
Estoque Próprio	6.077	6.077	5.575	5.526
Varreduras	816	816	109.101	109.104
Terceiros	147.323	147.323	147.750	147.746
Total	40.399.452	40.179.925	24.112.029	24.033.440

Fonte: Sufis/Gefis

Em relação ao exercício anterior verifica-se queda de 40,2% no volume fiscalizado, em função da redução dos estoques públicos e redução nas aquisições governamentais.

Nas operações realizadas foram registradas perdas qualitativas ó produto abaixo do padrão (835 toneladas) e desclassificados (1.851 toneladas) e perdas quantitativas ó desvio (53.572 toneladas) e perdas em armazenagem (27.243 toneladas). As diferenças apuradas são registradas nos Termos de Vistoria e Notificação-TVN e em seguida são calculadas as reduções de peso ocorridas em razão do tempo médio em que o produto ficou armazenado, para fins de enquadramento das ocorrências em desvio ou perdas em armazenagem.

Após a realização deste procedimento são procedidas as baixas contábeis pelas Suregs, além de comunicados os fatos, acompanhados dos TVNs, à Superintendência de Operações-Suope (para abertura do processo administrativo), Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques-Suarm (para atualização dos registros cadastrais ó impedimento/descredenciamento do agente armazenador) e à Superintendência de Finanças-Sufin (para cobrança). Ainda para os casos de desvio de produtos a Sureg elabora a *notitia criminis*, de acordo com o disposto na Resolução Conab n.º 09/92, e encaminha à Procuradoria Geral da República.

Quadro XXIV ó Demonstrativo de Perdas Qualitativas e Quantitativas dos Estoques Públicos

Sureg	Produto	Perdas (Em t)				Total	
		Perdas Qualitativas		Perdas Quantitativas			
		AP	Desclassificado	Desvio	Perdas em Armazenagem	P. Qualitativas	P. Quantitativas
CE	Milho	-	-	-	41	-	41
	Feijão	-	11	-	-	11	-
Total		-	11	-	-	11	41

Fonte: Sufis/Gefi

7.2.26 Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda

Em 2011 foi realizada por fiscais da Matriz e das Regionais, a fiscalização de 3.481 operações de comercialização (PEPRO, PEP, VEP, Vendas em Balcão, Subvenção aos extrativistas) e de apólices de seguro rural, esta em atendimento à solicitação do MAPA.

7.2.3 6 Avaliação Física e Geral dos Armazéns

Além de apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais, os fiscais também avaliam a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias e os procedimentos técnicos de armazenamento, orientando e indicando as medidas corretivas a serem adotadas em referência às irregularidades apontadas, e, se for o caso, a necessidade de alteração quanto a situação cadastral das unidades armazenadoras.

Em 2011 foi constatada a ocorrência de 2.665 irregularidades nos armazéns vistoriados, destacando-se o Estado do Rio Grande do Sul com participação de 35,5% no total.

Quadro XXV 6 Demonstrativo de Ocorrência de Irregularidades nas Unidades Armazenadoras

Estado	Total
Ceará	47
Total Geral	47

Fonte: Gefis/Sufis

7.2.2.6 6 Descredenciamento de Armazéns

7.2.4 6 Desvio ou Perdas em Armazenagem dos Estoques Públicos

Durante o exercício, a Conab emitiu cobranças no valor de R\$27.114.396,12 referentes a Desvio ou Perdas em Armazenagem de 75.393 toneladas de produtos vinculados aos estoques governamentais. Das cobranças realizadas em 2011 ou em anos anteriores, foram recuperados R\$6.967.511,33 e 13.635 toneladas de produtos. Até o fim do período, haviam 4.533 processos ajuizados, 5 processos encaminhados para ajuizamento e 3 em andamento, no valor total de R\$1.661.739.111,82.

7.3 Atividade de Movimentação de Estoques

Atividade de fundamental apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab a movimentação de estoques pode ocorrer nos seguintes casos:

para liberação de espaço visando acolhimento da safra;

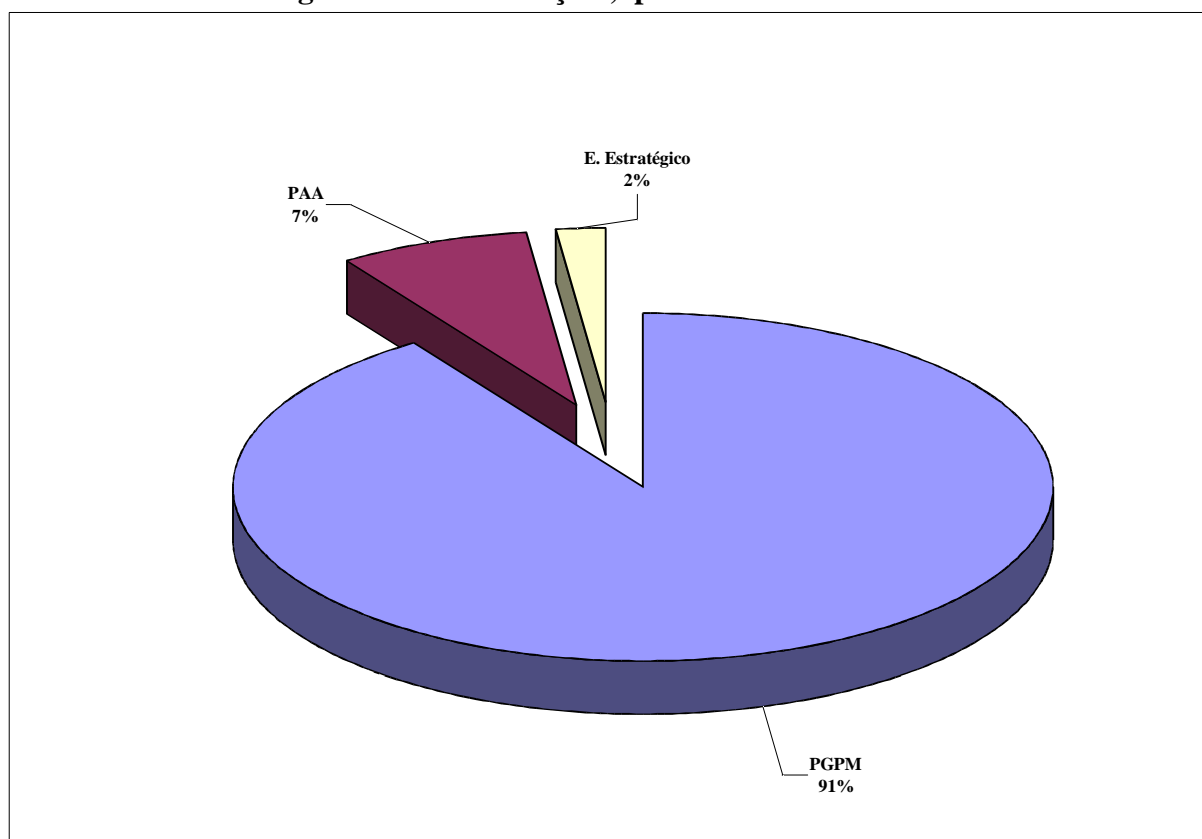
- atendimento de determinação judicial;
- rescisão do Contrato de Depósito;
- atendimento de cláusula contratual, a pedido do depositário;
- risco iminente de perda quantificável do produto, constatado pela fiscalização da Conab, tais como: danos nos equipamentos do armazém necessários à segurança e/ou conservação do produto, estrutura física do armazém comprometida, inundação, incêndio, abandono do produto pelo

- depositário, ameaça de pilhagem e outros motivos de impedimento técnico do armazém;
- constatação de desvio parcial do produto;
- realização de operações de compra com remoção simultânea em regiões com deficiência de armazenagem;
- descredenciamento do armazém;
- pendência financeira do depositário, com recomendação de remoção pela área de cobrança da Conab;
- atendimento ao programa de venda em õbalcãoö ou outro envolvendo estoques administrados pela Conab de produtos e embalagens de propriedade da Conab e/ou vinculados a Programas Governamentais.

As contratações de frete são realizadas na Matriz, por meio de leilões eletrônicos utilizando-se o Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com interligação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, de acordo com o Regulamento para Contratação de Serviços de Transporte, constante do Manual de Operações da Conab-MOC, Título 13 ó Movimentação de Estoques da Conab.

Em 2011 foram realizados 44 leilões e uma contratação por meio de Carta Convite quando foi contratada a remoção de 404.404 toneladas de diversos produtos vinculados à PGPM, ao PAA, aos estoques estratégicos (MDS e Defesa Civil) para distribuição à famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional. O custo total das contratações foi de R\$81.125.244,02.

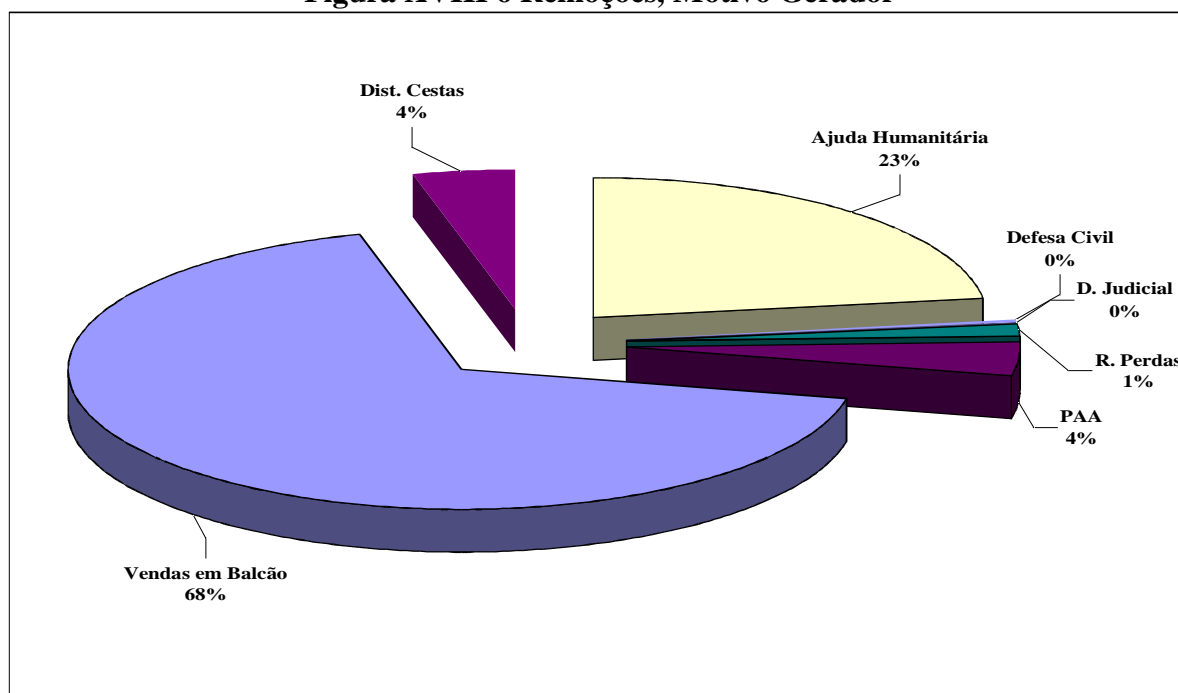
Figura XVII ó Remoções, por Vínculo do Produto



Fonte: Suarm/Gemov

Como motivo gerador das remoções destacou-se o atendimento ao Programa Vendas em Balcão com participação de 68% da quantidade contratada, seguido da remoção de produtos para doação aos países amigos a título de ajuda humanitária internacional, com 23%. As demais foram para atendimento às solicitações do MDS e da Defesa Civil, para atendimento a decisões judiciais, a retirada de produtos da agricultura familiar dos postos de compra, e, também, a retirada de produtos de unidades armazenadoras onde foram constatados pela fiscalização a ocorrência de risco de perdas qualitativas e/ou quantitativas de produtos.

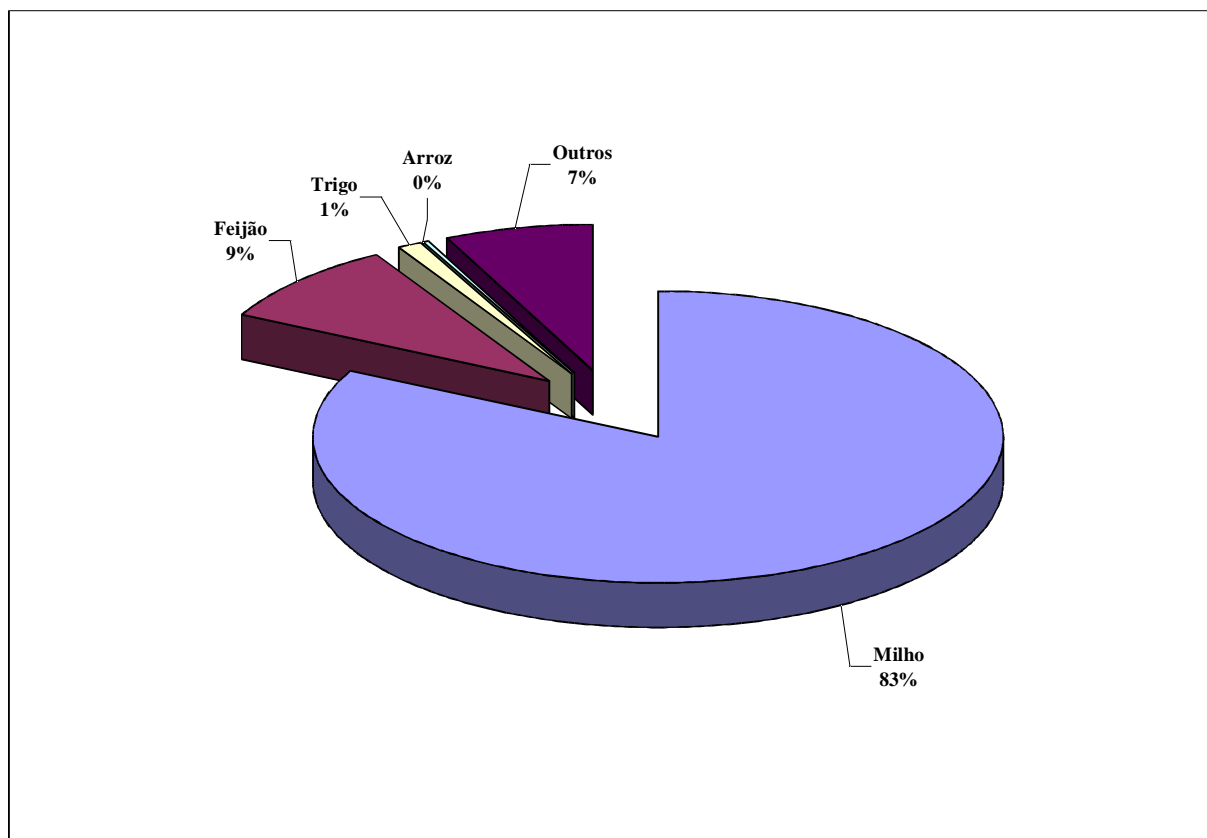
Figura XVIII ó Remoções, Motivo Gerador



Fonte: Suarm/Gemov

Destacou-se o milho com participação de 83% da quantidade contratada para atendimento à demanda do Vendas em Balcão e para Ajuda Humanitária Internacional, seguido pelo feijão (9%) também para envio aos países amigos, para doação a entidades públicas ou as de interesse social, em cumprimento á determinação da Lei n.º 12.058/2009. O Grupo Outros agrega diversos produtos alimentícios utilizados na formação de cestas de alimentos para distribuição gratuita às famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Figura XIX ó Remoções, por Produto



Fonte: Suarm/Gemov

7.3.1 - Remoção de Produtos dos Estoques Públicos

Dos produtos vinculados à PGPM (AGFs e Contratos de Opção de Venda) foi contratada a remoção de 366.157 toneladas, representando cerca de 91,1% do total contratado. Destas, 272.438 toneladas foram destinadas ao abastecimento interno por meio do Programa Vendas em Balcão, 87.452 toneladas para doação como Ajuda Humanitária Internacional e o restante, 876 toneladas, foram contratadas devido a risco de perdas do produto e em cumprimento a decisões judiciais.

Durante o exercício foram efetivamente removidas 247.067 toneladas.

UF		Produto	Motivo	Valores (Em R\$)		Quantidades (kg)	
Origem	Destino			Abertura	Fechamento	Contratada	Removida
MT	CE	Milho	Vendas em Balcão	16.107.150,00	11.554.655,31	32.500.000	32.500.000
Total Geral				16.107.150,00	11.554.655,31	32.500.000	32.500.000

As remoções para os estados das Regiões Norte e Nordeste, norte do Estado de Minas Gerais e os estados do Espírito Santo e Santa Catarina foram justificadas por meio da Nota Técnica Supab n.º 03/2011, anexa ao Voto Dirab n.º 8/2011 e aprovada na 991.ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada da Conab, em 13 de abril de 2011, conforme detalhado a seguir.

- Ceará - no Estado do Ceará o Programa Vendas em Balcão foi reinicializado em 2004, não sofrendo interrupções graças às remoções de milho realizadas para

atendimento das necessidades dos pequenos criadores rurais e agroindústrias de pequeno porte. Devido a baixa produção cearense as vendas realizadas pela Conab atendem a clientes de todo o Estado e tem apresentado contínuo crescimento. Os estoques existentes no início do exercício eram insuficientes para atendimento à demanda anual levando a Sureg-CE a demandar a remoção de 34.000 mil toneladas de milho, sendo 10.000 t para a unidade de Maracanaú e 3.000 t para as unidades de Russas, Sobral, Senador Pompeu, Juazeiro do Norte, Iguatu, Icó, Crateús e Tauá. Tendo como origem os estoques existentes em armazéns nos municípios de Lucas do Rio Verde, Sorriso, Ipiranga do Norte e Sapezal, todos no Estado do Mato Grosso, as remoções foram contratadas pela Matriz; apenas a UA-Sobral teve atendimento parcial, sendo contratada a remoção de 1.500 toneladas.

As remoções de estoques públicos de feijão e milho atenderam ao contido na Lei n.º 12.429, de 20 de junho de 2011, que autorizava o Poder Executivo a doar produtos alimentícios para assistência humanitária internacional.

b) Remoção de Produtos da Defesa Civil

Durante o mês de maio de 2011 foi contratada a remoção de 35 toneladas de arroz beneficiado, feijão, óleo de soja, açúcar, macarrão, leite em pó, sardinha em lata e farinha armazenadas na UA-Ananindeua-PA para a cidade de Macapá, objetivando a formação de cestas de alimentos para distribuição em atendimento à solicitação da Defesa Civil, objetivando a montagem de cestas de alimentos para distribuição gratuita a famílias daquele Estado.

7.3.2 - Remoção de Produtos do PAA (MDS)

Em atendimento às solicitações do MDS foi contratada a remoção de 38.475 toneladas de cestas de alimentos, ou de produtos alimentícios, para a formação de cestas ou para retirada de estoques dos polos de compra, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro XXVI ó Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDS

UF		Valores (R\$)		Quantidades (kg)		
Origem	Destino	Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	A Remover
AL	CE	7.027,23	7.027,23	46.590	-	46.590
Subtotal		7.027,23	7.027,23	46.590	-	46.590
PR	CE	29.032,08	29.032,08	70.000	-	70.000
Subtotal		29.032,08	29.032,08	70.000		70.000
RS	CE	293.950,91	293.950,91	591.400	356.200	235.200
Subtotal		293.950,91	293.950,91	591.400	356.200	235.200
Tota Geral		330.010,22	330.010,22	707.990,00	356.200	351.790,00

Quadro XXVII ó Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias
Produtos Agropecuários

Produtos Agropecuários					
UF	Armazém	Estoque	Produto	Quantidade (Em kg)	Valor (Em R\$)
CE	Próprio	Público	Açúcar	48.141	99.496,79
			Arroz	193.562	218.775,02
			Farinha	1.146	1.026,93
			Feijão	2.815	4.109,90
			Flocos de milho	23.793	26.107,93
			Leite	45.536	354.546,88
			Milho	25.772.017	21.229.942,11
			Óleo de soja	47.226	143.181,48
			Outros	23.813	45.525,17
Subtotal				26.158.049	22.122.712,21
Total Geral				26.158.049	22.122.712,21

Quadro XXVIII ó Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias
Outros Produtos

UF	Armazém	Estoque	Produto	Quantidade	Valor
				(Em kg)	(Em R\$)
CE	Próprio	Público	Balança eletrônica	48	17.551,20
	Próprio	Público	Barraca de feira	60	53.400,00
	Próprio	Público	Sacaria	370.681	452.860,40
	Próprio	Público	Saco plástico	4.000	2.324,00
	Próprio	Público	Tanque desmontável	3	584,70
	Próprio	Público	Tenda desmontável	9	6.030,00
	Próprio	Público	Tenda desmontável	2	1.540,00
Subtotal				374.803	534.290,30
Total Geral				374.803	534.290,30

Quadro XXIX ó Demonstrativo de Ocorrência de Irregularidades nas Unidades
Armazenadoras

Irregularidade	Etapas									Total
	1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a	5. ^a	6. ^a	7. ^a	8. ^a	9. ^a	
Aeração em mau estado/inoperante	1	1	4	2	4	-	1	-	5	18
Afastamento insuficiente entre pilhas	6	0	0	0	0	1	9	0	4	20
Afundamento no pátio de manobras	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Animais mortos (pátio, sobre o produto, dentro do armazém)	3	0	4	1	2	1	1	1	0	13
Animais no pátio e/ou interior do armazém	31	16	26	18	10	3	12	3	22	141
Aquecimento da massa de grãos	0	0	1	0	0	2	0	0	1	4
Armazéns com avaria no teto/piso e paredes	0	1	4	8	1	2	0	1	14	31
Avarias teto/parede	0	1	4	8	0	0	0	1	12	26
Avaria no piso	0	0	0	0	1	1	0	0	2	4
Balança com aferição vencida	10	1	13	2	1	0	4	0	8	39
Balança estragada	0	0	1	3	0	0	0	0	3	7
Balança mal conservada	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2
CDA fora padrões sem identificação	11	0	8	1	5	2	13	0	25	65
CDA com numeração errada	0	3	0	1	0	0	0	0	0	4
Chapas dos silos amassadas e/ou perfuradas	0	1	0	0	0	0	1	0	0	2
Conservação inadequada de produto estocado	6	3	3	2	1	2	2	0	3	22
Corrimão em más condições	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
Crosta sobre produto	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Determinador de umidade afer. vencida	20	1	39	2	39	2	46	1	45	195

Elevador com problema	0	0	0	0	2	0	0	1	0	3
Embalagens vazias sobre as pilhas	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Empilhamento sem estrados	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
Empoçamento de água	5	2	14	3	1	0	1	1	7	34
Entulho fora ou dentro do armazém	0	1	0	0	1	1	1	0	0	4
Escadas em más condições ou inadequadas	8	3	5	3	4	1	2	3	3	32
Estoque acima da capacidade	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Estrados inadequados	0	0	0	0	0	0	4	0	4	8
Expurgo feito por mais de 30 dias	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Falta balança rodoviária	0	0	1	0	2	0	5	0	3	11
Falta cobra de areia	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Falta de corrimão	0	2	0	1	0	0	0	0	2	5
Falta de determinador	1	0	2	0	1	0	2	0	1	7
Falta ou má conservação do guarda corpo	3	1	3	2	3	0	4	0	5	21
Falta de mapeamento	7	0	6	3	5	1	11	1	18	52
Falta de tela contra pássaros	23	4	25	9	8	2	17	6	15	109
Falta de determinador de umidade	0	0	0	1	0	1	0	1	1	4
Falta escada de acesso	0	0	1	0	2	2	1	1	3	10
Falta de escada no interior dos silos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Falta de estrados	0	0	7	1	5	0	3	0	7	23
Falta gravação do CDA	0	0	6	0	0	0	0	0	1	7
Falta de identificação das pilhas	0	1	0	3	0	0	0	0	0	4
Falta de instalação elétrica	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Falta motores das roscas s/ fim	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Falta de passarela	0	2	0	2	0	1	0	0	0	5
Falta plataforma de descanso	14	2	14	5	8	3	6	3	3	58
Falta de secador	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Fertilizante, agrotóxico e sementes próximos ao produto	2	0	3	5	4	0	3	0	8	25
Fezes de rato no interior do armazém	0	2	0	0	0	1	0	0	0	3
Fezes de rato sobre o produto	8	0	6	0	2	0	0	0	0	16
Fita de expedição inoperante	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2
Goteiras	23	9	29	27	16	8	17	9	53	191
Goteiras sobre o produto	13	14	12	8	7	5	10	3	7	79
Má higienização	80	17	73	13	44	8	37	6	41	319
Infiltração nas paredes/piso	6	4	7	6	2	4	2	4	9	44
Insetos vivos	87	50	54	29	37	18	31	8	60	374
Janela danificadas ou com vidros quebrados	1	0	2	0	0	1	0	1	2	7
Má limpeza e conservação	0	0	0	0	0	0	0	0	11	11
Massa aquecida	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Material de escritório no armazém	1	0	1	0	0	0	0	0	1	3
Mistura de produtos	1	1	1	1	2	0	1	0	4	11
Motores de areação com problema	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Movimentação irregular ou sem autorização	8	0	2	0	0	1	1	1	2	15
Oficina dentro do armazém	1	0	1	0	1	0	1	0	0	4
Parte ou piso em chão batido	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2
Passarela com problemas ou má conservada	5	0	5	1	6	0	5	0	2	24
Pilha com topo irregular	6	2	4	3	3	1	4	1	9	33
Pilha desmoronada	1	2	1	2	1	5	1	2	3	18
Pilha inclinada	0	1	0	1	0	2	0	1	1	6
Pilhas/blocos sem identificação	0	1	0	2	0	0	0	0	3	6
Pilhas com ruas estreitas	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Pilhas encostadas nas paredes	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Pilhas fora do padrão	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
Pilhas sem identificação	9	3	9	1	14	1	8	2	13	60
Piso com avaria/danificado	1	0	4	5	3	0	1	0	0	14
Piso em obra/danificado	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2

Portas dos armazéns com defeito ou em más condições	0	0	1	1	0	0	4	0	11	17
Produto estocado sem cadastro	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Produto derramado	11	2	10	3	9	5	10	2	11	63
Produto mal armazenado	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Rachadura nas paredes, piso e taludes	5	0	2	4	3	2	2	0	9	27
Resíduos de conservação	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Resto de construção dentro do armazém	2	0	3	0	1	0	0	0	0	6
Restos de produto estragado a céu aberto	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Roedores no armazém	1	0	0	0	0	0	2	2	4	9
Roscas de expedição obstruídas	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Ruas e travessas insuficientes para circulação	5	0	4	1	6	0	3	0	7	26
Ruas e travessas inadequadas ou obstruídas	3	1	1	1	0	0	5	0	4	15
Sacaria danificada ou imprópria para uso	0	0	2	0	2	2	1	0	3	10
Secador desativado	0	1	0	1	0	0	0	0	0	2
Sem contrato de manutenção da balança	0	0	1	0	1	0	0	0	0	2
Sementes/veneno no armazém	1	0	1	0	0	0	1	0	0	3
Silo enferrujado	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Silo lacrado determinação armazenador	0	0	0	0	0	0	4	0	0	4
Soja sobre produto	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Sublocação de área	0	0	1	0	1	0	1	0	1	4
Sucatas depositadas no armazém	0	1	0	0	0	0	0	0	1	2
Tampas dos silos soltas	2	1	2	1	0	0	1	0	1	8
Termometria com problemas	48	11	29	7	21	7	21	4	22	170
Teto avariado	2	0	0	0	0	0	2	0	0	4
Túneis de aeração obstruídos	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Unidade descredenciada	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL	487	171	469	208	296	101	330	72	531	2.665

8 ó Geração e Difusão de Informações

As informações e o conhecimento disponibilizados pela Companhia contribuem para o desenvolvimento da sociedade e são essenciais para a formulação de políticas públicas, para a regulação da oferta de alimentos e para a organização da comercialização agrícola, além de oferecer meios para a garantia de renda do produtor.

Visando atender ao seu público alvo e à sociedade, a Conab elabora e disponibiliza informações da agropecuária e do abastecimento.

Realiza também o acompanhamento e a análise dos mercados agropecuários nacional e internacional e elabora estudos e propostas de preços mínimos, e de preços de referência para a agricultura familiar, assim como define preços de compra e venda e índices de permuta nas operações de suprimento dos programas de abastecimento e sociais.

Estes estudos subsidiam a elaboração e a execução das políticas agrícola e de abastecimento, já que os acompanhamentos e as análises objetivam a proposição de ações para a formação de estoques públicos e para a intervenção governamental, visando a regularidade do abastecimento, a garantia de renda ao produtor rural e a segurança alimentar da sociedade.

São desenvolvidas atividades nas áreas de produção agrícola, informações de preços, índices e indicadores agropecuários, custos de produção e geotecnologia. Para tal, mantém relações institucionais com diversas entidades, públicas ou não, e participa ativamente de encontros da Organização de Informações do Mercado Agrícola (OIMA) e da Rede de Políticas Agropecuárias que integra os países do Mercosul (REDPA), além de manter troca de informações e de conhecimento com outros países e instituições internacionais.

No processo de gestão das informações da agropecuária e do abastecimento a Conab leva em conta a participação e o controle social e sua metodologia busca a interatividade, a intersetorialidade e o respeito com as relações federativas.

A melhoria do processo de coleta, tratamento e divulgação das informações agropecuárias e do abastecimento que integram o banco de dados da Conab, além da agregação crescente de novas informações de mercado, tem sido o foco para atendimento ao público-alvo e às diversas políticas e programas administrados e apoiados pela Companhia.

Para manter esse compromisso institucional, a Conab vem promovendo adequações em seus processos de trabalho e no Sistema de Informações Agropecuárias e do Abastecimento-Siagro que contava, em 2004, com 5.025 séries de preços, de indicadores e índices de produção, de importação e de exportação de produtos agropecuários e de abastecimento, alcançando o quantitativo de 10.607 séries armazenadas em 2011.

A manutenção e disponibilização desse acervo requer o acompanhamento constante das informações e das oscilações de mercado e conta, além da Matriz, com a participação intensa de todas as Superintendências Regionais da Conab, na coleta e na alimentação periódica dos dados e na troca de conhecimentos para a melhoria contínua na qualidade das informações disponibilizadas.

Com a reformulação da página eletrônica na Internet, as principais informações agropecuárias foram reorganizadas para facilitar o trabalho de pesquisa do público em geral. São disponibilizados de forma *on-line*, no sitio da Companhia, os preços de insumos, os preços mínimos, os preços praticados pela agricultura familiar e os preços de apoio ao Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar-PGPAF.

Por meio da Revista "Indicadores da Agropecuária", elaborada mensalmente e também acessível pelo portal da Conab, são disponibilizadas informações de preços, estimativas de produção, volume de estoques públicos e privados, informações sobre o mercado de insumos agropecuários, comércio internacional, crédito agrícola, entre outros. Com o objetivo de tornar a publicação mais acessível, moderna e adequada ao público da Conab, foi realizada pesquisa de satisfação e deu-se início ao projeto para repaginá-la e torná-la mais atrativa.

Para o cálculo do bônus para o PGPAF, que é realizado desde 2007 por demanda do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA foram criadas, em 2011, cerca de 160 novas séries de preços no atacado e de preços pagos ao produtor. O Programa conta com uma cesta de 40 produtos para cálculo de bônus dos produtores, tendo sido incluídos abacaxi, banana, maçã e uva em 2011 e laranja e tangerina, cujos preços, que já estão sendo coletados, irão balizar o relatório de 2012.

Diante da necessidade de padronização de procedimentos, na busca da melhoria, atualização e modernização dos métodos de coleta de preços, deu-se início, em 2011, ao projeto de construção de uma nova metodologia, envolvendo todas as áreas usuárias ou provedoras de preços da Companhia. Foi realizado o I Encontro Nacional para Discussão da Proposta de Metodologia de Levantamento de Preços da Conab, ocorrido em Brasília, no período de 21 a 25 de novembro. Na ocasião foram discutidas, além da proposta inicial, as deficiências no processo metodológico atual e no Siagro.

Visando o cumprimento de exigências legais (Lei n.º 9.973, de 22/05/2000 e Decreto n.º 3.855, de 03/07/2001), a Conab realiza o levantamento anual de estoques privados de café, iniciado em 2004, com a posição de 31 de março de cada exercício.

Os custos de produção elaborados pela Companhia têm resultados práticos para a sociedade e oferecem informações substanciais para a definição e implementação de políticas públicas, além de proporcionar conhecimento aos diversos segmentos que estão direta ou indiretamente ligados ao processo produtivo.

A Conab mantém atualizados 426 custos de produção de culturas temporárias (grãos e fibras), semiperenes (cana de açúcar) e permanentes (café, citrus, pêssego, maçã e uva), assim como as atividades: leiteira, de caprinos e ovinos, de aves e suínos e da sociobiodiversidade.

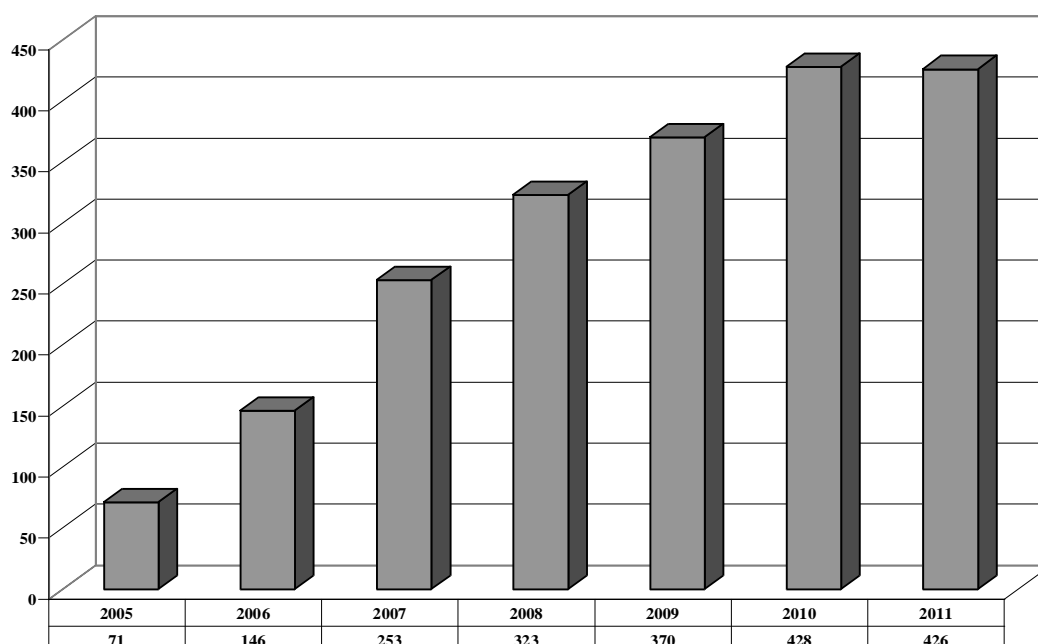
Os custos de produção são direcionados principalmente à Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM e ao PGPAF, conforme abaixo demonstrado. A figura seguinte apresenta a evolução do número de séries disponíveis.

Quadro XXX ó Séries de Custos de Produção

Custos	Programa Atendido	Ministério Demandante	Quantidade de Séries
Agricultura	PGPM	MAPA	121
Agricultura Familiar	PGPAF	MDA	168
Aves e Suínos	PGPM/PGPAF	MAPA/MDA	42
Leite	PGPM	MAPA	6
Leite Agricultura Familiar	PGPAF	MDA	13
Caprinos e Ovinos	PGPAF	MDA	6
Pescados	PGPAF	MAPA	3
Pescados	PGPAF	MAPA	67
Total			426

Fonte:Dipai

Figura XX ó Evolução do Número de Séries de Custo de Produção Produzidas



Fonte: Dipai

Dentre os levantamentos de informações destacam-se:

8.1 ó Levantamento da Safra de Grãos

A Conab realiza 12 pesquisas, sendo 6 de campo e as demais por outros meios de busca de informações.

Em atenção às demandas dos usuários de informação de safra, os levantamentos têm sido realizados em estreita colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, consolidando o processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais lavouras brasileiras.

Durante o exercício foram elaboradas pesquisas para acompanhamento e fechamento da safra 2010/11 e estimativas de plantio da safra 2011/12, cujos resultados são detalhados a seguir.

Quadro XXXI - Demonstrativo da Área e da Produção Agrícola ó Safras 2010/11 e 2011/12

UF	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2010/11(a)	2011/12(b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2010/11(a)	2011/12(b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão (caroço)	1.400,3	1.405,3	0,36	5	3.228,6	3.284,9	1,74	56,3
Amendoim - Total	84,7	89,7	5,90	5	226,5	251,4	10,99	24,9
Amendoim 1ª Safra	66,0	70,8	7,27	4,8	199,2	223,1	12,00	23,9
Amendoim 2ª Safra	18,7	18,9	1,07	0,2	27,3	28,3	3,66	1
Arroz	2.820,3	2.553,0	(9,48)	-267,3	13.613,1	11.462,1	(15,80)	-2151
Aveia	153,8	153,0	(0,52)	-0,8	379,0	353,5	(6,73)	-25,5
Canola	46,3	42,4	(8,42)	-3,9	69,7	52,0	(25,39)	-17,7
Centeio	2,4	2,3	(4,17)	-0,1	3,2	3,5	9,38	0,3
Cevada	87,9	88,4	0,57	0,5	283,9	305,1	7,47	21,2
Feijão - Total	4.009,2	3.861,3	(3,69)	-147,9	3.787,1	3.500,4	(7,57)	-286,7
Feijão 1ª Safra	1.419,9	1.272,0	(10,42)	-147,9	1.680,3	1.371,3	(18,39)	-309
Feijão 2ª Safra	1.823,8	1.823,8	-	0	1.398,1	1.330,0	(4,87)	-68,1
Feijão 3ª Safra	765,5	765,5	-	0	708,7	799,1	12,76	90,4
Girassol	61,0	62,0	1,64	1	76,7	75,7	(1,30)	-1
Mamona	219,3	211,8	(3,42)	-7,5	141,1	131,9	(6,52)	-9,2
Milho - Total	13.838,7	14.556,8	5,19	718,1	57.514,2	59.210,3	2,95	1696,1
Milho 1ª Safra	7.916,3	8.634,4	9,07	718,1	35.925,9	37.922,1	5,56	1996,2
Milho 2ª Safra	5.922,4	5.922,4	-	0	21.588,3	21.288,2	(1,39)	-300,1
Soja	24.181,0	24.634,7	1,88	453,7	75.324,3	71.751,3	(4,74)	-3573
Sorgo	817,4	788,4	(3,55)	-29	2.314,0	2.161,6	(6,59)	-152,4
Trigo	2.149,8	2.166,2	0,76	16,4	5.881,6	5.788,6	(1,58)	-93
Triticale	46,9	46,0	(1,92)	-0,9	114,9	114,2	(0,61)	-0,7
Total	49.919,0	50.661,3	1,49	742,30	162.957,9	158.446,5	(2,77)	(4.511,40)

Fonte: Dipai/Suin/Geasa

A safra 2010/11 fechou com área cultivada em 49,9 milhões de hectares e produção de 162,9 milhões de toneladas.

Para a safra 2011/12, a área cultivada com grãos (algodão, amendoim, arroz, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, aveia, canola, centeio, cevada, trigo e triticale), estimada em 50,66 milhões de hectares, é 1,5% superior à cultivada na safra 2010/11. Em termos absolutos, corresponde a uma expansão de 742,3 mil hectares.

Neste levantamento, dentre as principais culturas de verão primeira safra, o milho e a soja apresentam acréscimos na área de cultivo, enquanto que as de arroz e feijão apresentam decréscimos, confirmando as expectativas dos levantamentos anteriores. O algodão que apresentava redução na área de plantio passou a apresentar crescimento de 0,4%. Em termos percentuais, o milho apresenta o maior acréscimo (9,1%) representando um adicional de

718,1mil hectares, totalizando uma área recorde de plantio de 8,63 milhões de hectares. A segunda cultura em destaque é a de soja, com ganho de 453,7 mil hectares, 1,9% superior à safra passada, motivada pela boa rentabilidade e pelos preços atrativos. As culturas de arroz e feijão apresentam redução na área. O feijão, em função das dificuldades na comercialização e aos preços deprimidos e o arroz pela diminuição de água nos mananciais.

A produção estimada é de 158,45 milhões de toneladas, 2,8 % inferior à obtida na safra 2010/11, quando atingiu 162,96 milhões de toneladas. Esse resultado representa uma redução de 4,51 milhões de toneladas. A maior redução é observada na soja (3,57 milhões de toneladas), e no arroz (2,15 milhões de toneladas). Para o milho primeira safra a previsão indica crescimento de 5,6%, equivalente a 2,0 milhões de toneladas.

No mês de dezembro/11, as condições climáticas não foram favoráveis principalmente para as produções de milho e soja, sobretudo nos estados da região Sul, parte da Sudeste e no Sudoeste de Mato Grosso do Sul. A gravidade climática afeta principalmente as lavouras de milho no Rio Grande do Sul, uma vez que se encontram predominantemente nas fases críticas de floração e frutificação. A soja, em sua maioria, se encontra na fase final de desenvolvimento vegetativo e já causa preocupação, pois para as fases seguintes, floração e frutificação, a normalidade climática é fundamental.

➤ Algodão: o levantamento indica que serão cultivados 1.405,3 mil hectares com algodão no País, sendo 0,4% superior aos 1.400,3 mil hectares cultivados na safra anterior. O estado do Mato Grosso, que lidera o volume produzido, mantém nesta safra a mesma área cultivada na safra anterior. As perspectivas para a safra são boas até o momento, quando analisados os aspectos agrônômicos e climáticos.

➤ Feijão: A estimativa da área cultivada nesta safra sinaliza diminuição de área na maioria dos estados produtores. As lavouras estabelecidas tiveram bom desenvolvimento inicial em todos os estados que cultivam o feijão primeira safra. Como o feijão tem ciclo produtivo bastante curto, é possível encontrar lavouras em todos os estágios produtivos em um mesmo estado. A lavoura semeada mais cedo teve colheita próxima do normal. Do meio do ciclo produtivo em diante, começaram os problemas climáticos adversos e significativos e os estados mais prejudicados foram: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

➤ Milho: O desenvolvimento geral da lavoura nos principais estados produtores é considerado satisfatório. O clima foi favorável durante a semeadura, o que proporcionou adiantamento significativo na implantação da lavoura quando comparado à mesma etapa da safra anterior.

O quadro a seguir detalha a situação do abastecimento dos principais produtos solicitados pelo mercado até o fim de 2011 e uma estimativa para 2012.

Quadro XXXII - Balanço de Oferta e Demanda

Produto	Em mil toneladas							
	Safra	Estoque Inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque Final
Algodão em pluma	2009/10	394,2	1.194,1	39,2	1.627,5	1.039,0	512,5	76,0
	2010/11	76,0	1.959,8	145,0	2.180,8	930,0	758,3	492,5
	2011/12	492,5	1.992,6	35,0	2.520,1	970,0	830,0	720,1
Feijão	2009/10	317,7	3.322,5	181,2	3.821,4	3.450,0	4,5	366,9
	2010/11	366,9	3.787,1	207,1	4.361,1	3.600,0	20,5	740,6
	2011/12	740,6	3.500,4	100,0	4.341,0	3.700,0	4,0	637,0
Milho	2009/10	10.322,7	56.018,1	459,4	66.800,2	46.927,4	10.792,6	9.080,2
	2010/11	9.080,2	57.514,1	634,5	67.228,8	48.411,5	9.255,0	9.562,3

Fonte: Dipai/Suin/Geasa

Também no mesmo período foi realizado a primeira estimativa de produção da safra 2012, tendo sido prevista uma produção entre 48.965,7 e 52.271,7 (média de 50.618,6) milhões de sacas beneficiadas. O resultado apresenta um crescimento entre 12,6% a 20,2%, quando comparada com a produção obtida na temporada anterior. Esse crescimento se deve principalmente ao ano de alta bienalidade. Confirmado o resultado, esta será a maior safra já produzida no País, superando o volume de 48,48 milhões de sacas colhidas na safra 2002/03.

c) Levantamento da Safra Brasileira de Cana de açúcar

A Conab, em cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ó MAPA realizou, entre os dias 28 de outubro e 12 de novembro de 2011, o terceiro levantamento da safra 2011/12 de cana de açúcar. Nesta etapa, foram visitadas todas as unidades de produção sucroalcooleira com produção efetiva, situadas nos vários Estados produtores.

A lavoura de cana de açúcar apresentou nesta safra um desenvolvimento aquém do ideal e inferior ao da safra passada, levando a uma produtividade menor que a estimada inicialmente pelos produtores. As causas foram diversas, mas o clima foi o principal causador da queda da produção, em consequência das adversidades ocorridas a partir do mês de abril até outubro de 2010, com chuvas escassas em toda a região Centro-Oeste e Sudeste. Este comportamento do clima prejudicou a brotação e o desenvolvimento da cana, tanto nas áreas colhidas, como nas áreas de renovação e expansão, mas favoreceu a colheita da safra passada, encurtando o período da safra.

A área cultivada com cana de açúcar que será colhida e destinada à atividade sucroalcooleira está estimada em 8.368,4 mil hectares, distribuídos em todos os estados produtores. O Estado de São Paulo continua sendo o maior produtor, com 52,2% (4.370 mil hectares), seguido por Minas Gerais com 8,87% (742,65 mil hectares), Goiás com 8,1% (678,42 mil hectares), Paraná com 7,3% (611,44 mil hectares) Mato Grosso do Sul com 5,70% (480,86 mil hectares), Alagoas com 5,45% (463,65 mil hectares), e Pernambuco com 3,89% (326,11 mil hectares). Nos demais estados produtores as áreas são menores, mas com bons índices de produtividade.

Apesar do crescimento da área cultivada estima-se redução de 8,4% na quantidade colhida, caindo de 623.905,3 mil toneladas produzidas na safra 2010/11, para 571.471,0 mil toneladas na próxima safra, em função das condições climáticas não terem sido favoráveis à cultura.

Quadro XXXIII ó Demonstrativo da Área Cultivada e Produção de Cana de Açúcar

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 2010/11	Safra 2011/12	Var. (%)	Safra 2010/11	Safra 2011/12	Var. (%)
Nordeste	2,760	3,420	23,91	180,5	239,7	32,8
CE	2,760	3,420	23,91	180,5	239,7	32,8
Brasil	2,760	3,420	23,91	180,5	239,7	32,8

Fonte: Suinf/Geasa

Da produção total estima-se que 283.906,5 mil toneladas serão utilizadas na produção de 36.882,6 mil toneladas de açúcar e outras 287.564,5 mil toneladas na produção de etano anidro e hidratado, conforme detalhado no quadro a seguir..

Quadro XXXIV ó Estimativa de Produção de Açúcar e Etanol

Região/UF	Produção de Açúcar		Produção de Etanol			
	Cana	Açúcar	Etanol Anidro		Etanol Hidratado	
			Cana	Etanol Anidro	Cana	Etanol Hidratado
Nordeste	0,0	0,000	0,0	0,0	239,7	17.007,0
CE	-	-	-	-	239,7	17007
Brasil	0,0	0,000	0,0	0,0	239,7	17.007,0

Fonte: Suinf/Geasa

A previsão de esmagamento de cana para a produção de açúcar é de 283,9 milhões de toneladas, correspondendo a 47,3% da produção. No caso do etanol, deverão ser esmagadas 287,6 milhões de toneladas de cana para a produção de 22.857,6 bilhões de litros de etanol, 17,2% menor que a produção da safra 2010/11. Deste total, 9.069,3 bilhões de litros serão de etanol anidro e 13.788,3 bilhões de litros serão de etanol hidratado.

Além desses, em 2011, efetuou-se o monitoramento da cultura do pinhão manso em todas as Unidades da Federação, e a consolidação dos levantamentos de safra de óleo de palma (dendê) realizados nos Estados do Amazonas, da Bahia e do Pará. O trabalho foi realizado a pedido do MAPA, para subsidiar o programa de biodiesel e para estudos por parte daquele Ministério. Também foi realizado o levantamento da safra de sisal no Estado da Bahia, objetivando o cálculo da produtividade média desta cultura para subsídio às operações de PEP. Está previsto a realização de mais 2 levantamentos durante o exercício de 2012, para a consolidação da metodologia utilizada.

Ao longo dos últimos anos, a Conab vem desenvolvendo estudos para introdução de novos negócios na Companhia. Tais trabalhos demandam constantes inovações do conhecimento e de novas atividades econômicas, relacionadas à multidisciplinaridade e às experiências operacionais assimiladas pelos técnicos, nestes diversos anos em que a Empresa sofreu mudanças provenientes do processo de fusão corporativa.

Essas novas oportunidades identificadas estão implícitas na missão e nas atribuições da Conab, e passam a fazer parte da corporação, alavancando o crescimento institucional em função da maior variabilidade de ações intrínsecas ao apoio, ao suprimento e à distribuição de alimentos ao País.

No âmbito da formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM destacam-se, em 2011, a elaboração das seguintes propostas/estudos/conjunturas:

- preços mínimos para 33 produtos pertinentes às Safras de Verão, Inverno e Produtos Regionais no Norte e Nordeste, além de sementes, no total de 12 propostas;
- implementação de preços mínimos para novos produtos, como sardinha e pêssego;
- 11 Notas Técnicas contendo propostas de aquisição de produtos, por meio da PGPM, dos produtos arroz e trigo; como também para o mecanismo de Contrato de Opção de milho;
- 20 propostas para utilização dos instrumentos de subvenção para escoamento da produção PEP, PEPRO E VEP para os seguintes produtos: uva/vinho, trigo, feijão, sisal e arroz; como também visando a venda de estoques de: café, trigo, milho e feijão;
- 119 Pareceres Técnicos, com propostas de apoio à comercialização, com a definição de preços para diversas operações de venda de produtos da PGPM, tais como: café, trigo, milho, feijão e sorgo, além de sacaria de polipropileno. Quanto às operações de compra e venda simultânea foram elaborados índices de troca para arroz e trigo destinados a doações internacionais, como também produtos destinados à cesta básica do MDS, executados por meio de leilão eletrônico.
- 31 reuniões de conjunturas agropecuárias de produtos da PGPM e outras ainda foram realizadas com a participação de público interno e externo. Ressalte-se que no site da Conab estão disponibilizadas 329 conjunturas agropecuárias de produtos da PGPM (248 semanais e 81 mensais), para consulta dos agentes do agronegócio, estudantes e pesquisadores. Além destas, ocorre a elaboração mensal de conjuntura agrícola de forma resumida, sobre o mercado interno e externo, para publicação no Relatório Sintético das Atividades da Companhia, destinado ao seu Conselho de Administração e ao público interno.
- Preços no atacado, com o fim de subsidiar a realização e a formação de preços de venda para o Programa Vendas em Balcão, que tem como objetivo a comercialização de produtos básicos voltada aos pequenos produtores, principalmente avicultores e suinocultores.
- Informação quinzenal, dos preços de sobretaxa - valor de seguro dos produtos estocados pelos armazéns próprios e de terceiros, com vistas a subsidiar o ressarcimento de perdas em armazenagem em unidades privadas.
- Notas Técnicas elaboradas objetivando os seguintes fins: a) processo de beneficiamento e industrialização de castanha de caju, b) demonstração dos processos de produção e industrialização da cera de carnaúba refinada, c) proposta de alteração na operação para obtenção de arroz beneficiado visando doação internacional, d) proposta de atuação para a safra de trigo e arroz no sul do país, e) proposta para execução do programa de compra com remoção simultânea no Estado de Rondônia, f) sobretaxa de importação de farinha de trigo da Argentina, g) parecer sobre o PLS n.º 51/08 sobre política de abastecimento, h) proposta de entrega de arroz em pagamento da dívida contraída pelos produtores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, i) proposta de abastecimento de milho para a Região Nordeste; j) uso do PEPRO para apoiar

a comercialização de arroz em substituição ou complementação ao uso do milho para ração de aves e suínos

- Trabalho de Arranjo Produtivo para Pequenos Produtores de Sisal da Bahia desenvolvido em parceria com a Sureg-BA, Secretaria de Tecnologia e de Abastecimento da Bahia, além de associações de produtores e de extensão rural, objetivando a adoção de um sistema multifuncional com a introdução de culturas consorciadas ao sisal, de modo a reduzir a dependência de renda do produto por uma única cultura.

8.2 ó Projetos GeoSafras e SIGABrasil

8.2.1 ó Projeto GeoSafras

A agricultura brasileira tem evoluído a cada safra, aumentando o volume e a complexidade dos trabalhos pertinentes às estimativas da produção. Além da grande extensão territorial, as diversidades regionais de aspectos físicos (clima, solo, relevo, cobertura vegetal e disponibilidade hídrica), econômicos (fontes de financiamento e nível de investimento em insumos e tecnologia) e socioculturais (perfil do produtor e conhecimento tradicional) sobrecarregam os trabalhos de estimativas de safra da Companhia.

Nesse ambiente complexo, de vocação agrícola variada, a Conab tem buscado medidas mais eficazes para incrementar a potencialidade do sistema de levantamento e acompanhamento de safras do governo e, para isso, tem se empenhado na apropriação de ferramental diversificado, em complementação à metodologia tradicional de consulta direta ao setor produtivo (método subjetivo).

Com esse propósito, a Conab vem utilizando (desde 2004) recursos tecnológicos de eficiência comprovada, tais como: modelos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS), sistemas de informações geográficas e modelos agrometeorológicos/espectrais, para estimar as áreas de cultivo e prever impactos à produtividade das lavouras. Esse conjunto de tecnologias constitui o método objetivo de previsão de safras, que integra o Projeto Geosafras.

A partir de entendimentos iniciados em 2003, formou-se em torno do Geosafras um ambiente de cooperação e de união de esforços entre diversas instituições de ensino e pesquisa e muitas outras entidades de apoio e extensão rural que, em conjunto, tem trabalhado para aprimorar as estimativas de safra brasileiras, tornando inquestionáveis os números do governo. Essa integração possibilitou a aplicação em escalas regional e nacional, daquelas experiências que inicialmente foram testadas em nível de município e de lavouras pontuais.

Dentre as atividades desenvolvidas em 2011 destacam-se:

- Atualização do mapeamento do café, para a safra 2011, no estado do Paraná; de cana de açúcar (setor sucroalcooleiro), para a safra 2011/12, nos estados produtores do norte/nordeste de Goiás; de grãos (milho 1.ª safra e soja) e cana de açúcar, para as safras 2010/11 e 2011/12 respectivamente;
- Mapeamento da área plantada com arroz, safra 2010/11, no Rio Grande do Sul e de soja, trigo e milho 2.ª safra, safra 2010/11, no Paraná;
- Desenvolvimento, calibração e ajuste de modelos agrometeorológicos e espectrais (imagens de satélite) de previsão de produtividade da cana de açúcar e do café nos principais estados produtores;

- Estimativas da produtividade da cana de açúcar e do café nos pólos produtores com produção mais significativa, utilizando dados de estações meteorológicas e imagens de satélite.
- Monitoramento da evolução das áreas de pastagens (2010 e 2011) em 33 municípios do sudeste do estado do Pará, com imagens LANDSAT e validação em campo (Conab/INMET);
- Operacionalização do sistema de recepção de imagens de satélite (antena parabólica, software e chave da EUMETSAT) prevista no Grande Acordo de Cooperação e de Intercâmbio de Informações, coordenado pela Comunidade Europeia, chamado DevCoCast;
- Manutenção das atividades do Laboratório de Tratamento de Imagens de Satélite-LATIS, implementado no acordo entre a Conab e o INMET;
- Atualização dos dados do sistema GeoWEB, acessível no link: <http://geoweb.conab.gov.br/conab/>.

8.5 ó Projeto SIGABrasil

O agronegócio é geográfico, daí ser o único setor da economia capaz de harmonizar desenvolvimento com interiorização, reduzindo disparidades intra e inter regionais, e desenvolvimento com justiça social (fonte: Internet).

Qualquer entidade ou organização do agronegócio necessita atuar nas relações entre empresas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações, atuar preventivamente, gerar e difundir informações, com uma visão ampla e especializada de toda a cadeia de produção.

As estimativas regionalizadas da produção agrícola e outros segmentos do agronegócio como: armazenagem, manutenção de estoques, comercialização, fiscalização, programas sociais e transporte da produção agrícola, integram universo de informações especializadas. A rede de armazéns, os volumes estocados, as agroindústrias, os centros consumidores, os portos, as vias de escoamento, são entidades inter-relacionadas no geoespaço. A logística do agronegócio envolve uma estrutura de informações que, por natureza, necessitam ser trabalhadas de forma integrada.

As geotecnologias podem contribuir como suporte de informações para a comunidade do agronegócio. A confiabilidade e a qualidade das informações pertinentes a este ambiente podem ser aprimoradas quando captadas por meio de ferramentas como GPS e sensoriamento remoto, tratadas e disponibilizadas por meio de um Sistema de Informações Geográficas (SIG).

O SIGABrasil, trabalha o universo de informações de modo integrado no geoespaço. Não apenas sobrepondo camadas de informações mapeadas, mas também permitindo outras operações especializadas como: escolha de melhores rotas de escoamento da produção; localização de estoques excedentes ou de regiões de fortes demandas; fluxo de cargas; orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária e da rede armazenadora; escolha de regiões mais adequadas para instalação de agroindústria; gerenciamento de programas sociais; oferta e demanda de emprego etc.

O Sistema atende ampla comunidade do agronegócio mas a maior parte das demandas tem origem na própria Companhia. A seguir alguns exemplos de produtos gerados em 2011 no atendimento das necessidades de técnicos em diversas atividades:

- Atualização dos mapas de produção agrícola das principais culturas cultivadas no Brasil;
- Atualização do georreferenciamento das Usinas de cana de açúcar e dos armazéns cadastrados pela Conab;
- Análise da expansão dos cultivos e da substituição de culturas em estados da Região Centro-Oeste e no Paraná;
- Estudos de uso e ocupação do solo nos principais estados produtores.

9 ó Gestão de Pessoas

9.1 ó Distribuição de Empregados

Conforme estabelecido no Regulamento de Pessoal, o ingresso nos quadros da Companhia se dá por meio de concursos públicos, ressalvadas as nomeações para as funções gratificadas nos cargos de assessoramento aos Diretores e nos cargos de subordinação direta ao Presidente. Neste sentido, e desde sua criação, a Companhia realizou nos exercícios de 2005 e 2006 concursos públicos para provimento de pessoal e, na medida da necessidade, tem realizado nomeações para os cargos de livre provimento.

Não obstante, tem ocorrido nos últimos exercícios o ingresso de pessoal por meio de decisões judiciais e ou por força da Lei de Anistia, n.º 8.878, de 11 de maio de 1994, materializada por meio de portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG. Em 2011 foram editadas as portarias de n.ºs 172, de 20 de junho, 205, de 07 de julho e 385, de 22 de setembro, anistiando mais 75 empregados. Em decorrência da pouca governabilidade sobre esse processo, a Companhia permitiu o ingresso de empregados sem observar o quadro de pessoal ideal na sua estrutura organizacional.

Para a alocação dos empregados é observada a necessidade da área demandante, as competências regimentais do cargo e a experiência e aptidões do empregado. Em decorrência, e principalmente para o melhor aproveitamento das competências profissionais, foram realizados no exercício em tela 121 remanejamentos de mão de obra entre as áreas internas da Matriz.

Reduzido o fluxo de entrada de anistiados a Gerência de Cargos, Salários e Avaliação-Gecav elaborou a Nota Técnica n.º 02/2011 onde expôs a necessidade de dimensionamento da força de trabalho, no sentido de identificar o número e a qualificação dos empregados para a execução das atividades da Companhia. Para tanto, foi autuado processo interno visando a contratação de empresa de consultoria, visando a realização do redimensionamento do quadro de pessoal, tanto na Matriz quanto nas Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras.

9.2 ó Sistema de Comunicação

9.2 ó Comunicação Interna.

A comunicação de informações importantes para a companhia se dá por meio dos seguintes veículos:

Notícias do Dia ó informativo diário com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados. Além das cópias impressas afixadas nos murais, o informativo também está presente diariamente na intranet e nos murais das superintendências regionais e unidades armazenadoras. Circula de segunda a sexta-feira e as notícias são produzidas, diagramadas e ditadas pela equipe de jornalistas da Matriz, em parceria

com estagiários de comunicação das superintendências regionais. Com o mesmo leiaute, é produzida uma edição em cada regional (Notícia do Dia Regional) com informações de exclusivo interesse dos empregados locais. Este informativo é a forma mais rápida de comunicação impressa da Empresa com seus Empregados.

Correio Eletrônico ó divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

Intranet- este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc.

Internet ó veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safras, avisos e resultados de leilões, programas desenvolvidos pela Companhia, séries de preços e índices econômicos e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

9.3 ó Melhoria do Clima Organizacional

Para o levantamento de informações sobre o clima organizacional da Companhia, e seu monitoramento, foi realizada uma pesquisa específica, no período de julho de 2008 a maio de 2009, com o objetivo de conhecer a percepção dos empregados sobre temas relativos ao ambiente de trabalho, visando subsidiar planos de ações para a melhoria da gestão de recursos humanos da Empresa.

Os questionários utilizados foram disponibilizados na intranet e, após o preenchimento pelos empregados, enviados para a Superintendência de Tecnologia da Informação-Sutin para tabulação. Objetivando a liberdade de respostas os questionários tiveram tratamento sigiloso.

A pesquisa foi realizada em quatro etapas:

- Estudos prévios, levantamento dos dados, definição do formulário, apresentação do projeto para a Diretoria e sensibilização dos empregados;
- Preenchimento dos formulários;
- Tabulação dos dados, análise dos resultados e criação dos planos de ações e sugestões; e
- Conclusão e disseminação dos resultados.

A quarta etapa não foi implementada pois até o fim té o fim do exercício de 2011 o resultado da pesquisa e o respectivo plano de ação aguardavam manifestação da Presidência da Conab.

9.4 ó Ações de Capacitação

O exercício de 2011 iniciou-se com a promulgação do Decreto n.º 7.446, de 1.º de março de 2011, e Resoluções n.ºs 013 e 014/011, restringindo os recursos orçamentários para a realização das atividades de capacitação, em âmbito nacional, principalmente quando esses eventos envolviam despesas com diárias e passagens.

Nesse contexto, a Gerência responsável passou a realizar suas atividades norteadas pela visão estratégica da Diretoria Administrativa (atual Diretoria de Gestão de Pessoas-Digep), no sentido de atender as prioridades de forma alinhada às exigências organizacionais.

A capacitação dos empregados, no âmbito da Conab, é desenvolvida como uma atividade contínua de Treinamento, Desenvolvimento e Educação, visando a melhoria do desempenho funcional, baseado na identificação das competências necessárias à alavancagem dos negócios e do processo de gestão da Companhia.

Nesse sentido, a Conab implantou e vem desenvolvendo seu Plano de Educação Corporativa-PEC, com a finalidade de promover o desenvolvimento das competências humanas, orientadas para os objetivos da Companhia.

A cada dois anos, a Conab realiza o Levantamento de Necessidades de Treinamento-LNT, com o objetivo de reavaliar as ações de treinamento e desenvolvimento constantes no PEC, em nível de matriz e regionais, bem como identificar as novas demandas de treinamento para o período. As necessidades de treinamento indetificadas devem ser correlatas às competências de cada área, assim como às precípuas desenvolvidas pelos empregados lotados nas diversas áreas da Companhia. São propostos, também, cursos voltados para o desenvolvimento futuro dos empregados, focados nos temas e perspectivas do Planejamento Estratégico. Além das necessidades de treinamento, o LNT busca identificar empregados para aturem como instrutores/multiplicadores na disseminação do conhecimento e no compartilhamento de práticas de sucesso e inovações, valorizando a aprendizagem e a cultura da Companhia.

Inserida no Programa de Valorização do Servidor, a Conab buscou incentivar os seus empregados a reingressarem na vida acadêmica por meio de cursos de Pós-Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, desde que voltados para os objetivos estratégicos e de interesse da Companhia. Continuou implementando o Projeto Graduar para Trabalhar (alfabetização, pós-alfabetização, ensino fundamental e médio) na Matriz. Além disso, investiu no Programa Educacional de Idiomas, concedendo aos seus empregados incentivo financeiro de 50% da mensalidade, limitado em até R\$124,78.

a) Quanto ao número de treinandos

O quadro a seguir apresenta o comparativo entre os resultados alcançados nos exercícios de 2010 e 2011.

Quadro XXXV ó Treinamento, por Área de Conhecimento

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos		Homens/hora Treinados		Média de carga/horária por participante	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Administrativa	357	314	3.990	2.593	11,18	8,26
Auditoria	70	46	1.536	670	21,94	14,57
Comunicação Social	10	1	481	16	48,1	16
Educação e Desenvolvimento	587	230	8.863	2.968	15,1	12,9
Financeira	117	12	2.038	660	17,42	55
Gerencial	51	4	295	82	5,78	20,5
Informática	121	59	2.120	2.232	17,52	37,83
Jurídica	15	46	1.026	110	68,4	2,39
Operacional	58	57	1.844	398	31,79	6,98
Planejamento	195	128	3.925	3.902	20,13	30,48
Qualidade	-	2	-	4	-	-
Total	1.581	899	26.118	13.634	16,52	15,17

Fonte: Sumoc/Gecap

Em 2011 foram realizados 899 treinamentos com decréscimo de aproximadamente 43,1% sobre a quantidade do ano anterior, em função da diminuição do número de treinandos em quase todas as áreas, destacando-se a de Educação e Desenvolvimento. A redução só não foi maior devido à participação de grande número de empregados em palestras relativas à disseminação de conhecimentos pelos empregados participantes dos cursos de pós-graduação. Em função do curto tempo de duração destes eventos verificou-se, em consequência, redução de 47,8% nas horas de estudo e de 8,2% na carga horária por participante.

b) Resultados Alcançados

Os resultados a seguir detalhados envolvem todas as atividades desenvolvidas pela área de capacitação da Companhia e que a metodologia de avaliação ainda se encontra em processo de validação pela Conab, estendendo-se a partir de 2012 para as Regionais.

Dentro do contexto organizacional relacionado à implementação dos treinamentos previstos no PEC-2011 foi proposto, para a monitoração do referido Plano, os indicadores de desempenho classificados e integrados de acordo com o tipo (produto ou processo) e amplitude (estratégico, gerencial e operacional) conforme quadro abaixo, permitindo avaliar e propor melhorias no modelo de gestão educacional da Companhia.

Quadro XXXVI ó Indicadores de Capacitação

Amplitude Tipo	Indicador	Descrição	Meta	Resultado
Estratégico Produto	Impacto do Treinamento no Trabalho (Implantar processo de Avaliação do Retorno do Investimento ROI)	Percentual de impacto do treinamento no trabalho (alcance dos objetivos específicos do treinamento e aumento do desempenho do treinando) bem como justificar o retorno do investimento	Maior ou igual a 40% dos cursos avaliados, com grande impacto (cursos fechados)	Não foi possível a implantação do ROI, uma vez que dependemos de outro órgão.
Gerencial Processo	Implantação do PEC 2011	Percentual de Ações Educacionais constantes do PEC que foram implementadas no corrente ano	900,00%	60% implementadas
Operacional Produto	Satisfação do Treinando com os Treinamentos	Satisfação dos treinandos com o desempenho do instrutor, a qualidade institucional, o ambiente da ação educacional e a coordenação	Maior ou igual a 80%	Da amostra pesquisada foi alcançado um resultado de 85%.
Gerencial Processo	Investimento de Horas em Educação	Média de horas que cada colaborador dedica a ações educacionais	12 horas anuais	Ultrapassou a meta, alcançando a média de 15h20 ano, por treinando
Gerencial Produto	Incremento de Conhecimento	Percentual de acréscimo de conhecimento final (incremento de aprendizagem)	Acréscimo de até 50%	Alcançou 63%

Fonte: Sumoc/Gecap

As ações educacionais que integram o PEC 2011 sofreram corte na realização dos eventos, tendo em vista o contingenciamento orçamentário, que limitaram a realização de atividades de treinamento e desenvolvimento fora da área de lotação dos empregados.

No entanto, a tabulação das avaliações de reação aplicadas aos treinandos após a participação dos empregados nos cursos/eventos realizados pela Matriz e Regionais, por amostragem, demonstra que a Companhia conseguiu alcançar algumas metas traçadas para o ano de 2011, conforme demonstrado a seguir.

1 ó Palestras

Foram tabuladas 38 palestras, totalizando a participação de 799 empregados da Matriz e Regionais, que responderam sobre as seguintes questões:

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Domínio do tema pelo palestrante	-	0,88%	5,22%	33,77%	60,11%
Metodologia apresentada	-	1,22%	8,00%	41,77%	49,00%
Atendimento da expectativa	0,55%	1,44%	14,11%	38,22%	45,55%
Conceito geral do evento	-	1,44%	9,88%	38,00%	50,65%

Fonte: Sumoc/Gecap

Constata-se, pelos dados acima que na maioria das Palestras realizadas conseguiu-se atingir a expectativa dos participantes, totalizando cerca de 83,77% entre os conceitos Bom e Ótimo.

2 ó Treinamentos

Foram tabulados, por amostragem, cerca de 179 treinamentos, totalizando a participação de 1.486 empregados, que responderam aos questionários de avaliações, sobre as seguintes questões.

Quadro XXXVII ó Avaliação dos treinamentos

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Coordenação/Organização	-	0,32%	5,00%	44,76%	48,50%
Aplicabilidade do assunto	0,35%	1,18%	11,25%	25,33%	61,93%
Conceito final do instrutor	6,25%	-	2,44%	32,43%	58,88%
Conceito geral do treinamento	-	-	13,38%	42,18%	44,42%

Fonte: Sumoc/Gecap

A análise dos dados obtidos permite concluir que a maioria dos treinamentos realizados alcançaram bons resultados, concentrando, em todos os quesitos, mais de 85% nos conceitos Bom e Ótimo, destacando-se o item Coordenação/organização com 93,26% entre esse conceitos.

3 ó Da aprendizagem obtida

Quadro XXXVIII ó Avaliação dos treinandos

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Conhecimento -Antes	2,66%	12,72%	55,19%	29,39%	-
Conhecimentos - Após	-	-	7,24%	50,02%	42,73%

Fonte: Sumoc/Gecap

Infere-se que antes da realização dos eventos o grau de conhecimento dos empregados encontrava-se cerca de 70% entre os níveis "Insuficiente" a "Regular", enquanto os níveis "Bom" e "Ótimo" estavam em torno de 30%; Após os eventos, a graduação de "Insuficiente" a "Regular" foi reduzida para 7%, ao passo que o somatório dos intervalos "Bom" e "Ótimo" passou para 93%, caracterizando com isso a ocorrência de um acréscimo de aprendizagem em toeno de 63% nas atividades de treinamento promovidas pela Companhia. Portanto, a meta de incremento de aprendizagem foi superada.

9.5 ó Composição e Custos de Pessoal

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-Dest, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento que, do quadro de pessoal, 2.480 vagas estão destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, as quais deverão ser extintas à medida em que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada para a Matriz e Regionais.

No fim do exercício, a Sureg/CE contava com 253 empregados.

Quadro XXXIX ó Composição do Quadro de Pessoal, por Situação Funcional

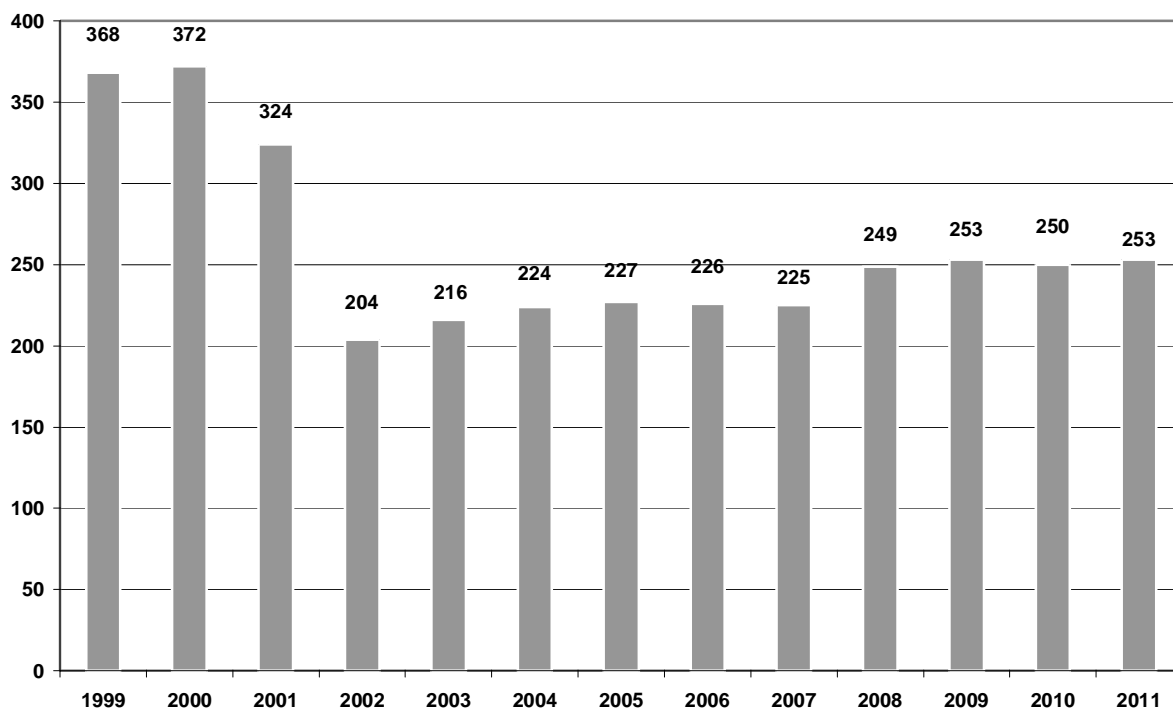
Discriminação	Quantidade de Empregados		
	CE		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Em efetivo exercício na empresa	204	211	7
Assessores (contrato especial)	0	0	-
Cargo de Direção na empresa	0	0	-
Diretor não empregado	0	0	-
Conselheiro de Administração/Fiscal	0	0	-
Licenciado INSS / Acidente de Trabalho	9	5	(4)
À Disposição com ônus para a Conab ó Dec 4050	0	0	-
À Disposição com ônus para a Conab ó Lei 10470	37	37	-
À Disposição sem ônus para a Conab ó Dec 4050	0	0	-
Licença Maternidade ó 120 dias / adoção	0	0	-
Licença Maternidade ó empresa cidadã 60 dias / adoção	0	0	-
Assessores (Contrato Especial) Requisitado	0	0	-
Licença para cargo eletivo com vencimentos	0	0	-
Licença para cargo eletivo sem vencimentos	0	0	-
Contrato suspenso / licença particular	0	0	-
Pensão Vitalícia	0	0	-
Total	250	253	3

Fonte: Dirad/Sureh

A figura a seguir mostra a evolução do quadro de empregados, no qual se verifica redução até o exercício de 2003 e em seguida a recomposição, atingindo em 2011, crescimento

de 63,99% em relação àquele ano, em consequência da contratação de empregados por meio da realização de concurso público, pelo retorno de empregados por decisão judicial e de anistiados pela Lei n.º 8.878/94.

Figura XXI ó Evolução do Número de Empregados



Fonte: Sutin/Gesof

Do quadro de empregados, 355 apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 33,46% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os concursados cujas admissões ocorreram mais recentemente.

Quadro XL - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual
Situação Apurada em 31/12/2011

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	Matriz		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Contrato Padrão	74	74	-
Reintegrado (Transitado)	72	71	(1)
Reintegrado Liminar	9	8	(1)
Anistiado (Transitado)	32	32	-
Anistiado (Liminar)	31	30	(1)
Anistiado (Lei 8878/94)	32	38	6
Total	250	253	3

Fonte: Sutin/Gesof

O número de empregados enquadrados nas funções de nível superior representa 41,56% do total da força de trabalho e apresentou com redução de 1,12% sobre o de 2010 (446) enquanto os de nível médio tiveram crescimento de 1,12%, passando de 306 para 310 empregados.

Quadro XLI ó Demonstrativo por Nível de Enquadramento

Situação Contratual	Nível				Total
	Auxiliar	Médio	Superior	Contrato Especial	
Contrato padrão	107	209	349	41	706
Reintegração Judicial (Transitado em julgado)	7	8	11	0	26
Reintegração judicial (liminar)	0	0	0	0	0
Readmissão-Anistia (Transitado em julgado)	2	0	0	0	2
Readmissão-Anistia (liminar)	1	2	1	0	4
Anistiado (Lei 8.878/94)	193	91	39	0	323

Fonte: Sutin/Gesof

Quanto ao nível de escolaridade verifica-se a existência de 550 empregados com nível superior completo ou com formação acadêmica acima deste (especialização, pós-graduação, mestrado ou doutorado), evidenciando a necessidade de realização de concurso público para a criação de oportunidade para a regularização da situação funcional desses empregados.

Quadro XLII ó Demonstrativo por Nível de Escolaridade

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1. Provedimento de cargo efetivo	2	0	57	23	93	39	17	2	0	0	233
1.1 Membros de poder e agentes políticos											0
1.2 Servidores de Carreira	1		44	22	77	33	17	2			196
1.3 Servidores com Contratos Temporários											0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	1		13	1	16	6					37
2. Provedimento de cargo em Comissão	0	0	0	0	11	5	4	0	0	0	20
2.1 Cargos de Natureza Especial											0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior											0
2.3 Funções Gratificadas					11	5	4				20
3. Total	2	0	57	23	104	44	21	2	0	0	253

LEGENDA: Nível de Escolaridade 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada

Fonte: Sutin/Gesof

Do quadro total, cerca de 28,1% encontrava-se em situação de redução da força de trabalho, destacando-se os cedidos a outros órgãos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XLIII ó Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de pessoas
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	13
1.1 A disposição com ônus para a Conab ó Dec 4050	0
1.2 A disposição com ônus para a Conab ó Lei 10470	13
1.3 A disposição sem ônus para a Conab ó Dec 4050	0
2. Licença Remunerada (2.1+2.2)	0
2.1 Licença Maternidade	0
2.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
3. Licença não Remunerada (3.1+3.2+3.3)	1
3.1 Licenciado INSS/Acidente de Trabalho	1
3.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
3.3 Interesses particulares	0
4. Total de servidores afastados em 31 de dezembro	14

Fonte: Dipai/Sutin

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo uma idade limite para aposentadoria compulsória. Prevaecem as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir dos 48 anos e os homens 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição previdenciária de 30 e 35 anos. Além desses, o instituto de previdência complementar dos empregados da Conab (Cibrius) estabelece a idade mínima de 56 anos para concorrer ao benefício. Pelo quadro abaixo verifica-se a existência de 530 empregados (50% do número do quadro de pessoal) reúnem todas as condições para o desligamento da Empresa. No início do exercício havia 336 empregados aposentados que mantinham contrato de trabalho com a Conab.

Quadro XLIV ó Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária

Faixa Etária	Tempo de Trabalho na Empresa										Participação (%)
	0-5	6-10	11-15	16-20	21-25	26-30	31-35	36-40	> 40	Total	
20 a 25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
26 a 30	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,40
31 a 35	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0,40
36 a 40	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,40
41 a 45	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0,79
46 a 50	6	4	2	1	0	12	1	0	0	26	10,28
51 a 55	8	5	8	11	0	18	26	1	0	77	30,43
56 a 60	11	10	2	5	0	20	34	2	0	84	33,20
61 a 65	3	6	3	7	0	11	14	3	1	48	18,97
66 a 70	2	1	0	2	0	1	0	1	0	7	2,77
Mais de 70	2	1	1	2	0	0	0	0	0	6	2,37
Total	35	29	16	28	0	62	75	7	1	253	100,00

Fonte: Dipai/Sutin

9.5.1 ó Quadro de Pessoal Ativo

9.5.2 ó Admissões, Demissões e Transferências

Durante o exercício ocorreram 51 admissões e 49 demissões, a maioria de empregados sem cargo de carreira, ocupando funções de livre provimento (42 e 38 respectivamente). Além desses foram recebidos em transferências de diversas Regionais 7 empregados (RJ-1, RR-1, GO-3, PI-1 e PR-1) e aprovada a transferência de 14 empregados para as Regionais de Goiás (6), Piauí (1), Minas Gerais (2), Rio de Janeiro (1), Ceará (1), Maranhão (1) e Paraíba (2).

Sureg		CE
Admissão		7
Demissão		5
Transferências Externar	Recebidas	1
	Enviadas	1
Transferências Internas		10

9.5.3 ó Perspectivas de Aposentadoria

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo, portanto, idade limite para o desligamento do quadro de pessoal da Companhia, podendo, inclusive, serem aposentados pela Previdência Social e permanecerem em atividade.

9.5.4 ó Composição do Quadro de Estagiários

Além dos empregados, a Superintendência Regional do Ceará com as Unidades Armazenadoras contavam, ao longo do exercício de 2011, em média, com 13 estagiários de nível superior, com custo anual de R\$114.127,08 (salário + auxílio transporte).

Quadro XLV ó Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Vagas Aprovadas	Quantitativo de vagas preenchidas em Dez/2010	Custo do Exercício em R\$1,00
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre			
Nível Superior	14	13	13	12	15	12	114.127,08
Área Fim	5	5	6	5			
Área Meio	9	8	7	7			
Total	14	13	13	12	15	12	114.127,08

Fonte: Gefad/Sereh/CE

9.5.5 ó Custos de Pessoal

Em 2011, a despesa de pessoal com os empregados lotados na Matriz foi de R\$135.345.333,01, com participação de 32,86% na despesa total da Conab (R\$411.854.346,20) e com crescimento de 2,64% sobre o valor de 2010.

Quadro XLVI - Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011

Detalhamento da Despesa	Exercício		
	2009	2010	2011
Vencimentos e vantagens fixas	76.025.949,30	90.824.957,75	93.549.604,88
Vencimentos e salários	42.031.519,94	50.131.528,09	51.350.209,87
Incorporações	694.960,53	762.224,56	828.885,12
Adicional noturno	116,74	4,02	0,00
Adicional de periculosidade	0,00	0,00	3.253,35
Adicional de insalubridade	30.178,50	24.907,87	43.216,97
Gratificação por exercício de cargos	1.029.000,00	2.000,00	0,00
Gratificação por exercício de funções	6.129.555,08	6.897.842,98	8.766.179,29
Gratificação por tempo de serviço	9.184.552,68	10.157.231,22	11.375.932,84
Férias vencidas e proporcionais		5.038,13	73.330,65
13.º salário	7.594.260,17	8.944.639,56	8.839.267,03
Férias . abono pecuniário	1.477.406,91	1.676.924,47	1.850.316,62
Férias . abono constitucional	1.783.235,60	2.093.651,45	2.263.065,87
Férias . pagamento antecipado	2.703.856,07	3.085.433,91	3.468.559,38
Licença-prêmio	960.605,25	4.916.348,81	3.028.381,67
Remuneração de diretores	1.691.509,22	1.877.705,64	1.937.315,03
Remuneração por participação em órgãos de deliberação	227.389,82	236.366,55	238.710,43
Complemento salarial	2.288,16	2.288,16	2.288,16
Créditos para acerto financeiro com ex-servidores	2.572.820,85	2.450.148,93	2.717.457,49
(-) Créditos para acerto financeiro com ex-servidores	-3.013.358,30	-3.575.796,22	-3.692.791,72
Provisão para 13.º salário	5.370.631,41	6.244.088,26	6.463.600,73
(-) Provisão para 13.º salário	-5.370.631,41	-6.244.649,71	-6.463.600,73
Provisão para férias	8.207.204,20	10.852.317,35	11.220.833,14
(-) Provisão para férias	-7.274.343,62	-9.599.733,91	-10.458.337,05
Adiantamentos concedidos . não financeiros	5.303.367,76	5.866.977,37	6.583.060,93
(-) adiantamentos concedidos	-5.557.366,03	-6.152.551,26	-6.852.707,79
Créditos por cessão de pessoal	1.754.522,25	1.830.599,31	1.849.702,95
(-) Créditos por cessão de pessoal	-1.507.332,48	-1.660.577,79	-1.886.525,35
Obrigações patronais	27.204.080,87	33.047.675,30	35.550.416,61
F.G.T.S.	6.188.726,61	7.269.362,61	7.717.008,18
Contribuição de salário educação	1.753.878,13	2.180.861,18	2.395.771,16
Encargos sociais sobre provisões	3.942.022,97	6.258.541,99	6.498.508,19
(-) Encargos sociais sobre provisões	-3.617.387,53	-5.591.969,30	-6.215.317,18
Contribuições previdenciárias . INSS	18.173.067,80	20.599.911,98	22.019.958,17
Seguros de acidentes de trabalho	763.772,89	2.330.966,84	3.134.488,09
Outras despesas variáveis É pessoal civil	3.745.960,98	4.876.548,87	5.587.721,82
Indenizações e restituições trabalhistas . Ativo civil	157.797,04	575.670,80	1.117.996,36
Pessoal requisitado de outros órgãos	160.277,35	233.066,20	78.724,31
Substituições	328.541,80	388.047,71	415.667,98
Pensões indenizatórias	3.407,76	465,00	1.153,88
Auxílio-doença	0,00	0,00	8.421,50
Indenizações trabalhistas . ativo civil	22.887,77	86.802,98	131.397,10
Despesas de exercícios anteriores . ativo civil	4.435,91	10.167,49	5.777,58
Serviços extraordinários	946.642,32	1.315.976,94	1.531.289,68
Indenização auxílio-transporte	1.331.265,59	1.380.114,74	1.411.276,37
Auxílio funeral . ativo civil	140.700,00	107.955,50	163.614,00
Auxílio escola . acordo coletivo	108.240,00	162.540,00	146.216,65
Auxílio deficiente . acordo coletivo	234.316,75	341.576,71	374.096,61
Auxílio creche	307.448,69	274.164,80	202.089,80
Sentenças judiciais e depósitos compulsórios	1.905.010,04	3.108.990,29	657.589,70
Sentenças judiciais transitadas em julgado	1.742.945,72	3.013.791,47	633.441,84
Depósitos para recursos	839.460,75	802.343,49	1.876.232,13
Recursos vinculados	162.059,00	102.564,25	83.676,06
(-) Depósitos realizáveis vinculados	-839.455,43	-809.708,92	-1.935.760,33

Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício-DRE

9.5.6 ó Mão de Obra Terceirizada

O quadro a seguir apresenta de forma detalhada a formação do quadro de mão de obra terceirizada com vigência em 2011.

Quadro XLVII ó Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante															
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento															
UG/Gestão: 135100 ó 22211										CNPJ: 26.461.699/0001-80					
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
							F		M		S				
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		P	C
2011	V	O	Fortaleza Segurança	07434673/0001-07	01/06/10	31/05/11	-	-	-	-	-	-	P	32	32
Observação:															
Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada															

Fonte: Supad

9.5.6 ó MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA

O quadro a seguir apresenta de forma detalhada a formação do quadro de mão de obra terceirizada que tiveram vigência no ano de 2011:

Quadro - Contrato de Prestação de Serviço de Vigilância Ostensiva

O serviço de vigilância ostensiva em 2011 foi realizada pela empresa Fortaleza Segurança Ltda. Tendo seu contrato prorrogado por mais 01 ano, a partir de 01.06.2011 até 31.05.2012, A prestação de serviço será realizado na sede da Sureg/CE e demais Unidades Armazenadoras próprias localizadas no Estado. Salientamos, que estão registradas como despesa da sede da Sureg/CE as vigilâncias executadas nos imóveis localizados em Brejo Santo, Tauá e Icó/CE em razão dos respectivos imóveis encontrar-se à época desativados. Foi gasto com vigilância os tensiva no exercício de 2011, o montantes de R\$ 792.536,91.

A seguir quadro demonstrativo dos imóveis cobertos pelo serviço de vigilância ostensiva:

Quadro XLVIII ó Número de Vigilante na Sede e por Unidade

Quantidade de postos	Unidades Administrativas
02	Edifício Sede da Sureg Ceará
02	Unidade Armazenadora de Crateus
02	Unidade Armazenadora de Icó
02	Unidade Armazenadora de Iguatu
02	Unidade Armazenadora de Juazeiro do Norte
12	Unidade Armazenadora de Maracanaú
02	Unidade Armazenadora de Russas
02	Unidade Armazenadora de Senador Pompeu
02	Unidade Armazenadora de Sobral
02	Prédio da Ex-Unidade Armazenadora de Tauá
02	Prédio da Ex-Unidade Armazenadora de Brejo Santo

Fonte: Sureg/CE/CPL, Siafi

Quadro XLIX - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante															
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento															
UG/Gestão: 135100 ó 22211										CNPJ: 26.461.699/0001-80					
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
							F		M		S				
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		P	C
2011	7	O	Advocacia	03.638.793/0001-67	01/06/10	31/05/11	-	-	-	-	-	-	P	*	*
2011	7	O	PCMSO	97.472.211/0001-69	16/05/11	15/05/12	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Observação:															
Legenda:															
Área:															
1 ó Apoio Administrativo, Técnico e Operacional															
2 ó Manutenção e Conservação de Bens Imóveis															
3 ó Serviços de Copa e Cozinha															
4 ó Manutenção e Conservação de Bens Móveis															
5 ó Serviço de Brigada de Incêndio															
6 ó Apoio Administrativo ó Menores Aprendizizes															
7 ó Outros															
Natureza: (O) Ordinário (E) Emergencial															
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental (M) Ensino Médio (S) Ensino Superior															
Situação Contratual: (A) Ativo Normal (P) Ativo Prorrogado (E) Encerrado															
Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no Contrato (C) Efetivamente Contratada															

*A empresa foi contratada pelo tipo de serviço, não ficando estabelecido a quantidade pessoas e nem o nível de escolaridade.

10 ó Planejamento, Execução e Controle Orçamentários, Patrimonial, Financeiro e Contábil

10.1 ó Análise da Execução Orçamentária

Em 2011 não houve alterações na programação orçamentária/financeira sendo registradas apenas variações, para mais ou menos, na execução das diversas ações orçamentárias.

Os valores apresentados no Grupo 1 ó Despesas de Pessoal não refletem as despesas de pessoal desta Regional, tendo em vista que a execução orçamentária da folha de pagamentos é realizada pela Matriz ó UJ 135100, restando apenas os pagamentos dos encargos, como as

contribuições previdenciárias e o salário educação, seguros de acidente de trabalho, FGTS e outros. Em relação ao exercício de 2010 verificou-se variação, a menor, de 6,88%, decorrente da redução de 45,55% no valor pago com sentenças judiciais, que passou de R\$4.150.099,23 para R\$2.259.818,49%, parcialmente compensado pelo reajuste salarial negociado no Acordo Coletivo de Trabalho 2011/12, da concessão de promoções por tempo de trabalho, da compra da Licença prêmio e outras variações.

No grupo 3 ó Outras Despesas Correntes estão relacionadas as despesas com o custeio da Companhia, com a aquisição de produtos para doação gratuita às famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional, com a manutenção de bens móveis e imóveis, com vigilância e serviços de limpeza, com assistência médica e odontológica dos empregados e dependentes, com os auxílios concedidos ao empregados e outros. O valor total empenhado neste Grupo foi de R\$21.113.467,55, com redução de 30,10% sobre o valor registrado em 2010, em decorrência da menor aplicação de recursos na aquisição de produtos para distribuição gratuita, que passaram de R\$23.440.521,76, em 2010, para R\$15.596.424,52, em 2011, e, também devido ao contingenciamento de 28% nas despesas correntes, de acordo com a Portaria MAPA n.º 29, de 29/03/2011.

O Grupo 4 ó Investimento contempla as despesas relacionadas às melhorias nos imóveis, tanto na unidade armazenadora quanto na sede da Regional e à compra de equipamentos, inclusive de informática. A execução das despesas deste Grupo sofreu forte impacto com o contingenciamento de 65% imposto pela citada Portaria, principalmente aquelas relacionadas com a Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. A execução desta Ação também foi prejudicada pela falta de pessoal, principalmente de engenheiros e agrônomos, para o desenvolvimento dos projetos e a elaboração das planilhas de custo na forma requerida pela Controladoria-Geral da União, assim como para a fiscalização e o recebimento das obras. Consequentemente, os serviços previstos para a manutenção das unidades ou a aquisição de equipamentos necessários para a adequação dos armazéns aos critérios estabelecidos para a certificação, foram postergados para 2012. Em relação ao exercício anterior verifica-se crescimento de aproximadamente 31,84% nas despesas empenhadas, devido principalmente à realização de obras nas unidades armazenadoras cujos valores representaram cerca de 30,25% no valor total empenhado.

No Grupo 5 estão agregadas as despesas referentes à aquisição de produtos agrícolas, à manutenção dos estoques públicos, à remoção de produtos e demais despesas correlatas, tais como braçagem, impostos e outros. Inclui as despesas com a formação e manutenção tanto dos estoques adquiridos no âmbito da PGPM quanto pelo PAA, neste caso, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. Em relação ao exercício anterior as despesas empenhadas tiveram redução de 53,92%, caindo de R\$34.834.667,33 para R\$16.050.711,53. Em 2011 destacaram-se as despesas realizadas com o pagamento de frete de milho em atendimento ao Programa Fome Zero, no valor total de R\$14.496.005,23, representando cerca de 91,86% das despesas deste grupo.

Quadro L ó Variações na execução das Diversas Ações Orçamentárias

1 ó Despesa de Pessoal	10.321.876,37	9.612.085,64	10.321.876,37	9.612.085,64	0,00	0,00	9.858.823,89	9.085.619,44
Outros Benefícios Assistenciais	14.874,00	18.592,50	14.874,00	18.592,50	0,00	0,00	14.874,00	18.592,50
Vencimentos e Vantagens Fixas	862.255,17	929.876,57	862.255,17	929.876,57	0,00	0,00	794.285,30	855.758,30
Obrigações Patronais	4.158.469,21	4.734.713,65	4.158.469,21	4.734.713,65	0,00	0,00	3.764.083,80	4.282.365,72
Depósitos Compulsórios	1.122.231,11	1.620.239,03	1.122.231,11	1.620.239,03	0,00	0,00	1.122.231,11	1.620.239,03
Sentenças Judiciais	4.150.099,23	2.259.818,49	4.150.099,23	2.259.818,49	0,00	0,00	4.150.099,23	2.259.818,49
Indenizações e Restituições Trabalhistas	13.947,65	48.845,40	13.947,65	48.845,40	0,00	0,00	13.250,45	48.845,40
2 ó Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 ó Outras Despesas Correntes	30.203.483,82	21.113.467,55	30.152.172,12	12.500.700,47	51.914,62	8.612.767,08	28.549.464,84	10.232.221,22
Diárias	797.691,78	244.056,40	797.354,28	244.056,40	337,50	0,00	796.884,28	244.056,40
Material de Consumo	349.677,26	0,00	341.207,42	0,00	9.072,76	0,00	325.761,71	0,00
Material de Distribuição Gratuita	23.440.521,76	15.596.424,52	23.440.521,76	7.260.054,92	0,00	8.336.369,60	22.287.817,01	5.151.331,66
Passagens e Despesas com Locomoção	136.205,96	69.341,69	135.880,96	62.591,69	325,00	6.750,00	135.880,96	60.691,22
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	87.730,66	84.550,46	87.730,66	84.550,46	0,00	0,00	75.318,88	81.999,78
Locação de Mão-de-Obra	733.480,53	792.536,91	733.480,53	786.083,49	0,00	6.453,42	722.623,85	770.056,78
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	4.276.866,02	4.220.845,79	4.234.686,66	3.957.651,73	42.179,36	263.194,06	3.824.236,83	3.818.599,11
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentárias	112.241,16	104.664,50	112.241,16	104.664,50	0,00	0,00	111.872,63	104.438,99
Sentenças Judiciais	263.881,80	1.047,28	263.881,80	1.047,28	-	0,00	263.881,80	1.047,28
Indenizações e Restituições	5.186,89	0,00	5.186,89	0,00	-	0,00	5.186,89	0,00
4 ó Investimentos	79.074,91	104.255,20	15.357,78	99.335,20	63.717,13	4.920,00	15.357,78	99.335,20
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	0,00	59.855,20	-	59.855,20	0,00	0,00	-	59.855,20
Equipamento e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentárias	79.074,91	44.400,00	15.357,78	39.480,00	63.717,13	4.920,00	15.357,78	39.480,00
5 ó Inversões Financeira	34.834.667,33	16.050.711,53	18.193.235,41	15.780.711,53	16.641.431,92	270.000,00	15.698.468,91	15.776.054,14
Aquisição de Produtos para Revenda	34.834.667,33	16.050.711,53	18.193.235,41	15.780.711,53	16.641.431,92	270.000,00	15.698.468,91	15.776.054,14
6 ó Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	75.439.102,43	46.880.519,92	58.682.641,68	37.992.832,84	16.757.063,67	8.887.687,08	54.122.115,42	35.193.230,00

Quadro LI ó Execução Orçamentária e Física das Ações Realizadas pela UJ

Execução Orçamentária e Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Dotação Prevista (R\$)	Dotação Realizada (R\$)
20	301	0352	2204	A	4	Pessoa beneficiada	920	916	915	1.311.000,00	1.309.600,27
20	301	0352	20CW	A	4	Servidor beneficiado	241	12	250	-	-
20	365	0352	2010	A	4	Criança atendida	-	-	-	-	-
20	306	0352	2012	A	4	Servidor beneficiado	238	248	249	1.340.000,00	1.339.506,02
20	331	0352	2011	A	4	Servidor beneficiado	187	250	219	70.000,00	68.238,00
20	126	0352	4702	A	4	Unidade cadastrada	-	16	-	-	-
20	128	0360	4572	A	4	Servidor capacitado	322	51	285	36.000,00	14.341,00
28	846	0901	002F	OP	4	-	-	-	-	-	-
28	846	0901	0022	OP	4	-	-	-	-	3.500.000,00	3.432.922,63
20	605	0352	10HG	P	4	Estudo realizado	-	-	-	-	-
20	125	0352	2137	A	4	Fiscalização realizada	20	25	13	25.000,00	17.237,99
20	605	0352	2130	A	4	Produto adquirido	-	-	-	45.000.000,00	15.780.711,53
20	122	0352	2272	A	4	-	-	-	-	8.293.000,00	8.273.739,09
20	605	0352	8579	A	4	Informação disponibilizada	-	-	-	-	-
20	605	0352	8566	A	4	Mercado integrado	-	-	-	-	-
20	122	0352	2829	A	4	Unidade modernizada	5	6	6	230.927,86	100.940,12
20	605	0360	4711	A	4	Pesquisa realizada	8	8	8	20.000,00	14.459,23
20	692	0352	4710	A	4	Unidade organizada	138	9	-	-	-
20	122	0352	0110	OP	4	-	-	-	-	-	-
20	605	0351	20GI	A	4	Produto adquirido	-	-	-	-	-

Quadro LII ó Demonstrativo da Execução Física e Financeira do SAS
(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus
Dependentes ó [Quadro 1](#)
Programa de Trabalho = 20.301.0352.2004.0001
PTRES = 024581

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/CE	
Dotação Orçamentária Inicial	19.519.046,00	1.311.000,00	
Suplementação/Cancelamento	5.086.246,00	-	-
Dotação Final	24.605.292,00	1.311.000,00	5,33
Execução Orçamentária	24.534.231,29	1.309.600,27	5,34
Índice	99,71	99,89	-
Meta Física	14.849	920	6,20
Execução Física	14.880	916	6,16
Índice	100,21	99,57	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS) ó Quadro 1				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				74,78
2008				77,04
2009				99,80
2010				100,22
2011	Meta:	100,00	Realizado	99,57
Análise:				

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				99,92
2008				99,77
2009				99,98
2010				99,98
2011	Meta:	100,00	Realizado	99,89
Análise:				

Nome: Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Custo unitário de atendimento médico e odontológico do SAS				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por atendimento				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado Y= n.º de atendimentos no período				
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				731,18
2008				901,34
2009				1.642,28
2010				1337,07
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	1.429,69

A Conab oferece serviço de assistência médica para os seus empregados, dependentes típicos e atípicos. No exercício de 2011, foi disponibilizada para a Conab, dotação Orçamentária inicial de R\$ 19.519.046,00, recebendo uma suplementação de mais R\$ 5.086.246,00 totalizando o montante anual de R\$ 24.605.292,00. Deste valor, foi descentralizado para a Sureg/CE a importância de R\$ 1.311.000,00. Sendo gastos durante o exercício R\$ 1.309.600,27 que atingiu ao percentual de 99,89 do crédito disponibilizado.

A meta física estabelecida para o exercício foi de 920 atendimentos médicos/odontológicos, sendo atendidas 916 pessoas, perfazendo 99,57 de cumprimento da meta.

Vale esclarecer que o plano de saúde oferecido pela Conab, é de auto-gestão, não havendo contribuição fixa mensal. A participação do empregado, na despesa é calculada de acordo com o nível salarial e a utilização dos serviços, em conformidade com a Tabela de Participação Financeira (TPF) constante decidida em Acordo Coletivo.

Análise: Considerando-se que a meta orçamentária e financeira atingiu a 99,89% e a meta física 99,57%, entendemos o cumprimento dentro dos parâmetros.

Quadro LIII ó Demonstrativo da Execução Financeira e Orçamentária ó Exames Periódicos

(20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados ó Exames Periódicos

Programa de Trabalho = 20.301.0352.20CW.0001

PTRES = 030856 - Quadro 2

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/CE	
Dotação Orçamentária Inicial	754.740,00	-	
Suplementação/Cancelamento	2.488,00	-	-
Dotação Final	757.228,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária	753.997,08	-	0,00
Índice	99,57	-	-
Meta Física ó Servidor beneficiado	4.193	241	5,75
Execução Física	2.488	12	0,48
Índice	59,34	4,98	-

Fonte: Geare e Gebem

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS) ó Quadro 2

Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes

Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)

Tipo: Eficácia

Unidade de Medida: %

Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA

 Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$

Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos

Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor

Base geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Mensal

Responsável: Gerente da Gesas

Resultados:

2010				58,33
2011	Meta:	100,00	Realizado	4,98

Análise:

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)

Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes

Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)

Tipo: Eficácia

Unidade de Medida: %

Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA

 Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$

Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA

Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor

Base geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Mensal

Responsável: Gerente da Gesas

Resultados:

2010				100,00
2011	Meta:	100,00	Realizado	#DIV/0!

Análise:

A Conab, dentro do seu programa de controle médico disciplinado no Regulamento de Pessoal e em atendimento às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, promove no mês de aniversário do empregado, Exames médicos e Periódicos.

As despesas com a realização dos Exames Periódicos são custeadas pela Conab. Para o exercício de 2011, a meta física estabelecida pela Sureg/CE foi de 241 servidores beneficiados. Porém, conforme relatório do médico do PCMSO, foram atendidos 245, em termos percentuais 101,66% da meta previamente estabelecida, justificada, pela realização de exames periódicos dos seguintes empregados:

- Eudes Guedes de Andrade ó Superintendente Interino;
- Maria da Glória da Rocha Teixeira ó Gerente Interina;
- Luis Carlos dos Reis ó transferido da Matriz para a Sureg/CE; e
- Maria Pinheiro Leitão ó lotada na Sureg/RR.

Vale esclarecer que os valores relativos as despesas custeadas, foram todas contabilizadas como Serviço de Assistência a Saúde ó SAS.

Quadro LIV ó Demonstrativo da Execução Financeira e Orçamentária ó Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

(2212) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Programa de Trabalho = 20.306.0352.2212.0001

PTRES = 001684 - **Quadro 3**

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/CE	
Dotação Orçamentária Inicial	23.146.764,00	1.340.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-900.000,00	-	-
Dotação Final	22.246.764,00	1.340.000,00	6,02
Execução Orçamentária	21.662.047,14	1.339.506,02	6,18
Índice	97,37	99,96	-
Meta Física ó Servidor beneficiado	4.193	238	5,68
Execução Física	4.334	248	5,72
Índice	103,36	104,20	-

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação ó Quadro 3

Descrição: Percentual de atendimento do benefício de Auxílio-Alimentação aos empregados

Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)

Tipo: Eficácia

Unidade de Medida: %

Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados

 Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$

Variáveis: X= n.º de empregados beneficiados e Y= n.º total de empregados beneficiados previsto

Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor

Base geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Mensal

Responsável: Gerente da Gebem

Resultados:

2007				95,58
2008				109,57
2009				109,09
2010				106,96
2011	Meta:	100,00	Realizado	104,20

Análise:

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação

Descrição: Percentual de gastos com o benefício do Auxílio-Alimentação aos empregados

Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)

Tipo: Eficácia

Unidade de Medida: %

Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA

 Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$

Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA

Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor

Base geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Mensal

Responsável: Gerente da Gebem

Resultados:

2007				99,98
2008				98,65
2009				99,98
2010				99,87
2011	Meta:	100,00	Realizado	99,96

Análise:

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação

Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Alimentação

Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Alimentação

Tipo: Eficiência

Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado beneficiado

Meta: Menor ou igual ao ano anterior

 Fórmula de Cálculo: (X/Y)

Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados

Fonte: X= Siafi e Y= Sureh/Gebem

Base geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Mensal

Responsável: Gerente da Gebem

Resultados:

2007				4.614,71
2008				4.480,14
2009				4.364,94
2010				6.571,83
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	5.401,23

Análise:

Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Finalidade: Conceder auxílio-alimentação pago proporcionalmente aos dias trabalhados, sob a forma de pecúnia com custeio do órgão ou entidade lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale-alimentação ou refeição ou ainda, manutenção de refeitório.

Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob a forma de pecúnia, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97 ou mediante a aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou ainda, por meio de refeitório.

A Dotação Orçamentária em 2011 para a Conab custear o Auxílio-Alimentação de seus servidores e empregados, foi de R\$22.246.764,00. Sendo descentralizado para Sureg/CE o valor orçamentário de R\$1.340.000,00, cuja realização foi de R\$1.339.506,02 que corresponde a 99,96% da meta orçamentária e financeira. Quanto à meta física estabelecida, atingiu a 104,20%. Portanto superou a meta em 4,20%.

Quadro 4 - Resultado/Execução Física e Orçamentária

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária		
	Exercício		Variação	Exercício		Variação
	2010	2011		2010	2011	
Meta/Dotação Orçamentária	190	187	98,42	300.000,00	70.000,00	
Execução	183	250	136,61	299.321,01	326.303,42	109,01
Vale-transporte/Crédito em cartão magnético	0	0		60.953,80	68.238,00	111,95
Em pecúnia	183	250	136,61	238.367,21	258.065,42	108,26
Percentual de Execução	96,31	133,68		99,77		
Gasto per capita (R\$)				1.635,63	1.305,21	

Fonte: Sureg/Secof/CE

Quadro LV 6 Demonstrativo da Execução Financeira e Orçamentária 6 Auxílio Transporte dos Servidores e Empregados

(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Programa de Trabalho = 20.331.0352.2011.0001

PTRES = 01685 - **Quadro 4**

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/CE	
Dotação Orçamentária Inicial	6.931.122,00	70.000,00	
Suplementação/Cancelamento	510.000,00	-	
Dotação Final	7.441.122,00	70.000,00	0,94
Execução Orçamentária	7.352.073,59	326.303,42	4,44
Valor Liquidado na Sureg-CE	0,00	68.238,00	-
Valor Liquidado na Matriz	0,00	258.065,42	79,09
Índice	98,8	-	
Meta Física 6 Servidor beneficiado	3.282	187	5,70
Execução Física	4.286	250	5,83
Índice	130,59	133,69	

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte **Quadro 4**

Descrição: Percentual de atendimento do benefício Auxílio-Transporte aos empregados

Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)

Tipo: Eficácia

Unidade de Medida: %

Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados estabelecido na LOA

Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$

Variáveis: X= n.º de empregados atendidos e Y= n.º total de empregados

Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor

Base geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Mensal

Responsável: Gerente da Gebem

Resultados:

2007				95,13
2008				89,12
2009				135,00
2010				96,32
2011	Meta:	100	Realizado	133,69

Análise:

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte

Descrição: Percentual de gasto com o benefício do Auxílio-Transporte aos empregados ativos

Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)

Tipo: Eficácia

Unidade de Medida: %

Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA

Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$

Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA

Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor

Base geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Mensal

Responsável: Gerente da Gebem

Resultados:

2007				89,73
2008				98,19
2009				97,37
2010				93,78
2011	Meta:	100	Realizado	97,48

Análise:

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte

Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Transporte

Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Transporte

Tipo: Eficiência

Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado

Meta: Menor ou igual ao ano anterior

Fórmula de Cálculo: (X/Y)

Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados

Fonte: X= Siafi Y= Sureh/Gebas

Base geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Mensal

Responsável: Gerente da Gebem

Resultados:

2007				208,67
2008				313,99
2009				240,42
2010				333,08
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	272,95

Análise:

Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Finalidade: Tem como objetivo efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo, municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei 7.418/85 e as alterações, e Medida Provisória 2.165-36 de 23.08.2001.

Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

A Dotação Orçamentária destinada a despesa com auxílio transporte para os empregados da conab em 2011, foi inicialmente de R\$ 6.931.122,00 e posteriormente suplementada de 510.000,00 perfazendo um total de R\$ 7.441.122,00. Deste montante foi descentralizado para a Sureg/CE R\$ 326.303,42 para atender a uma meta física de 187 empregados. O número de beneficiado foi de 250 atingindo percentual de 133,69. Ou seja, houve um acréscimo sobre a meta física estabelecida de 33,69%. Já a execução orçamentária aumentou 9% em relação a meta estabelecida para 2011.

A execução orçamentária da ação acima, se dá por meio da folha de pagamento laborada na Matriz ou pela concessão de vale-transporte, ou ainda, por meio de cartão magnético. No caso da concessão de vale-transporte ou cartão magnético, o processamento da execução fica a cargo a Sureg.

Quadro LVI ó Demonstrativo da Execução Financeira e Orçamentária ó Capacitação de Servidores Públicos Federais

(4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

Programa de Trabalho = 20.128.0360.4572.0001

PTRES = 001694 - **Quadro 5**

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/CE	
Dotação Orçamentária Inicial	1.530.000,00	36.000,00	2,06
Suplementação/Cancelamento	-	-	
Dotação Final	1.530.000,00	36.000,00	
Execução Orçamentária	372.576,40	14.341,00	3,85
Índice	24,35	39,84	
Meta Física	4.300	322	7,49
Execução Física	3.165	51	1,61
Índice	73,60	15,84	

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Nome: Atendimento da Demanda de Capacitação ó Quadro 5

Descrição: Percentual dos empregados treinados previstos na LOA

Objetivo: Acompanhar a implementação das atividades de treinamento prevista no Plano de Capacitação

Tipo: Eficácia

Unidade de Medida: %

Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA

Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$

Variáveis: X = n.º de empregados treinados e Y = número de treinandos previsto

Fonte: X= Sureh/Gecap e Y=Supor/Gepor

Base geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Mensal

Responsável: Gerente da Gecap

Resultados:

2007				156,89
2008				102,50
2009				21,32
2010				11,36
2011	Meta:	100,00	Realizado	15,84

Análise:

Nome: Percentual da Execução Financeira com Capacitação

Descrição: Percentual dos gastos com a ação de capacitação dos empregados

Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA

Tipo: Eficácia

Unidade de Medida: %

Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA

Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$

Variáveis: X = Valor executado e Y = valor previsto

Fonte: X = Siaf e Y=Supor/Gepor

Base geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Mensal

Responsável: Gerente da Gecap

Resultados:

2007				90,02
2008				88,89
2009				92,46
2010				92,06
2011	Meta:	100,00	Realizado	39,84

Análise:

Nome: Custo por Empregado Capacitado

Descrição: Custo por empregado capacitado

Objetivo: Apurar o valor investido por empregado capacitado

Tipo: Eficiência

Unidade de Medida: R\$ por empregado capacitado

Meta: Menor que o obtido no exercício anterior

Fórmula de Cálculo: X/Y

Variáveis: X = valor executado e Y = quantidade de empregados capacitados

Fonte: X = Siafi e Y=Sureh/Gecap

Base geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Anual

Responsável: Gerente da Gecap

Resultados:

2007				51,54
2008				433,63
2009				247,42
2010				480,94

Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

Tipo: Finalístico.

Finalidade: Tem por objetivo promover a qualificação e requalificação de pessoal. Com vistas a melhoria continuada dos processos, dos índices de satisfação pelos serviços prestados e do crescimento profissional.

Descrição: Esta ação é implementada com a realização de diversas ações voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxas de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

A meta da Sureg para 2011 era de treinar 322 empregados. No entanto houve um recuo bem expressivo que foi na ordem de 15,83 da meta prevista. Apesar de contar com a disponibilidade de R\$ 36.000,00, só utilizou R\$ 14.341,00, o correspondente a 39,83%. Se compararmos com o exercício de 2010, verifica-se que houve um recuo de 23,89% em relação ao ano anterior.

Quadro LVII ó Demonstrativo da Execução Financeira e Orçamentária ó Sentença Judicial Transitada em Julgada

(0022) Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

Programa de Trabalho = 28.846.0901.0022.0001

PTRES = 001687 ó **Quadro 6**

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/CE	
Dotação Orçamentária Inicial	14.000.000,00	3.500.000,00	
Suplementação/Cancelamento	4.661.376,00	-	
Dotação Final	18.661.376,00	3.500.000,00	18,76
Execução Orçamentária	17.353.314,98	3.432.922,63	19,78
Índice	92,99	98,08	

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

Nome: Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais ó Quadro 6				
Descrição: Percentual de gastos com sentenças e débitos judiciais				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Superintendente da Sumaj				
Resultados:				
2007				87,63
2008				90,91
2009				99,76
2010				99,97
2011	Meta:	100,00	Realizado	98,08
Análise:				

Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

Tipo: Operações Especiais

Finalidade: Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, devidas pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, mediante pagamento de passivos judiciais.

Descrição: Pagamento de passivos judiciais devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista após Sentença Judicial Transitada em Julgado.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Procuradoria Geral - Proge

A dotação orçamentária disponibilizada para a Sureg/CE em 2011 foi de R\$ 3.500.000,00. A execução orçamentária no período foi de R\$ 3.432.922,63, atingindo em termos percentuais, 98,08% do valor previsto.

Quadro LVIII ó Demonstrativo da Execução Financeira e Orçamentária ó Fiscalização de Estoques e das Operações de Garantia de Sustentação de Preços

(2137) Fiscalização dos Estoques e da Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares

Programa de Trabalho = 20.125.0352.2137.0001

PTRES = 01690 ó **Quadro 7**

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/CE	
Dotação Orçamentária Inicial	R\$ 4.200.000,00	R\$ 25.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	R\$ 4.200.000,00	R\$ 25.000,00	0,60
Execução Orçamentária	R\$ 1.623.125,34	R\$ 17.237,99	1,06
Índice	38,65	-	
Meta Física (fiscalização realizada)	5.500	20	0,36
Execução Física	6.030	25	0,41
Índice	109,64	125,00	

Fonte: Siafi, Gefis e Gevep

Nome: Percentual de Fiscalizações Realizadas ó Quadro 7.0			
Descrição: Percentual de Fiscalizações realizadas em relação à meta prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= número de fiscalizações realizadas e Y= número de fiscalizações planejadas			
Fonte: X = Sufis e Y = Supor/Gepor			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup			
Resultados:			
2007			-
2008			157,14
2009			326,67
2010			313,79
2011	Meta:	100,00	Realizado: 125,00
Análise:			

Nome: Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustenta			
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA ó Quadro 7.1			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= valor executado e Y= valor previsto na LOA			
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup			
Resultados:			
2007			92,22
2008			74,62
2009			98,41
2010			68,08
2011	Meta:	100,00	Realizado: 68,95

Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Tipo: Atividade

Finalidade: Visa promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico operacionais das unidades armazenadoras depositárias.

Objetivo: Realizar, também, a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.

Descrição: Realização in loco, de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas, cadastrais e operacionais dos armazéns e proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas

padronizadas adotadas para a execução das atividades. As Operações de Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de produtos agropecuários serão inspecionadas em relação a conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos e também quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda, sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Dirab

A Dotação Orçamentária disponibilizada em 2011 para a Sureg/CE foi de R\$ 25.000,00, com previsão para a realização de 25 fiscalizações. Durante o exercício, foram realizadas 25 fiscalizações, excedendo a meta em 25%. Para esta ação o valor da execução orçamentária foi de R\$ 17.237,99, o equivalente a 68,95% do valor previsto. Fazendo um paralelo com a quantidade de fiscalização realizada em 2010, ficou reduzida a

Fazendo um paralelo com o exercício de 2010, a quantidade de fiscalizações realizadas em 2011 ficou inferior em 75%. Enquanto que a execução orçamentária reduziu em 15,61%.

Nome: Índice de Perdas em Armazenagem ó Quadro 7.2			
Descrição: Quantidade de perdas de produtos agropecuários apuradas em armazenagem em relação ao estoque contábil			
Objetivo: Acompanhar a conformidade entre as quantidades de perdas e os índices técnicos estabelecidos			
Tipo: Efetividade			
Unidade de Medida: %			
Meta: Menor que o do ano anterior			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= quantidade de perdas em armazenagem (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)			
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerente da Gefis			
Resultados:			
2007			0,00
2008			0,00
2009			0,00
2010			0,31
2011	Meta:	0,00	Realizado: 0,10
Análise:			

Nome: Índice de Desvio de Produtos Armazenados ó Quadro 7.3			
Nome: Índice de Desvio de Produtos Armazenados			
Objetivo: Acompanhar o índice de desvios praticados por fiéis depositários			
Tipo: Efetividade			
Unidade de Medida: %			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= quantidade de produtos desviados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)			
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerente da Gefis			
Resultados:			
2007			0,00
2008			0,00
2009			0,00
2010			0,00
2011	Meta:	0,00	Realizado: 0,00
Análise:			

Nome: Índice de ocorrência de produtos desclassificados ó Quadro 7.4				
Descrição: Quantidade de produtos considerados desclassificados em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos considerados como desclassificados				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos desclassificados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010				0,00
2011	Meta:	0,00	Realizado:	0,03
Análise:				

Nome: Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão ó Quadro 7.5				
Descrição: Quantidade de produtos avaliados como abaixo do padrão em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos abaixo do padrão				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos abaixo do padrão (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,02
2008				0,00
2009				0,00
2010				0,00
2011	Meta:	0,00	Realizado:	0,00

Nome: Custo por Fiscalização realizada ó Quadro 7.6			
Descrição: Custo unitário por fiscalização realizada			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos por fiscalização realizada			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por fiscalização realizada			
Meta: Menor que o do exercício anterior			
Fórmula de Cálculo: X/Y			
Variáveis: X= valor executado com despesas correntes (em R\$) e Y= número de fiscalizações realizadas			
Fonte: X = Siaf e Y = Gefis/Sufis			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerente da Gefis			
Resultados:			
2007			-
2008			407,01
2009			803,32
2010			224,45
2011	Meta:	224,45	Realizado:
			689,52
Análise:			

Nome: Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos ó Quadro 7.7			
Descrição: Percentual de Estoques Públicos Fiscalizados			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta operacional			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo programado			
Fórmula de Cálculo: [(X/Y)*100]			
Variáveis: X= Quantidade fiscalizada e Y= Quantidade planejada			
Fonte: X = Sufis e Y = Sufis			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerentes da Gefis			
Resultados:			
2007			107,77
2008			102,31
2009			93,86
2010			121,52
2011	Meta:	100,00	Realizado:
			284,84
Análise:			

Quadro LIX ó Demonstrativo da Execução Financeira e Orçamentária ó Formação de Estoques

(21301) Formação dos Estoques Públicos

Programa de Trabalho = 20.605.0352.2130.0001

PTRES = 01678 ó Quadro 8

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/CE	
Dotação Orçamentária Inicial	2.169.760.000,00	43.000.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	2.169.760.000,00	43.000.000,00	1,98
Execução Orçamentária	918.235.408,22	15.780.711,53	1,72
Índice	42,32	36,70	-
Meta Física	4.031.000,00	0,00	0,00
Execução Física	811.250,00	0,00	0,00
Índice	20,13	-	-

Fonte: Siafi, Supor e Gefoc

Nome: Percentual de produtos adquiridos para a Formação de Estoques Públicos ó Quadro 8			
Descrição: Percentual de produtos adquiridos em relação à meta prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$			
Variáveis: X= quantidade de produto adquirido Y= quantidade de produto previsto			
Fonte: X = Gefoc Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Superintendente da Sugof			
Resultados:			
2007			-
2008			-
2009			-
2010			-
2011	Meta:	-	Resultado:
Análise:			

Nome: Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos			
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$			
Variáveis: X= valor executado Y= valor previsto na LOA			
Fonte: X = Siafi Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Superintendente da Sugof			
Resultados:			
2007			44,43
2008			34,46
2009			77,83
2010			51,25

Quadro LX ó Demonstrativo da Execução Financeira e Orçamentária ó Administração ó Programa do Programa

(2272) Gestão e Administração do Programa ó Quadro 9			
Controle: Siafi ó PTRES 001682/001688 ó Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-CE	
Dotação Orçamentária Inicial	390.916.326,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	488.416.326,00	8.400.000,00	1,72
Pessoal	391.071.326,00	6.190.000,00	1,58
Custeio	77.070.000,00	2.200.000,00	2,85
Investimentos	20.275.000,00	10.000,00	0,05
Execução Orçamentária	461.250.028,94	8.273.739,09	1,79
Pessoal	387.327.794,86	6.180.210,29	1,60
Custeio	73.477.389,40	2.091.128,80	2,85
Investimentos	444.844,68	2.400,00	0,54
Índice	94,44	98,50	-

Fonte: Supor e Siafi

Nome: Percentual de Execução Financeira nas Ações de Apoio ao Programa ó Quadro 9			
Descrição: Percentual de gastos com atividades relacionadas à administração do Programa Abastecimento Agroalimentar			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Sufin			
Resultados:			
2007			14,84
2008			24,35
2009			39,70
2011			99,68
2010	Meta:	100,00	Realizado
			98,50
Análise:			

Quadro LXI ó Demonstrativo da Execução Financeira e Orçamentária ó Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns ó Quadro 10			
Controle: SIAFI ó PTRES 1689 ó Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-CE	
Dotação Orçamentária Inicial	39.000.000,00	230.927,86	-
Dotação Orçamentária Final	39.000.000,00	230.927,86	0,59
Despesas Correntes	5.000.000,00	-	0,00
Despesas de Capital	34.000.000,00	230.927,86	0,68
Execução Orçamentária	503.777,46	100.940,12	20,04
Despesas Correntes	250.594,84	4.004,92	1,60
Despesas de Capital	253.182,62	96.935,20	38,29
Índice	1,29	43,71	-
Meta Física ó unidade modernizada	70	6	8,57
Execução Física	57	6	10,53
Índice	81,43	100,00	-

Fonte: Supor e Siafi

Nome: Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas				
Descrição: Percentual de unidades atendidas, visando a manutenção das condições para a guarda e conservação dos produtos agropecuários				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA ó Quadro 10				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Maior ou igual a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Unidades armazenadoras atendidas e Y = Número de unidades previstas				
Fonte: X = Gerap e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2007				233,33
2008				100,00
2009				100,00
2010				116,67
2011	Meta:	100,00	Realizado	100,00
Análise:				

Nome: Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria				
Descrição: Percentual de execução financeira em relação à meta estabelecida na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = Valor previsto				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2007				96,78
2008				91,85
2009				99,81
2010				95,38
2011	Meta:	100,00	Realizado	43,71
Análise:				

Quadro LXII ó Demonstrativo da Execução Financeira e Orçamentária ó Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras ó Quadro 11			
Controle: SIAFI ó PTRES 1699 ó Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-CE	
Dotação Orçamentária	1.000.000,00	20.000,00	2,00
Execução Orçamentária	794.110,27	14.459,23	1,82
Índice	79,41	72,30	-
Meta Física ó pesquisa realizada (unid)	12	8	66,67
Execução Física	12	8	66,67
Índice	100,00	100,00	-

Fonte: Supor, Geasa e Siafi

Nome: Percentual de Pesquisa de Safras ó Quadro 11			
Descrição: Percentual de pesquisa de safras em relação à meta prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Igual ou superior a 100%			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$			
Variáveis: X = número de pesquisas realizadas e Y = número de pesquisas previstas			
Fonte: X e Y = Suinf/Geasa			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Geasa			
Resultados:			
2007			200,00
2008			100,00
2009			100,00
2010			100,00
2011	Meta:	100,00	Realizado
			100,00
Análise:			

Nome: Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras			
Descrição: Percentual de gastos com pesquisa de safras			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$			
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto			
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Geasa			
Resultados:			
2007			96,02
2008			68,57
2009			71,19
2010			62,58
2011	Meta:	100,00	Realizado
			72,30

10.2 ó Análise das Inscrições em Restos a Pagar

10.2.1 ó Pagamento e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios anteriores

Quadro LXIII ó Demonstrativo das Inscrições em Restos a Pagar

Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2011	4.644.130,91	0,00	3.778.250,32	865.880,59
2010	931.078,05	0,00	0,00	931.078,05
2009	2.306.566,35	0,00	0,00	2.306.566,35
2008	1.014.208,71	79.525,01	880.969,22	53.714,48
2007	687.699,91	176.525,01	132.003,73	379.171,17
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2011	8.887.687,08	0,00	12.624.770,34	8.902.361,25
2010	102.525,26	0,00	0,00	0,00
2009	3.917.603,37	0,00	0,00	0,00
2008	222.489,22	52.530,22	169.959,00	0,00
2007	0,00	20,00	0,00	0,00

O valor de R\$ 8.902.361,25 inscrito em RESTOS A PAGAR não PROCESSADOS refere-se basicamente aos empenhos registrados nas UG's 135115, 135116 e em especial na UG 135597 para aquisição de produtos da agricultura familiar por meio da CPR-Doação do Programa Fome Zero. A liquidação e o pagamento, dependia da abertura de conta bancária bloqueada em nome da associação beneficiária. As providências ficaram para serem resolvidas em 2012.

10.2.2 ó Análise Crítica

10.5 ó Demonstrações Contábeis Previstas na Lei nº 6.404/76

BALANÇO PATRIMONIAL Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Quadro LXIV ó Balanço Patrimonial

A T I V O	2011	2010
CIRCULANTE	4.735.555.770,99	5.212.315.145,43
DISPONÍVEL	1.060.620,29	972.426,41
Aplicações Financeiras	1.060.620,29	972.426,41
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.049.032.903,78	702.486.519,56
CRÉDITOS A RECEBER	751.495.446,69	578.264.288,00
Devedores por Fornecimento	56.500.746,34	26.622.370,92
Créditos Tributários	241.839.835,13	285.535.734,14
Recursos a Receber	255.652.866,06	89.431.178,90
Créditos Diversos a Receber	197.501.999,16	176.675.004,04
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	292.645.279,10	119.415.257,35

Entidades Devedoras	9.357.615,19	25.244.207,00
Créditos Parcelados	333.691,76	31.542,66
Recursos da União	282.953.972,15	94.139.507,69
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.892.177,99	4.806.974,21
Adiantamentos a Pessoal	4.891.922,99	4.456.974,21
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	255,00	0,00
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	0,00	350.000,00
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS	0,00	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	3.685.418.718,01	4.508.832.121,49
Estoques para Alienação	3.198.418.642,31	4.138.198.154,24
Estoques de Distribuição	833.496,89	1.821.338,22
Estoques Internos - Almoxarifado	2.361.623,43	1.163.790,54
Títulos e Valores em Circulação	297.510,99	67.890,17
Materiais em Trânsito	10.953.770,27	3.240.040,96
Compra Antecipada - Entrega Futura	472.553.674,12	364.340.907,36
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	43.528,91	24.077,97
Valores Pendentes	43.528,91	24.077,97
ATIVO NÃO CIRCULANTE	573.912.136,02	567.647.970,33
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	317.083.667,52	307.205.272,55
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	131.473.814,53	120.748.569,96
Recursos Vinculados	131.473.814,53	120.748.569,96
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	185.609.852,99	186.456.702,59
Devedores - Entidades e Agentes	18.009.747,77	15.347.849,42
Créditos Diversos a Receber	167.600.105,22	171.108.853,17
INVESTIMENTOS	80.222.308,20	80.262.840,30
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	52.419.017,32	52.459.549,42
IMOBILIZADO	176.527.368,99	180.147.857,48
Bens Imóveis	283.851.400,50	275.770.754,07
Bens Móveis	78.406.481,55	73.372.988,03
Depreciações	(185.730.513,06)	(168.995.884,62)
INTANGÍVEL	78.791,31	32.000,00
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

P A S S I V O	2011	2010
CIRCULANTE	4.952.025.232,72	5.446.379.747,49
DEPÓSITOS	117.196.011,03	30.625.802,58
CONSIGNAÇÕES	2.085.251,58	1.858.851,68
Pensão Alimentícia	7.857,41	4.006,06
Planos de Seguros	171.862,58	199.216,17
Empréstimos	318.626,29	241.634,99
Outros Tributos e Consignações	1.586.905,30	1.413.994,46
RECURSOS DA UNIÃO	17.168.338,92	17.077.860,98
Recursos Fiscais	3.992.906,67	7.500.722,89
Recursos Previdenciários	13.175.432,25	9.577.138,09
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	97.942.420,53	11.689.089,92
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.834.829.221,69	5.415.753.944,91
OBRIGAÇÕES A PAGAR	177.842.494,99	59.009.233,29
Fornecedores	141.725.112,72	55.179.709,89

Pessoal a Pagar	23.155,73	6.491,17
Encargos Sociais a Recolher	1.081.527,22	984.653,38
Obrigações Tributárias	5.514.065,85	48.724,95
Débitos Diversos a Pagar	22.014.777,50	350.401,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	7.483.855,97	2.439.252,21
PROVISÕES	242.630.604,68	243.404.292,41
Provisão para Férias	28.907.028,79	26.582.748,81
ICMS s/Mercadorias para Revenda	948.502,50	571.652,59
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	3.631.971,12	7.976.030,89
Encargos Sociais sobre Provisões	10.802.033,97	9.932.791,82
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	617.049.103,45	549.222.334,34
Entidades Credoras	617.049.103,45	549.222.334,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
Operações Especiais	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	6.606.203,92	15.754.080,72
Adiantamentos de Clientes	6.606.203,92	15.754.080,72
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	3.899,48	2.652,71
OUTRAS OBRIGAÇÕES	23.958,52	18.968,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	18.228.235,37	15.360.005,51
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	18.158.815,37	15.290.585,51
OBRIGAÇÕES A PAGAR	18.158.815,37	15.290.585,51
Entidades de Previdência Complementar	17.628.171,34	15.162.764,10
Entidades Federais	530.644,03	127.821,41
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	339.214.438,92	318.223.362,76
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	92.323.612,21	50.501.495,63
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	65.778.893,17	23.956.776,59
LUCROS A DESTINAR	23.710.327,86	44.541.368,28
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	35.142.943,63	18.246.566,50
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(16.445.192,33)	(68.690.715,84)
Depreciações	16.748.494,11	12.822.928,03
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(47.196.622,59)	(20.190.414,15)
Redução nos Créditos Tributários	49.251.717,85	9.562.102,02
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(166.221.687,16)	23.525.519,21
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes	(173.023.690,24)	(43.700.636,04)

Devedores		
Aumento em Pessoal e Encargos	(320.418,61)	(1.089.322,24)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	40.715,09
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(19.450,94)	(300.168,03)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	65.743.977,21	138.391.164,22
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	108.441.168,54	(156.189.720,72)
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	86.253.330,61	(2.799.002,87)
Aumento (Redução) nas Provisões	(4.405.658,85)	16.788.173,63
Aumento nas Entidades Credoras	67.826.769,11	19.576.690,69
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	(8.797.876,80)	12.973.139,84
Aumento nos Recursos Vinculados	(10.725.244,57)	(78.101.884,52)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.697.751,30	(50.444.149,34)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	40.532,10	11.297.980,64
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(13.174.796,93)	(32.176.342,17)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(13.134.264,83)	(20.878.361,53)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos a Pagar	(7.483.855,97)	(2.439.252,21)
Aumento de Dividendos a Pagar	5.044.603,76	(2.588.565,13)
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	(3.036.040,38)	8.063.857,72
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(5.475.292,59)	3.036.040,38
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	88.193,88	(68.286.470,49)
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	88.193,88	(68.286.470,49)
No Início do Exercício	972.426,41	69.258.896,90
No Final do Exercício	1.060.620,29	972.426,41

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Quadro LXV ó Mutações do Patrimônio Líquido

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET.D.O CAPITAL	TRANSF. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO		
SALDO EM 01/01/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	11.872.793,86	11.570.455,95	29.159.753,94	302.328.221,64
LUC.A DEST.DE EXERC.ANTERIORES							8.063.857,72	8.063.857,72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								7.317.756,62
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		(513.526,78)	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(2.439.252,21)	0,00
SALDO EM 31/12/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	(40.246.567,95)	
LUCROS A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							(3.036.040,38)	(3.036.040,38)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		(1.575.548,63)	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(7.483.855,97)	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Quadro LXVI ó Demonstração do Valor Adicionado

DESCRIÇÃO	2011	%	2010	%
1.RECEITAS	1.520.987.917,36	244,72	394.013.198,77	78,22
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.512.002.701,94	243,27	389.423.364,37	77,30
1.2 - Outros Resultados	8.985.215,42	1,45	4.589.834,40	0,91
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.412.640.897,96	227,29	412.356.496,76	81,86
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.250.111.215,84	201,14	272.239.284,51	54,04
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	162.529.682,12	26,15	140.117.212,25	27,81
2.3 - Perda/Recuperação de Valores Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	108.347.019,40	17,43	(18.343.297,99)	-3,64
4.RETENÇÕES	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
4.1 - Depreciação	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	91.296.982,35	14,69	(33.550.651,02)	-6,66
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	466.503.587,64	75,06	428.496.864,47	85,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	117.452.488,38	18,90	54.900.889,63	10,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.428.848,90	0,39	2.106.160,41	0,42
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	35.142.943,63	5,65	18.246.566,50	3,62
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	2.651.679,50	0,43	5.825.184,24	1,16
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	980.291,62	0,16	2.150.846,65	0,43
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	31.510.972,51	5,07	10.270.535,61	2,04
8.8 - Dividendos	7.483.855,97	1,20	2.439.252,21	0,00
8.9 - Destinação para Reserva Legal	1.575.548,63	0,25	513.526,78	0,00
8.10 - Lucros Retidos	22.451.567,91	3,61	7.317.756,62	1,45

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2011

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	11	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	12	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	13	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	14	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	16	Operações de Créditos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	17	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	18	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	19	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Devedores ó Entidades e Agentes	20	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
		21	Convênios/Cooperação Técnica

NOTA 1	CONTEXTO OPERACIONAL
---------------	-----------------------------

A Companhia Nacional de Abastecimento ó Conab, constituída nos termos da Lei n.º 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ó MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de *contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e se encontram em fase de estruturação ó e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA 2**ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/07, na Lei n.º 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal o SIAFI.

Por força das Decisões Normativas do DN/TCU n.º 117/2011, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados da Bahia/Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Roraima, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA 3**ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA**

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

NOTA 4**RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Equivalente de Caixa: Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

4.2 Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/04.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.3.2 Valor Presente dos Estoques: Em face das mudanças introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2.^a quinzena de dezembro de 2011, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004.

4.4. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

4.5 Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.6 Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.056 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

4.7 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

4.8 Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto n.º 3.000/99 e Instrução Normativa n.º 162/98.

4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (ôimpairmentö): No exercício de 2011, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

4.10 Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido ó BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

4.11 Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei n.º 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2011 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor foi absorvido pela equalização dos estoques governamentais.

4.12 Reconhecimento da Receita:

4.12.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

4.13 Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$142.621 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2011, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

4.14 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte ôBö do LALUR.

4.15

NOTA 5	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS
---------------	-----------------------------

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	Em R\$ mil	
	Exercício	
	2011	2010
ICMS a Compensar	241.699	285.410
IRRF a Compensar	36	33
Contribuições Outros Impostos	105	93
Total de Créditos Tributários Circulante	241.840	285.536

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA 6	LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO
---------------	--

O montante de R\$215.581 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2012, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

NOTA 7	RECURSOS A RECEBER DO TESOUREIRO NACIONAL
---------------	--

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macro função 02.03.18 ó item 7.2 ó Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal ó Siafi, foi registrado o total de R\$447.491 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$5.587 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2011, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;

- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2011, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$413.562 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2012.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas 011216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP ó INSCRIÇÃO e 011216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP ó RETIFICADORA.

NOTA 8**DEVEDORES POR FORNECIMENTO**

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$56.501 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

NOTA 9**CONTAS A RECEBER**

O total de R\$364.922 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Aliações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde ó SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros, em cobrança na justiça federal.

O montante acima citado está sendo cobrado via judicial e administrativamente, sendo que do total, 95% dos processos estão ajuizados e o restante em cobrança administrativa.

Os créditos ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 038/2004 e estão assim demonstrados:

9.1 Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	4.081	4.377
Créditos por Cessão de Pessoal	743	706
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	12.497	10.860
Créditos por Infrações Legal/Contratual	180.181	160.732
Subtotal ó Circulante	197.502	176.675

9.2 Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	7.546	10.548
Títulos a Receber	30.188	29.902
Outros Créditos	635	656
Créditos a Receber em Poder da Justiça	129.051	130.003
Subtotal ó Não Circulante	167.420	171.109
Total ó (Circulante + Não Circulante)	364.922	347.784

NOTA 10

DEVEDORES ó ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e termo aditivo n.º 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social ó CIBRIUS, que tratam das joias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

10.1 Devedores ó Entidades e Agentes ó Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Devedoras - Federais	9.358	25.244
Créditos Parcelados	334	31
Recursos da União - Equalização	282.954	94.140
Total ó Circulante	292.646	119.415

10.2 Devedores ó Entidades e Agentes ó Não Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	201
Entidades Federais	17.628	15.163
Créditos Parcelados	307	102
Créditos a Recuperar	75	83
Total ó Não Circulante	18.010	15.348

NOTA 11

RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$131.474 mil.

NOTA 12

BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação ó Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$472.554 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) ó CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) ó CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2011; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei n.º 11.420/06, que em seu art. 3.º acrescenta o art. 15-b à Lei n.º 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural ó CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Estoques de Mercadorias	3.198.419	4.138.198
Estoques de Almoxarifado	2.659	1.232
Materiais em Trânsito	10.954	3.240
Compra Antecipada - CPR	472.554	364.341
Estoques de Distribuição	833	1.821
Total	3.685.419	4.508.832

10.1 ó Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, n.º 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2011, as equalizações totalizaram R\$554.555 mil.

NOTA 13	ENDIVIDAMENTO
----------------	----------------------

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2011, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$4.952.026 mil.

NOTA 14

DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$97.942 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto ó VEP e Outros.

NOTA 15

CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Passivo Contingente ó Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

Trabalhistas: Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.

Tributárias: Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

Cíveis: Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os planos econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas ó Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CMV n.º 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.445	57.034	212.373	65.003
Trabalhista	348.328	41.068	350.788	51.116
Tributária	8.052	8.109	16.346	23.490
Total	422.825	106.211	579.507	139.609

Passivo Contingente ó Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas ó Prováveis. São compostas das seguintes ações:

Cíveis: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.

Trabalhistas: São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cíbrus, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.

Tributárias: São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	118.234	129.517	131.747	152.336
Trabalhista	115.478	79.302	111.007	107.708
Tributária	108.621	108.704	108.892	109.123
Total	342.333	317.523	351.646	369.167

Ativo Contingente ó Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

Cível: Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.

Trabalhista: Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Tributária: Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.446	311.182	210.756	792.718
Trabalhista	348.328	241	350.768	235
Tributária	8.052	212	18.346	56
Total	422.826	311.635	579.870	793.009

NOTA 16	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS
----------------	------------------------------

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2011, corresponde a R\$3.790.673 mil.

NOTA 17	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
----------------	---------------------------

17.1 Capital Social: O capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

17.2 Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4.º trimestre do exercício findo em 31/12/2011, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real ó LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R\$980 mil e R\$2.652 mil, respectivamente.

17.3 Reserva Legal e Dividendos: Foram calculados e provisionados, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$1.575 mil e R\$7.484 mil, respectivamente.

17.4 Resultado do Exercício: O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2011, a Companhia apurou o lucro de R\$35.143 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$31.511 mil.

NOTA 18	DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO
----------------	--

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas ó onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a

alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal ó AGF, efetuadas em sua maioria no Estado de Goiás. No exercício de 2011, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica **1.9.9.1.3.05.00 ó RESPONSÁVEIS POR DANOS OU PERDAS**, o saldo do grupo aumentou para R\$34.997 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2010	31.357
2011	34997

NOTA 19	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS
----------------	---

19.1 Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios ó CNPB sob o n.º 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social ó CIBRIUS, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2011 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2011, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$26.986 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar ó PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

19.2 Serviço de Assistência à Saúde ó SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde ó SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2011, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$21.490 mil, beneficiando 4.474 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2011, referente à participação financeira dos empregados é de R\$12.165 mil.

NOTA 20

REMUNERAÇÃO E SALÁRIOS MÉDIOS DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

De acordo com a Resolução n.º 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1.º, letra ãeö, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2011 e 2010, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2011	2010
Maior Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29
Menor Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29
Maior Remuneração Empregado	25.170,39	19.961,80
Menor Remuneração Empregado	884,31	884,31

Em R\$ mil

Salários Médios	Exercício	
	2011	2010
Dirigentes	23.884,29	23.884,29
Empregados	2.642,62	2.559,69

Em R\$ mil

NOTA 21
CONVÊNIOS/ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
21.1 Programa de Revitalização do PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento o PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, consequentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e, e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010 e 2011, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretaria de Produção e Agroenergia do MAPA/FUNCAFÉ.

O montante dos recursos repassados está assim demonstrado:

Descrição	Exercícios	
	2011	2010
Repasses de Recursos Próprios	2.420	3.058
Repasses de Recursos FUNCAFÉ/MAPA	798	521
Total de Repasses	3.218	3.579

Em R\$ mil

21.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos Termos de Cooperação Técnica mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do MDS e do Desenvolvimento Agrário do MDA, atendeu 1.342 municípios e 106.600 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 285 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei n.º 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos n.º 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$451.036 mil no ano de 2011.

10.6 ó Composição dos Investimentos da Empresa

Quadro LXVII ó Composição dos Investimentos da Empresa

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2011				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB				
Ações Ordinárias - 100 %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
Total		100%	100%	100%
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
Total		-	-	-

Fonte: Sucon

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e

oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

10.7 ó Informação sobre Gestão do Patrimônio Imobiliário

Quadro LXVIII ó Gestão do Patrimônio Imobiliário

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis de Propriedade da União e de Responsabilidade da UJ	
	Exercício de 2011	Exercício de 2010
Ceará	19	19
Fortaleza	3	3
Iguatu	1	1
Senador Pompeu	1	1
Russas	1	1
Brejo Santo	2	2
Icó	1	1
Sobral	3	3
Tianguá	1	1
Tauá	1	1
Maracanaú	1	1
Juazeiro do Norte	1	1
Uruburetama	1	1
Crateús	2	2

Um armazém em Fortaleza foi doado à SPU, aguardando processo de baixa contábil. Um prédio em processo de doação à Prefeitura Municipal de Sobral e outro prédio foi desapropriado pelo Governo do Estado. Atualmente funciona no local a Universidade Vale do Acaraú. Aguardando decisão judicial da Ação de desapropriação e os imóveis de Tianguá e Uruburetama estão destinados à venda (Conad ó Ata da 202ª Reunião Ordinária, realizada em 24/02/2010)

A Sureg/CE enfrenta dois grandes desafios a serem superados no tocante a imóveis.

O primeiro diz respeito à premente necessidade de uma nova sede para a Superintendência. O prédio onde a Sureg/CE funciona atualmente é um imóvel bastante antigo e já não oferece condições de abrigar a sede da Superintendência, vez que apresenta sérios problemas na sua infra estrutura de acesso aos pavimentos, na rede elétrica, na cobertura e em suas instalações hidráulicas, ocasionando constantes infiltrações e até mesmo insegurança para os empregados. Isso sem falar nas dificuldades causadas no funcionamento da rede de computadores, cuja instalação se apresenta de maneira totalmente inadequada.

Embora algumas reformas tenham sido feitas, o fato é que os problemas no imóvel persistem, visto que as manutenções foram feitas muito mais como um paliativo e não como uma solução definitiva. Esta passaria por uma derrubada geral do prédio e construção de um novo, moderno, com instalações elétricas e hidráulicas adequadas, acessibilidade apropriada, banheiros decentes e teto sem risco de desabar. Nesse caso, haveria a necessidade de se alugar um imóvel para abrigar temporariamente a sede da Superintendência até o término da construção da nova sede.

Alternativamente, seria a compra de uma nova área, já pronta, ou a construção da sede no terreno onde se localizava o antigo SM-Fortaleza, na rua Jorge Dumar, s/n , desde que a propriedade do terreno seja transferida para a Conab, pois atualmente pertence à Prefeitura, embora a posse do imóvel esteja com a Conab. Outra alternativa que se apresenta seria a troca de um imóvel da Conab, localizado no interior, a exemplo do Mercado do Produtor de Tianguá e o de Uruburetama, por um imóvel em Fortaleza, de propriedade do Governo do Estado, que pudesse servir como sede da Superintendência. Porém, pelo que se sabe, não há disponibilidade de imóvel na Capital, de propriedade do Governo Estadual. A solução para tal desafio depende necessariamente de um entendimento com a diretoria.

O segundo desafio se refere à destinação dos imóveis da Sureg/CE que não estão sendo utilizados pela regional já faz bastante tempo. Trata-se de imóveis que podem ser destinados imediatamente à venda.

O **quadro VI** enumera os imóveis que estão a merecer uma definição quanto à sua destinação e apresenta um histórico e algumas considerações sobre cada imóvel.

INFORMAÇÕES SOBRE ALGUNS IMÓVEIS PERTENCENTES À SUREG/CE

Quadro LXIX ó Demonstração do Valor Adicionado

ITEM	IMÓVEL / ENDEREÇO / SITUAÇÃO/DESTINAÇÃO / PENDÊNCIA
01	<p>- Imóvel: Antigo SM-FORTALEZA, área total: 9.467,4 m²; área do terreno para construção: 6.900 m² e área construída: 2.186,16m².</p> <p>- Endereço: Rua Jorge Dumar, s/n . Jardim América - Fortaleza/CE</p> <p>Situação/Destinação: As instalações, que pertencem à Conab, estão muito precárias. A Conab não realiza reforma por ter sido impetrada pela prefeitura uma ação judicial de interdito proibitório.</p> <p>- A Conab ganhou a ação e teve o seu direito de posse mantido A prefeitura é a proprietária do terreno, vez que a Ceasa não o pagou, conforme determinava a Lei municipal que alienou o terreno à Ceasa por 897.000 ações ordinárias. A Ceasa não repassou as ações e a Prefeitura não passou a escritura. O imóvel está sendo utilizado para abrigar o arquivo inativo, os bens inservíveis e é usado como garagem para os veículos da Sureg. A ideia da Regional era construir no local a sua nova sede, porém, teria que haver a regularização do terreno. Já se tentou junto à Ceasa a regularização do pagamento do terreno em ações, mas a Ceasa disse não ter condição de realizar o pagamento.</p>
01	<p>- Pendência: A Sureg vem tentando um contato direto com o gabinete da prefeita a fim de expor o assunto do imóvel. Encaminhou dois ofícios solicitando uma audiência, os de nºs 2747 e 2838, de 15.09.11 e 29.09.11, e um terceiro de nº 188, de 07.02.12, ao Ouvidor Geral da prefeitura. Até então (15.03.12) não obtivemos resposta.</p>
02	<p>- Imóvel: Antiga UA/BREJO SANTO - Terreno com benfeitorias e armazém metálico, com área total de 22.000 m² e área construída de 1.796,27 m².</p> <p>- Endereço: Av. Pe. João Inácio Lucena, 1120 . Brejo Santo/CE</p> <p>- Situação/Destinação: O imóvel está desocupado, disponível à venda. As instalações estão muito precárias. Em virtude do longo tempo que se encontra fechado, houve</p>

	deterioração do telhado, das portas do armazém e das instalações elétrica e hidráulica. O imóvel foi oferecido ao Governo do Estado, conforme Of. Sureg/CE nº 1209, de 07.04.2010, sem resposta. A Prefeitura havia pleiteado a doação do imóvel para a instalação de um mercado público. Por meio do Of. Dirad nº 002/09, de 09.04.2009, a Conab informa a impossibilidade de doação e esclarece as condições para a venda direta à Prefeitura, com entrada de 10% e parcelamento com correção monetária pelo INPC. A Prefeitura de Brejo Santo manifestou interesse na compra do imóvel, conforme Of. 071, recebido na Sureg/CE em 25.11.2011. O assunto ficou aguardando o desenrolar do Processo nº 04.4151/2011, no qual a Suarm se manifestou contra a reabertura da Unidade por falta de justificativas. Escritura regularizada, em nome da Conab.
02	- Pendência: Definir a venda para a Prefeitura de Brejo Santo.

03	<p>- Imóvel: MERCADO DO PRODUTOR DA IBIAPABA / Terreno com edificações, onde funciona o Mercado do Produtor de Tianguá, administrado pela CEASA, com área de 49.500 m2 e área coberta total de 3.231,0 m2.</p> <p>- Endereço: Rodovia BR-222, Km 312, CEASA . Tianguá/CE</p> <p>- Situação/Destinação: No imóvel funciona o Mercado do Produtor de Tianguá, ocupado por permissionários (boxes) e administrado pela CEASA/CE. Já foi oferecido à venda para a Ceasa e Governo do Estado, conforme Of. Sureg/CE nº 1209, de 07.04.2010, sem resposta. Imóvel avaliado em 30.10.2009, pelo Engenheiro RTE, Valdire Aragon, no valor de R\$ 2.595.000,00. Escritura regularizada, em nome da Conab.</p>
03	- Pendência: Colocar o imóvel à venda, oferecendo-o novamente ao Governo do Estado ou, na negativa ou falta de resposta, publicar edital de venda.

04	<p>- Imóvel: MERCADO DO PRODUTOR DE URUBURETAMA / Terreno com edificações, medindo 20.600 m2 de área total e 1.989 m2 de área construída.</p> <p>- Endereço: Av. José Lopes Cabral, 1240, no bairro Itamaraty, município de Uruburetama/CE</p> <p>- Situação/Destinação: Trata-se de imóvel onde funcionava o antigo Mercado do Produtor. A Conab é a proprietária do terreno e das benfeitorias (o imóvel veio da antiga Cobal). A Cobal se retirou das atividades ali outrora desenvolvidas e deixou a administração do imóvel com a CEASA, vez que as atividades do mercado do produtor ainda eram desenvolvidas na época. A CEASA, pondo fim às suas atividades no referido mercado do produtor, firmou um termo com a Prefeitura de Uruburetama em que fazia a cessão do imóvel ao município. Este, por interesse próprio, cedeu o imóvel para a instalação de uma fábrica de calçados (Fábrica de Calçados Paquetá - E. G. Bastos Calçados . ME). A fábrica ainda funciona no local. A Conab já ofereceu o referido imóvel à Ceasa (conforme Ofício DIAFI nº 249, de 17.10.2008), a qual não manifestou nenhum interesse de compra. Sabedora de que a Conab estava pretendendo vender o imóvel, e sob o risco de perder a geração de empregos e renda para o município, caso a fábrica tivesse que sair do município, a Prefeitura foi buscar ajuda junto ao Governo estadual que, por intermédio da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará . ADECE, encaminhou ofício à Conab manifestando o interesse de compra do imóvel, nos termos do Ofício nº 212/2009, de 09.06.2009, fl. 02 do processo de nº 21200.02828/2011, aberto pela Conab, que trata da alienação do dito imóvel. O processo foi encaminhado à Supad com dois orçamentos para fazer a avaliação do imóvel. O primeiro orçamento, o da Comissão de Valores Imobiliários . CVI, é de R\$ 3.500,00, e o orçamento da CEF é de 15.000,00. A última avaliação do imóvel foi feita por engenheiro da Conab (RTE: Valdire Aragon/ atual</p>
----	--

	Sureg/PB), em 28.08.2008, com avaliação revalidada em 23.02.2010, pelo mesmo engenheiro, no valor de R\$ 620.453,12 (Páginas 94 e 142 do proc. nº 1907/2005, interessado: Supad). Escritura regularizada, em nome da Conab. Imóvel disponível para venda.
04	- Pendência: Processo foi encaminhado para a Supad para apreciação e definição das medidas posteriores quanto à venda para a ADECE.

05	<p>- Imóvel: Terreno com edificações, prédios, depósitos, escritório, casas e outras benfeitorias, onde funcionava a antiga CIDAO . Fábrica de óleo de mamona e algodão, com área total de 43.267,50 m2 e área construída de 11.023,0 m2.</p> <p>*Endereço: Av. Dr. Guarany, 678 . Sobral/CE</p> <p>- Situação/Destinação: O imóvel foi objeto de ação de desapropriação movida pelo Governo do Estado no intuito de instalar a Universidade do Vale do Acaraú. Parte do terreno foi cedida para a construção do Instituto Federal de Tecnologia . IFETE/CE. A Conab contestou o valor inicial da desapropriação. Novo valor foi estabelecido em sentença, ficando o bem declarado incorporado ao patrimônio do ente estatal e fixada a indenização do imóvel na quantia de R\$ 1.938.856,50, com os devidos acréscimos e atualizações estipulados na fundamentação da sentença.</p>
05	- Pendência: O processo de nº 0014506-77.1999.4.05.8103 (99.0014506-2) se encontra em fase de apreciação de recurso pelo TRF 5ª Região.

06	<p>- Imóvel: Antiga UA/TAUÁ / Terreno com armazém metálico, escritório e demais benfeitorias, com área total de 24.000m2 e área construída de 1.806,67 m2.</p> <p>- Endereço: Rodovia da Confiança, CE 075 . Tauá/CE</p> <p>- Situação/Destinação: O imóvel foi alienado ao Governo do Estado do Ceará, conforme Voto Presi nº 030/2009, de 16.12.2009, por R\$ 560.738,70, em três (03) parcelas de R\$ 186.912,90, todas elas já quitadas em 17.11.2010, em 20.12.2010 e em 11.03.2011, conforme consta no processo nº 21200.3727/2009. O imóvel está ocupado pelo Governo do Estado. Foi construída uma escola de ensino profissionalizante. A Sureg/CE solicitou uma procuração específica para fins de lavratura da escritura, porém, houve mudança na diretoria financeira da Conab. Foi solicitada à Matriz uma nova procuração em nome do procurador desta Regional (Dr. Roberto Silveira Moura).</p>
06	- Pendência: Aguarda-se a procuração específica para a lavratura da escritura e transferência da propriedade do imóvel para o Governo do Estado. Contudo, antes da procuração, é preciso que a Sureg/CE consiga regularizar a pendência na obtenção da certidão negativa de débitos junto à Sefaz/CE. Existe débito da Conab/CE na dívida ativa do estado, o que impede a obtenção da certidão negativa. A Conab/CE entrou na Justiça com uma Ação Anulatória de Crédito Tributário, com pedido de Tutela Antecipada. O Juiz negou a tutela antecipada e vai julgar o mérito.

07	<p>- Imóvel: Antiga UA/TIANGUÁ Terreno com armazém metálico, escritório e demais benfeitorias, com área total de 22.758 m2 e área construída de 1.806,67 m2.</p> <p>- Endereço: Alto das Frecheiras, Rodovia da Confiança / CE-075 Tianguá/CE.</p> <p>- Situação/Destinação: O imóvel foi alienado ao Governo do Estado do Ceará, conforme</p>
----	--

	Voto Presi nº 029/2009, de 16.12.2009, por R\$ 393.783,65, em três (03) parcelas , duas de R\$ 131.261,22 e uma de R\$ 131.261,21, tendo sido quitada, até então (15.02.2012) apenas a primeira, conforme consta no processo nº 21200.3727/2009. O imóvel está de posse do Governo do Estado. No local será construída uma policlínica para a região.
07	- Pendência: Aguarda-se a destinação, pelo Governo do Estado, de orçamento em 2012 para os valores das prestações restantes, bem assim a devida regularização da certidão negativa da Conab para a quitação do débito, que está a depender da ação ajuizada citada no item 06 acima. Sem a certidão negativa, a Conab se encontra impossibilitada de lavrar a escritura e de receber as duas prestações restantes do imóvel de Tianguá.

10.8 ó Parecer da Auditoria Independente

MOORE STEPHENS

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e acionistas da

Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

1- Examinamos o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações de resultado, das demonstrações de fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB do período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2- A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3- Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4- Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

5- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria prescritas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a

^ Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

MOORE STEPHENS

adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

6- As Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº 449/08), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e resultou em mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A companhia não efetuou análise detalhada dos impactos das alterações sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/dez/11, consequentemente, não foi possível avaliarmos se os ajustes às demonstrações contábeis seriam ou não necessários em decorrência das alterações introduzidas.

7- Até a data de emissão deste parecer não havíamos recebido as informações requeridas através de procedimentos de circularização dos assessores jurídicos da Companhia, acerca de contingências contra e/ou a favor da Companhia, bem como, a posição dos depósitos vinculados a litígios. Desta forma, considerando que tais informações poderiam alterar os resultados da empresa, não obtivemos evidências suficientes das contas de depósitos vinculados em litígio.

Opinião

8- Em nossa opinião, exceto quanto aos parágrafos 6 e 7, cujos efeitos poderão alterar sobremaneira as posições contábeis ao final do exercício de 2011, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditorias especiais realizadas pela Controladoria Geral da União - CGU

9- Registramos a conclusão do Relatório de Auditoria Especial da Controladoria Geral da República – CGU, nº. 201203850, emitido em 09 de março de 2012, em foram constatadas irregularidades que requerem providências de ressarcimento ao Erário no valor de R\$ 12.196.159,25 (doze milhões, cento e noventa e seis mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos) e apuração de responsabilidades.

10- Registramos, também, as conclusões levadas a efeito no curso dos trabalhos de auditoria especial realizadas pela Controladoria Geral da República – CGU, nº. 00190.021911/2011-41-A, em que evidenciaram deficiências estruturais e pontuais nas áreas de gestão administrativa e operacional da Companhia Nacional de Abastecimento, compreendidas no escopo da auditoria, com destaque para os atos voltados à

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.



MOORE STEPHENS

orientação estratégica da Companhia, à administração de bens móveis quanto à alienação, aquisição e gestão de unidades armazenadoras, à defesa do patrimônio público perante a justiça federal, a execução de programas e ações finalísticas, em especial quanto à aplicação dos instrumentos de subvenção econômica destinados ao pagamento de prêmio para o escoamento de produtos agrícolas para outras regiões, no sentido de garantir o abastecimento interno e o preço mínimo. Foram, também, identificadas fragilidades na operacionalização e nos procedimentos de pagamento de frete para remoção de estoques públicos.

Auditoria do exercício anterior

11- Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 27 de abril de 2011.

Brasília, 14 de maio de 2012.



Moore Stephens Vector Auditores S/S

CRC-DF 000896/O-1

CVM n.º 12.327



Fabson Vogel

Contador CRC-DF 012038/O-0

Sócio



Edson Souza Sobrinho

Contador CRC-DF 010198/O-4

Sócio

11 6 Governança e Controle

Quadro LXX 6 Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11.1 ó Informações sobre o Controle Interno

11.2 ó Providências Adotadas para Atendimento das Deliberações dos órgãos de Controle Interno e Externo

11.3 ó Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna

Relatório de Auditoria
1/2011 - (AVG) - SUREG CE/CE - Total de Recomendações: 34 - Solucionadas: 16 - Baixadas: 0 - Pendentes: 18
Constatação
'924 - Representa os valores relativos aos faturamentos, a curto prazo, provenientes da prestação de serviços de armazenagem. Segundo dados extraídos do Balanço Patrimonial, a Sureg/CE possuía, em 31.12.2010, diretos a receber de clientes no montante de R\$22.303,73. Os exames realizados na mencionada rubrica apontaram a existência de clientes inadimplentes, conforme a seguir discriminado: a) Valor de R\$1.065,00 a receber do depositante Carneiro Ind. Avícola Ltda., referente às Notas Fiscais n.º 3747 e 3751, emitidas em 31.11 e 16.12.2009, respectivamente, cujas mercadorias estavam depositadas na UA Iguatu. Não se identificou registro na conta 19912.18.00 ó Mercadorias de Terceiros em Depósito, o que indica que o depositante não possuía mercadorias em depósito naquela Unidade, portanto, a dívida não tem garantia. b) Valor de R\$4.858,72 a receber do depositante Ministério da Integração Nacional, referente às Notas Fiscais n.ºs 075 e 095, de 21.11 e

19.12.2008, respectivamente, e Notas Fiscais n.ºs 126, 138, 153, 164 e 0178, emitidas em 20.3, 24.4, 21.5, 2.7 e 23.7.2009, respectivamente. As mercadorias estavam depositadas na UA Maracanaú, contudo, não existe registro na conta 19912.18.00 ó Mercadorias de Terceiros em Depósito, evidenciando que o depositante não possuía mercadorias em depósito naquela Unidade, portanto, a dívida não tem garantia. c) Valor de R\$373,50 a receber da Secretaria Municipal de Educação, referente à Nota Fiscal n.º 0251, emitida em 20.10.2010, cuja mercadoria estava depositada na UA Maracanaú. Não se identificou registro na conta 19912.18.00 ó Mercadorias de Terceiros em Depósito, evidenciando que o depositante não possuía mercadorias em depósito naquela Unidade, portanto, a dívida não tem garantia. d) Valor de R\$725,83 a receber de Carloto César P. Machado, referente às Notas Fiscais n.ºs 0029 e 0031, emitidas em 30.9 e 4.10.2005, respectivamente. As mercadorias estavam depositadas na UA Senador Pompeu, todavia, não existe registro na conta 19912.18.00 ó Mercadorias de Terceiros em Depósito, evidenciando que o depositante não possuía mercadorias em depósito naquela Unidade, portanto, a dívida não tem garantia. e) Valor de R\$3.796,38 a receber da Ind. Beneficiamento Arroz Antunes, correspondente às Notas Fiscais n.º 3742 e 3748, emitidas em 30.10 e 16.11.2009, respectivamente. O referido depositante possuía mercadorias em depósito na UA Iguatu, avaliadas, em 31.12.2010, em R\$42.891,00, conforme registro na conta 19912.18.00 ó Mercadorias de Terceiros em Depósito, na UA Iguatu, que se constitui na garantia da dívida. Os demais clientes estavam inadimplentes, visto que os saldos consignados nos demonstrativos contábeis representavam os valores faturados em dezembro de 2010, a receber no mês subsequente. Foram, também desconsiderados os valores irrisórios.

Recomendação

924.1 - Recomendamos à Sureg/CE informar quais as providências adotadas, seja na esfera administrativa ou judicial, para recebimento dos valores listados neste item.

Tratamento das Recomendações

de marcelino.viana em 06/06/2011 como Pendente

Com relação ao item "a", informamos que houve equívoco ao considerar as notas faturadas como sendo de prestação de serviço de armazenagem, quando na verdade se tratava de serviço de pesagem. Logo, não teria razão para constar na conta 19912.18.00.

de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de eugenia.oliveira em 30/06/2011 como Pendente

Ciente com relação a observação feita quanto a letra "a", contudo, solicitamos que a Sureg/CE se manifeste sobre as providências adotadas para recebimento dos valores listados no item 924.

de em 12/07/2011 como Pendente

Voltamos a nos manifestar a respeito dos questionamentos supra, fornecendo as seguintes informações: O valor de R\$ 4.858,72 do Ministério da Integração Nacional foi recebido per essa Matriz, e estamos aguardando orientação da Gefim com relação à baixa contábil nesta Regional. O débito no valor de R\$ 373,50 da Secretaria Municipal de Educação foi cobrado por meio do Ofício Sureg de nº 1909, de 10/06/2011. O débito do Sr. Carloto Cesar Pinheiro no valor de R\$ 725,83 foi cobrado reiteradamente por meio da Carta Sureg nº 1885, emitida em 08/06/2011. Por outro lado, o valor de R\$ 3.796,38 correspondente ao debito da Industria de Beneficiamento Antunes, foi regularizado por meio da 2011NL002229, por se tratar de lançamento em duplicidade efetuado por meio da 2009nl0085.

de eugenia.oliveira em 05/08/2011 como Solucionado

Em face das medidas adotadas, consideramos o item solucionado, observando que o assunto tratado neste item será reavaliado por ocasião da próxima auditoria contábil.

Recomendação

924.2 - Recomendamos à Sureg/CE que esclareça as razões pelas quais liberou as mercadorias aos depositantes inadimplentes, uma vez que estas representavam a garantia da dívida.

Tratamento das Recomendações

de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de em 12/07/2011 como Pendente

As mercadorias foram liberadas mediante promessa de pagamento, tão logo a certidão do INSS da Conab fosse regularizada e enviada àquela Secretaria. Ressalte-se ainda, que se tratava de produtos perecíveis, tendo como agravante o fato de pertencerem ao Programa da Merenda Escolar. Por outro lado, o saldo remanescente é bem inferior ao valor dos produtos que foram liberados.

de eugenia.oliveira em 05/08/2011 como Pendente

Pelos esclarecimentos prestados, entendemos que a resposta refere-se à letra "c" do item 924. Assim, solicitamos esclarecimentos sobre a liberação de mercadorias, em face do consignado nas letras "a" e "d".

de em 10/08/2011 como Pendente

Com relação ao item "a" não há mais nada a ser questionado, considerando que o valor que se encontrava pendente foi regularizado com a localização das duas RA's emitidas em 2009, e contabilizadas por meio das 2011NL002252 e 2011NL002253 de 31 de maio deste ano. Quanto ao item "d" que trata do débito no valor de R\$ 725,83 em nome de Carloto César P. Machado, reiteramos a cobrança por meio da CI Sureg nº 1885 de 08/06/2011. Por outro lado, não temos o que acrescentar no tocante a entrega dos produtos armazenados, apesar do cliente se encontra inadimplente. Mantivemos contato com a gerente da UA Senador Pompeu à época, a qual devido as circunstâncias de seu afastamento, não consegue lembrar como o fato aconteceu, nem mesmo porque procedeu dessa maneira.

de eugenia.oliveira em 16/08/2011 como Solucionado

Em face das providências adotadas, consideramos o item solucionado. Contudo, alertamos essa Sureg sobre a necessidade de manter rigoroso controle para evitar a liberação de mercadorias de clientes inadimplentes. Assim, esse assunto será reavaliado por ocasião de futuras auditorias contábeis.

Constatação:

925 - Representam os créditos tributários a compensar oriundos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ó ICMS, em razão das operações realizadas com aquisição e venda de mercadorias. Em 31.12.2010, o saldo das contas totalizavam R\$1.185.137,49. Procedeu-se ao exame das mencionadas rubricas, confrontado os saldos contábeis com aqueles apurados nos Livros de Registro de ICMS, o que permitiu constatar as divergências expostas a seguir, demonstradas na tabela 5. a) A Unidade do Estoque Estratégico apresentava saldo de ICMS a compensar no valor de R\$80.970,83, entretanto, o Livro de Apuração de ICMS não possuía registro de saldo credor. b) Na Unidade Estoque Regulador/CE ó PGPM, verificou-se que o saldo contábil estava a maior em R\$65.171,66, quando comparado ao saldo credor registrado no Livro de Apuração de ICMS. c) A UC Fortaleza apresenta um saldo de ICMS a compensar de R\$28.406,10, compatível com o Livro de Apuração de ICMS. Todavia, considerando que referida unidade já foi encerrada, entende-se necessário fazer uma análise, à luz da legislação que rege a matéria, e avaliar a pertinência de transferir o direito para outra unidade ativa ou efetivar a baixa do crédito tributário pela impossibilidade de seu aproveitamento. d) O Livro de Apuração de ICMS da Sede da Sureg/CE apresentou saldo devedor (ICMS a recolher) de R\$63,71. Contudo, não se identificou, nos registros contábeis, o respectivo recolhimento do imposto.

Recomendação:

925.1 - Recomendamos à Sureg/CE que proceda análise e regularização das divergências apuradas, conforme

demonstrado na tabela 5, nas Unidades 135116 ó Estoque Estratégico e 135117 ó Núcleo Estoque Regulador/CE-PGPM.

Tratamento das Recomendações:

de marcelino.viana em 06/06/2011 como Pendente

O saldo existente da UG 135116 está sendo paulatinamente analisado, vez que o saldo remanescente está vinculado ao programa da Compra Antecipada com Doação Simultânea, cuja operação ainda não foi encerrada. Já com relação a UG 135117, o saldo foi regularizado através de estorno de débito proveniente de lançamento indevido, corrigido no Livro Registro de ICMS, ainda no mês de Dezembro de 2010. Quanto ao item "c" que trata da UG 135120, refere-se a saldo remanescente da antiga UC Fortaleza, a qual, apesar de ter sido desativada, não foi baixada na SRF e SEFAZ. Por outro lado, o valor de R\$ 63,71 registrado na UG 135115, foi recolhido com multa em 31/01/2011, cuja Ordem Bancária de nº 800292 importou em R\$ 64,76.

de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de eugenia.oliveira em 30/06/2011 como Pendente

Com relação a UG 135116, solicitamos que a Audin seja informada quando da finalização dos trabalhos de análise. Quanto à UG 135117, solicitamos encaminhar cópia do livro de ICMS no qual foi feita a correção da diferença apontada pela Audin.

de marcelino.viana em 08/09/2011 como Pendente

Com relação a cópia do livro de ICMS no qual foi feita a correção da diferença apontada pela Audin, informamos que o encaminhamento foi efetuado por meio do Fax de nº 321 do dia 13/07/2011. Quanto aos trabalhos relativos à UG 135116 ainda não foram concluídos.

de eugenia.oliveira em 08/09/2011 como Pendente

Após análise do Livro de ICMS da UG 135117, mês de dez/2010, consideramos que a pendência foi solucionada. Todavia, o item permanecerá pendente até a finalização dos trabalhos pertinentes à UG 135116.

de em 07/12/2011 como Pendente

A Sucon informou, por meio da CI/Sucon n.º 998, de 11.11.2011, que o valor de R\$80.970,83 está sendo analisado pela Sureg/CE, conforme FAX/Sureg/CE n.º 464, de 19.10.2011.

Recomendação:

925.2 - Recomendamos à Sureg/CE que faça uma análise, à luz da legislação que rege a matéria, do saldo credor de ICMS remanescente das operações da UC Fortaleza, que encontra-se desativada, para avaliar a pertinência de transferir o direito para outra unidade ativa ou efetivar a baixa do crédito tributário pela impossibilidade de seu aproveitamento.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de marcelino.viana em 08/06/2011 como Pendente

A resposta a esse item foi inserida no item 925.1

de em 20/06/2011 como Pendente

Retificamos a informação anterior, vez que ao analisarmos o item em questão, verificamos que de acordo com o Art. 51, § 4º da Lei nº 12.170, de 30/12/96, do Regulamento de ICMS do Estado do Ceará, o direito de aproveitar o crédito tributário extingue-se depois de decorridos cinco anos contados da data de emissão do documento. Nesse caso, fica constatada a impossibilidade da transferência proposta, considerando que a desativação da Unidade UC Fortaleza ocorreu em março de 2005.

de eugenia.oliveira em 30/06/2011 como Pendente

Dada a impossibilidade de aproveitamento do ICMS da UC Fortaleza, solicitamos que essa Sureg se manifeste sobre a baixa do crédito tributário.

de eugenia.oliveira em 30/11/2011 como Pendente

<p>Consoante o disposto na CI/Sucon n.º 998, de 11.11.2011, foi autuado o Processo n.º 21.2004.004135.2011.99, solicitando autorização para a baixa contábil do saldo credor de ICMS, no valor de R\$28.406,10. O item permanecerá pendente até a solução definitiva da pendência.</p> <p>de marcelino.viana em 22/12/2011 como Pendente</p> <p>Com a devida autorização, efetuamos a baixa contábil do respectivo crédito de ICMS, por meio da 2011NL000001 de 21/12/2011 - UG 135120.</p> <p>de eugenia.oliveira em 23/12/2011 como Solucionado</p> <p>Em face das medidas adotadas, consideramos o item solucionado.</p>
Recomendação
<p>925.3 - Recomendamos à Sureg /CE que informe se o valor de R\$63,71, referente ICMS a recolher apurado no Livro de Apuração da Sede da Sureg/CE, foi efetivamente recolhido, informando à Audin o n.º do documento correspondente (OB ou DAR).</p>
Tratamento das Recomendações
<p>de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente</p> <p>Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.</p> <p>de marcelino.viana em 08/06/2011 como Pendente</p> <p>A resposta a esse item foi inserida no item 925.1</p> <p>de eugenia.oliveira em 30/06/2011 como Solucionado</p> <p>Consideramos o item solucionado, uma vez que o valor foi devidamente recolhido.</p>
Constatação:
<p>926 - As contas referem-se aos valores a receber oriundos da venda de imóveis com recebimento parcelado. No curto prazo, a Sureg/CE possui diretos a receber no montante de R\$637.259,00, decorrentes da venda dos imóveis de Tauá e Tianguá ao Governo do Estado do Ceará e o imóvel de Aracoiaba à Prefeitura Municipal de Aracoiaba. No longo prazo encontra-se registrado o saldo de R\$45.250,12, correspondente às parcelas vincendas, após o término do exercício seguinte, do imóvel da Aracoiaba. Após análise das referidas rubricas, constatou-se que a Prefeitura de Aracoiaba está efetuando os pagamentos das parcelas normalmente. Quanto ao Governo do Estado do Ceará, cabe registrar que não se identificou, nos registros contábeis, o recebimento das parcelas referentes ao imóvel de Tianguá. Segundo informações constantes na Nota de Lançamento 2010NL006947 da UG 135115, a venda foi concretizada para recebimento em três parcelas.</p>
Recomendação
<p>926.1 - Recomendamos à Sureg/CE informar à Audin sobre o recebimento das parcelas referentes a venda do imóvel de Tianguá ao Governo do Estado do Ceará, registrada pela 2010NL006947, da UG 135115, no valor de R\$393.783,65. Na hipótese de inadimplência, solicitamos informar quais as providências de cobrança adotadas.</p>
Tratamento das Recomendações
<p>de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente</p> <p>Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.</p> <p>de em 08/06/2011 como Pendente</p> <p>Revedo os controles da área financeira, constatamos que foi paga a primeira parcela em 23/03/2011 no valor R\$ 131.261,22 - a Secretaria de Educação de Tianguá alega que os demais pagamentos não foram ainda efetuados devido a regularidade fiscal desta Superintendência não ter sido comprovada.</p> <p>de eugenia.oliveira em 30/06/2011 como Solucionado</p> <p>Em face das informações prestadas, consideramos o item solucionado.</p>
Constatação:
<p>927 - Em 31.12.2010, o saldo da conta totalizou R\$551.431,56, sendo R\$607,50 a receber de um empregado da</p>

Sureg/CE, cujos recebimentos estavam ocorrendo de forma regular e R\$550.824,06 a receber daqueles empregados que fizeram uso do Serviço de Assistência à Saúde ó SAS. O exame da conta evidenciou uma diferença de R\$2.484,50 entre o saldo contábil (de R\$550.824,06) e o saldo do Demonstrativo de Despesas com Serviços de Assistência à Saúde (de R\$548.339,52). A referida divergência não estava identificada, visto que os procedimentos de análise e conciliação contábil estavam em andamento quando da realização dos trabalhos de auditoria.

Recomendação

927.1 - Recomendamos à Sureg/CE informar à Audin a origem da divergência no valor de R\$2.484,50 entre saldo contábil (de R\$550.824,06) e o saldo do Demonstrativo de Despesas com Serviços de Assistência à Saúde (de R\$548.339,52) e quais as providências adotadas para regularização.

Tratamento das Recomendações

de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de em 08/06/2011 como Pendente

Tal divergência já havia sido detectada pelo setor contábil, no entanto o processo de análise ainda se encontra em andamento a fim de constatar o que ocasionou a divergência.

de eugenia.oliveira em 30/06/2011 como Pendente

O item permanecerá pendente até que sejam concluídas as análises pertinentes.

Constatação:

928 - Trata-se dos direitos a receber dos empregados da Companhia pela concessão de adiantamento de férias. Em 31.12.2010, a conta apresentava saldo de R\$206.843,93, todavia, o Relatório de Saldo de Férias totalizou R\$ 210.568,68, o que evidencia uma divergência de R\$3.724,80. Verificou-se que a conta não estava conciliada, logo, a diferença não estava identificada.

Recomendação

928.1 - Recomendamos à Sureg/CE que proceda a análise da conta 11242.02.00 ó Adiantamento de Férias, de modo a identificar a divergência de R\$3.724,80, adotando as providências necessárias para a regularização.

Tratamento das Recomendações

de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de marcelino.viana em 08/06/2011 como Pendente

Tal divergência já havia sido detectada no Relatório de Auditoria nº 003, de 16/04/2009. Por essa razão emitimos um mapa discriminando os valores individualmente e enviamos à Sucon pedindo a regularização, vez que se trata de valores não baixados no relatório emitido pela Sureg/Gefop. Assim sendo, reiteramos a regularização através do Sereh, mediante o envio do citado mapa àquele Setor.

de em 30/06/2011 como Pendente

Solicitamos medidas efetivas para a regularização da pendência, visto que o assunto vem se arrastando desde 2009.

de em 29/09/2011 como Pendente

Voltamos a fazer menção ao FAX Sureg/CE nº 321, de 13/07/2011 o qual reenviou à essa AUDIN o Mapa constante na CI Sureg 2202 de 13/07/2011, INICIALMENTE ENVIADA à SUCON, considerando que a referida documentação solicitava gestões junto à SUREH no sentido de proceder a regularização das divergências apresentadas nos Mapas de Acompanhamento de Adiantamento de Férias, vez que esta Gefad/Secof não tem acesso a ajustes a serem efetuados nos citados relatórios, bem como por não comportarem acertos contábeis.

de eugenia.oliveira em 03/10/2011 como Pendente

Tomamos ciência do Fax Sureg/CE n.º 321, de 13.7.2011. Contudo, considerando que o assunto continua pendente, solicitamos interagir, mais uma vez, com a Sucon e Sureh, objetivando a imediata regularização da pendência.

de marcelino.viana em 11/10/2011 como Pendente

Consoante orientação, reiteramos providências junto à Sureh por meio da CI Sureg/CE nº 2923, de 07/10/2011.

de eugenia.oliveira em 13/10/2011 como Pendente

Ciente das providências adotadas. Aguardamos o posicionamento das áreas e a solução definitiva da pendência.

Constatação:

929 - São constituídos pelas mercadorias adquiridas com recursos do Tesouro Nacional para a formação dos estoques reguladores e estratégicos; pelos produtos adquiridos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar ó PAA e pelos produtos adquiridos especificamente para a doação. Em 31.12.2010, os estoques públicos da Sureg/CE totalizavam R\$17.089.114,18, cuja composição está expressa na tabela 6. Procedeu-se à análise das contas representativas dos estoques públicos em confronto com os respectivos Mapas de Inventários de Mercadorias MIMs, examinando, também, a fidedignidade da documentação pertinente. Para tanto, expediu-se a Solicitação de Auditoria n.º 02, de 15.2.2011, na qual solicitou-se a documentação de suporte dos lançamentos contábeis feitos por meio das Notas de Lançamento listadas na Tabela 7. Cabe observar que os lançamentos feitos com o evento 540091- Apropriação do Custo das Mercadorias Vendidas resultaram no decréscimo do estoque no montante de R\$1.872.423,97 tendo como contrapartida a conta de resultado 51313.01.05 ó Custo de Bens e Serviços ó Baixa. Referido evento, quando utilizado, deve traduzir a baixa dos estoques (pelo custo efetivo do produto) por ocasião das vendas de mercadorias. Ademais, essa operação tem reflexos diretos na equalização de preços, quando refere-se aos estoques reguladores ou estratégicos, este último oriundo das operações de Contratos de Opção. No caso em tela, todavia, verificou-se que os registros contábeis não refletiam uma operação de venda de mercadorias, visto que os documentos de suporte não foram apresentados. Logo, é possível inferir que os lançamentos contábeis foram feitos com o intuito de compatibilizar os saldos contábeis com os saldos dos respectivos Mapas de Inventários de Mercadorias, afetando diretamente a equalização de preços do mês de dezembro de 2010, que foi acrescida em R\$1.872.423,97. Sobre esse assunto releva observar que a equalização de dezembro de 2010 dos estoques reguladores e estratégicos (oriundos de Contrato de Opções), apurada pela Sucon, totalizou R\$2.084.187,30. Assim, verifica-se que o ajuste no estoque afetou a equalização em 90%. Solicitou-se, também, a documentação pertinente aos lançamentos de transferência feitos por meio das 2010NLs002988, 003092 da UG 135597. Referidos documentos não foram apresentados, o que nos permitiu deduzir que os lançamentos foram efetuados para compatibilização dos saldos de estoque.

Recomendação

929.1 - Pela relevância dos fatos apontados, recomendamos à Sureg/CE que proceda minuciosa análise nas contas de estoque envolvidas, de modo a identificar as diferenças que motivaram os lançamentos feitos sem suporte documental. Após, deverão ser adotados os procedimentos necessários à correção dos registros contábeis e seus reflexos na equalização de preços.

Tratamento das Recomendações

de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de marcelino.viana em 08/06/2011 como Pendente

Diante da inviabilidade de retomarmos tais procedimentos, optamos por deixá-los da forma como foram compatibilizados os saldos, até por que os ajustes foram feitos atendendo orientação

de marcelino.viana em 08/06/2011 como Pendente

da Portaria nº 599, de 08/11/2010. Ressalte-se, ainda que, a análise está a cargo da Sucon/Matriz.

de eugenia.oliveira em 30/06/2011 como Pendente

O assunto permanecerá pendente até a avaliação das respostas oferecidas pela Sucon.

de eugenia.oliveira em 07/12/2011 como Pendente

Analisamos os documentos remetidos por meio da CI/Sucon n.º 1013, de 21.11.2011. Consideramos solucionado o valor de R\$1.390.452,38. Tal importância diz respeito às despesas de frete e ICMS que não foram inseridas no sistema XFAC para a composição dos custos. Considerando, em face do tempo decorrido, que os produtos já foram vendidos, entendemos pertinente a baixa do estoque tendo como contrapartida o custo das mercadorias vendidas. Todavia, permanece pendente a importância de R\$56.782,89, composta a partir de diferenças apontadas na planilha anexa à CI acima mencionada, relativas às NLs 000820, 000837, 002759, 002806, 003029, 003051, 003065, 003177, 003173, 003234, 003290, 004538, 004868, 003578, 004135, 004149, 003575, 004031, 003350, 004125, 003564, 003452, 003351, 003574, 004124, 003405, 003448, 004076, 004159, 002414, 002366, 002407, 002318, 002146 e 002218, cujos documentos não foram remetidos à Audin. O valor de R\$424.797,70 foi considerado solucionado.

de eugenia.oliveira em 23/12/2011 como Solucionado

Foram remetidos, pela Sucon, os documentos complementares referentes ao valor de R\$56.782,89, anexos à CI/Sucon n.º 998/2011, que retornou à Audin, em 22/12/011.

Constatação:

930 - Procedeu-se ao exame dos quantitativos físicos e financeiros dos estoques registrados nos Mapas de Inventários de Mercadorias ó MIMs das Unidades da PGPM, Estratégico, Mercado de Opções e PAA, verificando se os saldos estavam compatíveis com os Mapas de Inventários das Unidades Armazenadoras próprias que possuem a guarda desses estoques. As análises evidenciaram as divergências apresentadas na Tabela 8.

Recomendação

930.1 - Recomendamos à Sureg/CE que proceda minuciosa análise dos estoques, no que concerne aos quantitativos físicos dos produtos pertencentes aos estoques públicos depositados nas Unidades Armazenadoras próprias, verificando, inclusive, a fidedignidade dos inventários físicos efetivados, de modo a esclarecer as divergências apontadas ou adotar as providências pertinentes, na hipótese de se confirmar falta física de produtos.

Tratamento das Recomendações**de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente**

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de em 08/06/2011 como Pendente

Em contato com o Seope, setor que trata dos inventários de mercadorias, fomos informados de que os últimos inventários foram realizados e analisados criteriosamente, não tendo sido constatado nenhum fato relacionado à falta física de produtos.

de eugenia.oliveira em 30/06/2011 como Pendente

Reafirmamos a necessidade de que essa Sureg proceda à minuciosa análise das diferenças apontadas pela Audin, conforme demonstrado na tabela 8 do item 930 deste relatório.

de em 01/12/2011 como Pendente

Após análise, temos a informar o seguinte: os técnicos que realizaram o inventário de 31/12/2010 na UA MARACANAÚ não procederam o preenchimento do Termo de Abertura e Encerramento de Inventário de Mercadorias, limitando-se a apensar ao documento o Mapa de Inventário (fls. 04 a 09), que nada tem a ver com o MIM emitido pelo X-fac, e os Demonstrativos de Estoque e Faturamento (Fls. 10 a 19). A conferência do estoque físico foi realizada a partir desses dois documentos. O referido Mapa é emitido por um sistema informatizado pela Unidade para controlar os estoques de terceiros ali depositados. O sistema não é exato nem oficial, além de que, para os estoques dos produtos da CONAB, também não é plenamente confiável, o que causou o mal entendimento dos números apresentados. Ele também não garante a fidedignidade necessária ao controle dos nossos estoques. Por isso, como explicamos abaixo, detectou-se indevidamente diferença em vários itens da Tabela 08. PGPM (1) Milho em grãos 2006/2006 (Juazeiro do Norte): o produto foi baixado no

estoque em 25/02/2011, pela nota fiscal nº 7.493, uma vez que se tratou de perda em armazenagem (TVN 23233). (2) Feijão anão cores 2008/2009 (Iguatu): inexistente a diferença de 20Kg, como se observa no Relatório Final do Inventário, que não registra qualquer divergência entre o físico e o contábil (fl. 07). Ocorre que no Processo Administrativo nº 21204.000005/2011-87, relativo à operação, constam dois Termos de Abertura e Encerramento de Inventário de Mercadorias (fls. 03 e 12), com quantitativos distintos do produto. Na realidade, trata-se de erro no preenchimento no 2º documento, refeito para correção do valor contábil das mercadorias, em atendimento à determinação da área financeira. (3) Feijão Anão Cores 2008/2009 (Sobral): a falta de 10.035 Kg do produto foi detectada quando da realização do inventário realizado em 31/12/2010 (fl. 04 do Processo nº 04.005/11). Entretanto, o Gerente da UA manifestou sua discordância (fl. 11) com o resultado do inventário e solicitou que fosse realizado um novo, o que providenciado em fevereiro de 2011. Na oportunidade, foi emitido novo Termo de Abertura e Encerramento de Inventário de Mercadorias (fl. 23), quando não foi constatada nenhuma falta do produto. (4)(5) Leite em pó (Maracanaú): na realidade, o estoque constante do MIM de 31/12/2010 era de 57.800Kg do produto, vinculado ao MDS e MI, e não detectou-se nenhuma divergência no inventário realizado. Na realidade, considerou-se o controle paralelo da UA como se fosse resultado do levantamento realizado pelos inventariantes. Mercado de Opções (6) Milho em Grãos tipo 2008/2009 (Juazeiro do Norte): na realidade, não se comprovou a falta de 140,5 Kg de milho em grãos, uma vez que no relatório final da Comissão de Inventário não há qualquer registro sobre o assunto. Ocorre que o Processo Administrativo nº 21204.000001/2011-07, relativo ao inventário realizado, constam dois Termos de Abertura e Encerramento de Inventário de Mercadorias conflitantes (Fls. 3 e 19), um detectando a falta e outro não. A Coordenadora do Inventário justificou esta divergência declarando que, na realidade, houve um equívoco no lançamento do SAAGRA, que foi corrigido em janeiro de 2011. (7)(8) Milho em tipo ensacado 2008/2009 (Maracanaú): a divergência apontada na Tabela 8 não reflete a realidade. No Termo de Abertura e Encerramento de Inventário de Mercadorias e no Relatório Final do Inventário não inexistente registro de qualquer divergência entre o físico e o contábil dos produtos armazenados na Unidade. O estoque contábil constante do MIM de 31/12/2010, era de 2.446.382,80 Kg do produto ensacado, uma vez que, por se tratar de armazém convencional, não há como armazenar o produto à granel. No inventário, realizou-se a cubagem do produto, detectando-se um estoque físico de 2.494.981 Kg, ou seja, estoque físico superior ao contábil. (9) Sacaria de polipropileno (Maracanaú): a exemplo do ocorrido com o milho em grãos, não há divergência entre o estoque físico e o contábil, uma vez que os documentos relativos ao inventário realizado não indicam nenhuma falta. O MIM registrava um estoque em 31/12/2010 de 123.467 unidades, conforme constante na Tabela 8. As 14.581,5 unidades indicadas na referida tabela como resultado do inventário realizado, são, na realidade, os registros realizados no controle paralelo da Unidade. (10) Milho em grãos (Sobral): a falta de 1.834 Kg do produto foi detectada quando da realização do inventário realizado em 31/12/2010 (fl. 04 do proc. nº 04.005/11). Entretanto, o Gerente da Unidade manifestou sua com o discordância com o resultado do inventário e solicitou que fosse realizado um novo, o que foi providenciado em fevereiro de 2011. Na oportunidade, foi realizada a cubagem do produto, quando ficou comprovado que não havia qualquer divergência entre o estoque físico e o contábil (fl. 12 a 19, e 22). PAA (11) Arroz beneficiado T-2 (Maracanaú): o PAA tem duas contas: a 03.04.03, relativa aos produtos vinculados aos estoques do MDA, e a 03.04.02, relativa aos estoques do MDS. Na tabela 8 deixou-se de considerar o estoque da conta MDA, de 27.420 Kg do produto, que foi o total levantado no inventário. (12) Leite em pó (Maracanaú): na realidade, o estoque constante no MIM de 31/12/2010, era de 9.522,6 Kg do produto (contas 03.04.02 e 03.04.03), e não se detectou nenhuma divergência no inventário realizado. (13) Sacaria de polipropileno nova 100 (Sobral): foi realizada a baixa do estoque pela nota fiscal nº 19.458 (TVN 23.244). Sobre o assunto, foi autuado o Processo nº 21204.004068/2011.

de em 06/12/2011 como Pendente

Para que possamos solucionar o item pedimos que sejam remetidos à Audin os documentos que comprovam (inventários, notas fiscais, etc.) os fatos relatados nos itens 1 a 13.

Constatação:

931 - A conta apresentava, em 31.12.2010, saldo de R\$37.014,88, sendo R\$36.096,88 registrado na Sede da Sureg/CE (UG 135115) e R\$918,00 na UA Maracanaú (UG 135118). Após análise, verificou-se que o saldo

contábil da Sede da Sureg/CE estava coincidente com saldo do Relatório de Inventário. Contudo, o registro de R\$ 918,00 da UA Maracanaú teve origem na contabilização, por meio da 2009NS000278 da UG 135118, da aquisição de 01 bomba Dancor destinada àquela Unidade. Pela natureza da despesa depreende-se tratar-se de material que deveria integrar o ativo permanente (bens móveis). Portanto, o registro feito à conta do almoxarifado não reflete o evento sob comento.

Recomendação:

931.1 - Recomendamos à Sureg/CE que efetue a correção do lançamento feito pela 2010NS000278 da UG 135118.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de marcelino.viana em 21/06/2011 como Pendente

Revedo os procedimentos postos em prática com relação a aquisição do equipamento, verificamos que a regularização contábil é impraticável vez que, por se tratar de despesa, já houve o encerramento no final do exercício. No tocante a parte patrimonial, o bem foi cadastrado e registrado mediante a NOBP 207 de 30/12/2009. Por outro lado, fizemos gestões junto ao almoxarifado para que se processe a baixa do estoque, tendo em vista o encaminhamento do bem para ser utilizado na Unidade de Maracanaú.

de eugenia.oliveira em 06/10/2011 como Solucionado

Em face das providências adotadas, consideramos o item solucionado.

de em 06/10/2011 como Pendente

Em aditamento ao nosso posicionamento anterior, informamos que após orientação da SUCON emitimos a 2011NL000167 datada de 30/09 a qual processou a baixa contábil do saldo remanescente na conta 113180100, no valor acima mencionado.

Constatação:

932 - Refere-se ao saldo financeiro registrado na rubrica "Estoques Para Doação" nas Unidades Estoque Estratégico/CE (UG 135116) e Núcleo Estoque Regulador/CE ó PGPM (UG 135117), nos valores de R\$130.444,00 e R\$208.883,10, respectivamente. Os mencionados registros não estavam inseridos nos Mapas de Inventários de Mercadorias ó MIMs das referidas Unidades. Segundo informações prestadas pelo Setor Contábil e Financeiro ó Secof, os lançamentos são indevidos e deverão ser corrigidos no exercício seguinte.

Recomendação:

932.1 - Recomendamos à Sureg/CE que, ao efetivar as correções dos valores de R\$130.444,00 e R\$208.883,10, registrados na conta 11313.05.02, nas UGs 135116 e 135117, observe a natureza das operações, de modo a evitar baixa de estoque sem documentos comprobatórios. Recomenda-se, também, observar que a origem da pendência remonta do exercício passado e, portanto, a correção não pode afetar o resultado do exercício de 2011.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de em 08/06/2011 como Pendente

Analisando os registros contábeis ficou constatado que ambos os valores foram regularizados nas respectivas UG's em 01 de fevereiro de 2011 da seguinte forma: 135116 - 2011NL000335 e 135117 - 2011NL000021.

de eugenia.oliveira em 07/12/2011 como Pendente

O valor de R\$130.444,00 foi transferido da UG 135116 ó Estoque Estratégico/CE para a UG 135447 ó MO/CE. O citado lançamento não foi suficiente para regularizar a pendência. Assim, aguardamos as informações da Sureg/CE sobre as providências adotadas em atenção à CI/Sucon n.º 820, de 21.9.2011. Quanto ao valor de

R\$208.883,10, consideramos que a pendência foi solucionada, em face do registro de doação feito por meio das 2011NLS000665, 000666, 000667 e 000668 da UG 135117.

Constatação:

933 - Trata-se dos adiantamentos concedidos diretamente aos agricultores familiares ou por meio de suas associações e cooperativas no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar ó PAA. Os demonstrativos contábeis da Sureg/CE evidenciam que, em 31.12.2010, a Conab possuía os direitos a receber dos agricultores familiares, registrado na Unidade Gestora 135447 - MO/Ceará, no montante de R\$6.587.544,68. Tais registros são oriundos dos adiantamentos concedidos nos anos de 2003 e 2004 na operação de Compra Antecipada da Agricultura Familiar ó CPR Alimento. Constatou-se que o controle da operação é feito pelo Secof, por meio dos processos individualizados. Não utiliza-se relatórios operacionais sistematizados que apresentem informações sobre o valor dos débitos, visto que o sistema de controle existente (sistema X-fac) está inoperante. Ademais, os saldos contábeis não estavam conciliados, logo, não foi possível averiguar se estes refletem adequadamente a real situação dos devedores. A Unidade Gestora 135597 ó Unidade Conab PAA Ceará, por sua vez, possuía, em 31.12.2010, direitos a receber de fornecedores, no montante de R\$17.139.403,94, decorrentes das operação de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea ó CPR Doação. Esse ativo é constituído quando a Conab deposita o valor total da Cédula do Produtor Rural ó CPR na conta vinculada da cooperativa ou associação. As baixas ocorrem periodicamente e no montante correspondente à entrega das mercadorias às instituições beneficiárias, em consonância com o cronograma constante na Proposta de Participação. Sobre o controle da operação de CPR Doação, observou-se que a área operacional possui controle manual, em planilhas eletrônicas, que contém os dados de cada associação ou cooperativa, nº da CPR quantidade e valor total do projeto, as quantidades entregues, os valores recebidos e os saldos. Contudo, as fichas de controle operacional não são utilizadas pela área contábil para conciliação dos saldos contábeis. Foram disponibilizadas parte das Fichas de Conciliação Contábil da referida conta, entretanto, os dados ali consignados se mostram como meras transcrições do razão. A área operacional apresentou, também um relatório (produzido em planilha eletrônica) com a composição dos saldos, por entidade fornecedora (associação ou cooperativa), período 2007/2010. Verificou-se, ainda, a existência de saldos alongados, tanto nos demonstrativos contábeis, quanto nos controles operacionais, fato que evidencia a existência de projetos paralisados (sem o cumprimento do cronograma de entrega das mercadorias) ou a falta de baixa contábil de operações já concretizadas. No entanto, não foram adotadas providências no sentido de averiguar e regularizar tais pendências.

Recomendação:

933.1 - Pelo exposto, recomendamos à Sureg/CE que efetue minuciosa análise da conta 11319.01.00 ó Adiantamento a Fornecedores da UG 135447 ó MO/Ceará, conciliando os saldos contábeis com os respectivos processos. Recomendamos, também, que a Sureg/CE interaja com a Matriz/Sutin, no sentido de ativar o sistema X-fac, para que seja possível emitir relatórios operacionais de controle dos saldos das CPRs alimento. Após o término dos trabalhos, os relatórios operacionais e as Fichas de Conciliação Contábil, com os saldos devidamente compatibilizados, deverão ser encaminhados à Audin.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item. de em 29/09/2011 como Pendente

A análise da conta 11319.0100 da UG 135.447 está sendo realizada simultaneamente com os da 135.597, no entanto devido o acúmulo de lançamentos, ainda não temos como prever sua conclusão. Tão logo tenhamos o resultado dos trabalhos concluídos, encaminharemos as fichas de conciliação juntamente com os relatórios do X-Caf.

de eugenia.oliveira em 03/10/2011 como Pendente

O assunto permanecerá pendente até a conclusão dos trabalhos de análise e conciliação da conta 11319.01.00.

de eugenia.oliveira em 07/12/2011 como Pendente

Por meio da CI/Sucon n.º 998, de 11.11.2011, a Sucon informou que enviou à Sureg/CE a CI/Sucon n.º 905/2011 solicitando providências dessa Sureg no sentido de proceder a análise e conciliação dos saldos da referida conta. Assim, aguardamos a conclusão das análises para solucionar o item.

Recomendação:

933.2 - Recomendamos à Sureg/CE que efetue minuciosa análise da conta 11319.01.00 ó Adiantamento a Fornecedores da UG 135597 ó Unidade Conab/PAA Ceará, conciliando os saldos contábeis com os controles operacionais, num trabalho conjunto entre a área contábil e a operacional. Após o término dos trabalhos, os relatórios operacionais e as Fichas de Conciliação Contábil, com os saldos devidamente compatibilizados, deverão ser encaminhados à Audin.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de marcelino.viana em 15/09/2011 como Pendente

A referida conta ainda se encontra em fase de análise, com previsão de conclusão para o final de outubro/2011.

de eugenia.oliveira em 16/09/2011 como Pendente

O item permanecerá pendente até a conclusão dos trabalhos.

de marcelino.viana em 03/10/2011 como Pendente

Procedimento idêntico ao item 933.1 está sendo adotado com relação a conta 11319.01.00 da UG 135597, cuja conclusão dos trabalhos está previsto para o final de outubro/2011.

de eugenia.oliveira em 03/10/2011 como Pendente

O assunto continuará pendente até a conclusão da análise e conciliação da conta 11319.01.00.

de eugenia.oliveira em 07/12/2011 como Pendente

Por meio da CI/Sucon n.º 998, de 11.11.2011, a Sucon informou que enviou à Sureg/CE a CI/Sucon n.º 905/2011 solicitando providências dessa Sureg no sentido de proceder a análise e conciliação dos saldos da referida conta. Assim, aguardamos a conclusão das análises para solucionar o item.

de marcelino.viana em 08/12/2011 como Pendente

De acordo com o que havíamos previsto, a conciliação da conta 11319.01.00 da UG 135597 foi totalmente concluída no final de outubro, a alguns lançamentos de regularização foram efetuados no início do mês de novembro.

Constatação:

934 - Na análise do saldo da conta contábil e seus reflexos encontram-se as seguintes disfunções: 1. Constatou-se a divergência, a maior de R\$306.662,84, no saldo contabilizado na Conta 1.2.1.2.3.00.00 ó DEPÓSITOS PARA RECURSOS, registrados no SIAFI em confronto com a CONSULTA DE SALDO IS (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF), base Dezembro/2010; 2. Constataram-se lançamentos, efetuados extemporaneamente (12/7/2010), totalizando R\$4.001.674,99, relativos à transferência de recursos depositados em nome de Francisco Arnaldo Rodrigues de Souza (Processo 02-2168/1995), a disposição do Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Fortaleza ó CE e não utilizados para pagamento em data anterior a 28/7/2006. As transferências foram efetuadas com base nos Alvarás n.ºs 458/2006 de 28/7/2006, 568/2006 de 4/9/2006 e 022/2007 de 17/1/2007, contemplando diversos exequentes; 3. Constatou-se que vários exequentes, constantes dos alvarás citados no item 2, já receberam as verbas destinadas pelo Juízo há pelo menos 3 anos. A diferença constatada no saldo da conta 1.2.1.2.3.00.00 poderá gerar ressalva no parecer de auditoria referente às demonstrações financeiras de 2010. Os valores depositados na Caixa Econômica Federal são corrigidos mensalmente, portanto a divergência entre os saldos tende a ser maior a cada mês. Considera-se muito frágil o documento utilizado ó (PRF - Pedido de Recurso Financeiro) - para respaldar a disponibilização dos recursos por parte da Companhia, para depósito judicial. Não há controle quanto à recuperação/utilização dos depósitos judiciais/recursais efetuados, tanto que foi constatada a existência de depósitos de longa data com valor expressivo

(R\$3.327.072,81) em poder da justiça, com sentença favorável a Companhia (processo 02-2168/1995), porém sem o devido resgate, motivando inclusive o evidenciado o auxílio de informação privilegiada o que o Juízo da 2ª Vara do Trabalho da 7ª Região pudesse transferir os recursos para 28 ações em diversas Varas do Trabalho daquela Região, além do que, foi noticiado que os exequentes que receberam as transferências dos recursos daquele depósito judicial não resgatado, já sacaram os valores devidos há pelo menos 3 anos e o lançamento contábil da transferência somente foi realizado em 12/7/2010, faltante ainda a baixa do ativo frente à documentação comprobatória do fato.

Recomendação:

934.1 - Recomendamos à Sureg/CE efetuar a análise dos depósitos consignados na Conta 1.2.1.2.3.00.00 confrontado-os com o relatório emitido pela instituição financeira depositária e após a constatação daqueles divergentes, buscar os processos, verificar o aproveitamento ou não do valor depositado pelo Juízo e proceder a baixa contábil munidos de documentação que ateste a sua finalidade.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de marcelino.viana em 10/06/2011 como Pendente

A análise proposta está sendo conduzida pelo Grupo de Trabalho constituído pelo Ato de Superintendência nº 06 de 18/02/2011, sem data prevista para conclusão, tendo em vista a complexidade do assunto.

de osvaldo.pateiro em 13/06/2011 como Solucionado

tendo em vista a manifestação da Sureg/CE e considerando que a recomendação propõe regularização que, no nosso entendimento, demanda prazo extenso, consideramos o item solucionado, com verificação do andamento da regularização em novos trabalhos a serem realizados nessa Sureg/CE.

Constatação:

935 - Trata-se de valores a receber, a longo prazo, de servidores e ex-servidores. Em 31.12.2010 a conta possuía saldo de R\$216.793,88, sendo R\$216.238,88 na UG 135115 ó Conab Sede Sureg/CE e R\$555,00 na UG 135329 ó UA/Senador Pompeu. Os débitos referem-se aos seguintes eventos: a) Valor de R\$106.189,37 referente à irregularidades apontadas no Processo n.º 1582/99, contabilizado por meio da 2010NL000562 da UG 135115. b) Valor de R\$709,35 referente saldo de adiantamento de férias não descontado do servidor, em razão de seu afastamento do trabalho, em decorrência de licença pelo INSS desde 24.7.2001, conforme registro feito pela 2006NL000056 da UG 135115. c) Valor de R\$1.246,15 referente saldo de adiantamento de férias não descontado do servidor, em razão de seu afastamento do trabalho, em decorrência de licença pelo INSS desde 20.7.2001, conforme registro feito pela 2006NL000057 da UG 135115. d) Valor de R\$435,00 a ser descontado do servidor em 10 parcelas, conforme Termo de Compromisso constante do Processo n.º 1673/2002, referente ao curso de Gestão da Informação e do Agronegócio, conforme registro da 2004NL000670. e) Valor de R\$498,69 referente ao saldo de adiantamento de férias não descontado do servidor, em razão de seu afastamento do trabalho, em decorrência de licença pelo INSS desde 15.3.2002, conforme registro feito pela 2006NL000059 da UG 135115. f) Valor de R\$970,95 referente saldo de adiantamento de férias não descontado do servidor, em razão de seu afastamento do trabalho, em decorrência de licença pelo INSS desde 15.2.2002, conforme registro feito pela 2006NL000061 da UG 135115. g) Valor de R\$555,00 oriundo de saldo não devolvido de adiantamento de viagem a serviço (ADDS n.º 83), conforme 2009NL000029 da UG 135329.

Recomendação:

935.1 - Recomendamos à Sureg/CE que informe quais as medidas adotadas, seja na esfera administrativa ou judicial, para recuperação dos débitos relatados neste item. Com relação aos débitos de servidores licenciados, verificar se essa condição ainda se mantém até a presente data, caso negativo providenciar os descontos em folha de pagamento.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de em 15/06/2011 como Pendente

a) Os dois valores de \$ 106.189,37 se referem aos registros corrigidos em nome de José Helio Macedo e Ednardo Silveira Santos, e que, em sentença prolatada pela 6ª Vara da Justiça Federal em 06/10/2010, julgou parcialmente procedente os pedidos, condenando o primeiro e a Empresa Princesa Cereais a reparar, solidariamente, o prejuízo que causaram ao patrimônio público, uma vez que o segundo já havia sido absolvido do processo. E, pelo fato de que tramita na Justiça Federal de Goiás uma ação ordinária que condenou a Princesa Cereais a pagar à Conab a importância de R\$ 79.655,09 (valor histórico), a Prore desta Regional está aguardando resposta ao E-mail enviado àquela Superintendência pedindo informação a respeito do pagamento da citada importância, a fim de podermos proceder a respectiva baixa contábil. O itens b, c, d, e, f) Trata-se de valores que se encontravam pendentes na 112420200, e foram transferidos para esta conta em atenção a mensagem Sucon 0139666 de 2006. Tais lançamentos continuam pendentes, tendo em vista que as pessoas cujos lançamentos fazem referência, continuam licenciadas pelo INSS, e que a recuperação dos valores só poderá ser feita mediante cobrança formalizada extra folha de pagamento. Com relação ao item "g", por se tratar de falta de prestação de contas de PCADV, elaboramos a GRU no valor correspondente e enviamos à Gerência de Operações para quitação, por ser a área onde a empregada presta serviço nesta Regional.

de em 30/06/2011 como Pendente

Solicitamos manter a Audin informada sobre os desdobramentos das ações relativas ao item "a". Quando ao item "g", solicitamos informar quando for efetivada a devolução do valor aos cofres da Companhia.

de em 20/09/2011 como Pendente

Consideramos solucionados os itens b, c, d, f e g. Quanto ao item "a", pedimos informações atualizadas sobre o tema para que possamos solucionar todo o item.

de marcelino.viana em 20/09/2011 como Pendente

Reformulando a análise do item G, ficou constatado que a prestação de contas foi efetuada à época e que a contabilização foi equivocada. Logo não deveria ter ficado nenhum valor pendente. Confirmada a impropriedade, efetuamos a regularização por meio da 2011nl000076 em 25.08.2011 na UG 135329.

Constatação:

936 - A rubrica apresentava, em 31/12/2010, o saldo de R\$23.717,87, sendo R\$17.015,71, registrado em nome da empresa Mares Comercial Importadora e Exportadora e R\$6.702,16 em nome da empresa J&D Comercial Ltda. Os lançamentos foram efetuados por meio da 2014NL000402 da UG 135115.

Recomendação:

936.1 - Recomendamos que a Sureg/CE informe sobre as medidas adotadas para recuperação dos débitos, seja na esfera administrativa ou judicial. Caso os débitos estejam ajuizados, informar a posição atual dos respectivos processos.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de em 16/06/2011 como Pendente

MARES COMERCIAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. 1) Processo nº 81.017086-7/00 - valor do débito atualizado até 15/07/2010 importou em R\$ 1.802,93. Andamento em 28/03/2011 - remetido à Contadoria do Fórum. 2) Processo nº 2000.81.1797-4 - valor do débito em: 23/02/2000 - R\$ 6.016,05 Andamento: 23/02/2011 - As partes são intimadas para se manifestarem sobre as informações da Contadoria do Fórum. 3) Processo nº 81.019804-6/99 - valor do débito em 30/09/1999 - R\$ 12.694,44 Andamento: A Conab pede desconsideração da pessoa jurídica, considerando que em nome da mesma não

foram encontrados bens para saldar a dívida. J & D COMERCIAL 1) Processo nº 99.16.298-8 - O valor do débito atualizado até 28/02/2010 importou em R\$ 5.298,84 Andamento em 02/05/2011 - A Conab requer expedição de ofício ao Detran, Receita Federal e Cartório de Imóveis a fim de averiguar a existência de algum bem em nome da empresa. 2) Processo nº 81.00.017085-5 - O valor do débito atualizado até 15/05/2010 importou em R\$ 2.271,21 Andamento em 05/05/2011 - A Conab requer expedição de ofício ao Detran objetivando averiguar a existência de algum veículo em nome da empresa. FRANCISCO DE ASSIS SOUSA 1) Processo nº 32800-40.2009.5.07.0004. Andamento em 02/06/2011 - Aguardando julgamento do agravo de instrumento em Recurso de Revista.

OBS: O processo se encontra sobrestado, aguardando a abertura de procedimento administrativo, nos moldes da CI PROGE nº 845/2009, para apurar incidência de prejuízo ao erário na condução na citada Reclamação Trabalhista.

de eugenia.oliveira em 01/07/2011 como Solucionado

Em razão das medidas judiciais em curso, consideramos o item solucionado. Solicitamos manter a Audin informada sobre o andamento das ações judiciais.

Constatação:

937 - A conta apresentava, em 31.12.2010, saldo de R\$699.407,21 registrado na Unidade Estoque Estratégico ó UG 135116, sendo R\$582.798,44 em nome da empresa Arroeira Morada Nova Ltda.; R\$82.682,11 em nome da empresa Aline Colares Sucupira Machado ME e R\$33.926,66 em nome da empresa Comércio de Cereais Farias Ltda.

Recomendação:

937.1 - Recomendamos à Sureg/CE que informe à Audin a origem dos débitos, quais as medidas administrativas ou judiciais adotadas para sua recuperação e, no caso de estarem ajuizados, qual a posição atual dos respectivos processos.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de marcelino.viana em 14/07/2011 como Pendente

Consoante recomendação, anexamos quadro demonstrativo dos processos ajuizados relativos à multa por atraso na entrega de mercadoria dos fornecedores: ARROZEIRA MORADA NOVA, ALINE COLARES SUCUPIRA e EXPORTADORA FARIAS.

de em 07/12/2011 como Solucionado

Considerando as informações prestadas pela Sureg/CE, inseridas no quadro anexo, consideramos o item solucionado, recomendando que essa Sureg proceda as baixas contábeis relativas aos processos já encerrados.

Constatação:

938 - A conta apresentava, em 31.12.2010, o saldo de R\$ 7.980,00 registrado na UG 135115 ó Sede Sureg/CE. O lançamento origem no documento 2010NS004348 de 3/8/2010 e o histórico informa que se trata de ã...multa por embargos protelatórios processo n.º 32800-40/2009 da 4ª Vara da Justiça do Trabalho...õ Entende-se que o lançamento não poderia ser efetivado nessa rubrica, como se depreende da consulta CONCONTA que informa a função da conta a saber: Registra o valor da despesa com multas resultantes do pagamento com atraso das obrigações tributárias e contributivas, como também as multas pagas pelo descumprimento de obrigações acessórias exigidas pela legislação tributária. As multas pagas pela Administração Pública estão sujeitas ao direito de regresso contra aqueles que lhes deram causa. Esta conta registra as multas consideradas dedutíveis

pela legislação na determinação do lucro real, ou seja, apenas as multas por infrações fiscais de natureza compensatória e as impostas por infrações de que não resultem falta ou insuficiência de pagamento de tributo (Art. 344, § 5º do Decreto 3.000, de 26 de Março de 1999 ó RIR/99).

Recomendação:

938.1 - Recomendamos à Sureg/CE que atente para os lançamentos em contas de resultado, evitando no futuro a contabilização equivocada, até porque, a rubrica utilizada tem reflexos na apuração dos tributos e contribuições do exercício fiscal.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de marcelino.viana em 28/09/2011 como Pendente

Ratificamos seu posicionamento por considerar que realmente houve equívoco na contabilização. E, pelo fato de tais valores ensejarem a possibilidade de recurso com vistas a apreciação por parte da autoridade julgadora, passamos a considerá-los como depósitos recursais, e as contabilizações estão sendo feitas a débito da Conta 33.190.67.03.

de osvaldo.pateiro em 04/10/2011 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/CE, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

938.2 - Recomendamos à Sureg/CE que avalie a possibilidade de instaurar processo de apuração de responsabilidade, para a verificação do direito de regresso contra aqueles que deram causa ao cometimento da infração.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de marcelino.viana em 11/08/2011 como Pendente

Segundo informações colhidas na Procuradoria Regional, os procedimentos adotados para apuração de responsabilidade sobre eventuais falhas na condução dos processos judiciais, devem ser implementados somente quando do desfecho/arquivamento dos respectivos feitos, uma vez que, enquanto não se esgotarem as possibilidades de recurso para reversão dos julgados desfavoráveis à Conab, não há como se caracterizar seu efetivo prejuízo.

Recomendação:

938.3 - Recomendamos à Sureg/CE que informe à Audin quais os processos e onde o Juízo determinou o pagamento de multa por embargos protelatórios ou outros análogos e as providências tomadas para o procedimento de recuperação.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de marcelino.viana em 21/06/2011 como Pendente

De acordo com sua recomendação elaboramos o quadro a seguir contendo os dados dos processos nos quais o juiz determinou o pagamento de multa por embargo protelatórios: DESPESAS JUDICIAIS COM MULTA POR EMBARGO PROTELATÓRIO PROCESSOS VALOR DA MULTA PROCESSOS VALOR DA MULTA 0042300-21.2009.5.07.0008 R\$ 280,00 0164400-61.2007.5.07.0003 R\$ 4.200,00 0113900-93.2009.5.07.0011 R\$ 5.880,00 0205900-95.2007.5.07.0007 R\$ 5.250,00 0109600-12.2009.5.07.0004 R\$ 5.880,00 0026000-46.2007.5.07.0010 R\$ 3.570,00 0032800-40.2009.5.07.0004 R\$ 7.980,00 0087500-67.2008.5.07.0014 R\$ 8.400,00 0022200-76.2008.5.07.0009 R\$ 5.844,00 082800-72.2008.5.047.0006 R\$ 4.200,00 0003500-07.2007.5.07.0003 R\$ 3.570,00 0140900-17.2008.5.07.0007 R\$ 10.080,00 0113900-64.2002.5.07.0003 R\$ 2.100,00 0191500-67.2007.5.07.0010 R\$ 4.200,00 0132600-69.2008.5.07.0006 R\$ 2.100,00 0119500-78.2007.5.07.0007 R\$ 4.200,00 0117200-58.2007.5.07.0003 R\$ 3.570,00 0261100-44.2003.5.07.0002 R\$ 3.150,00

de marcelino.viana em 21/06/2011 como Pendente

DESPESAS JUDICIAIS COM MULTA POR EMBARGO PROTELATÓRIO PROCESSOS VALOR DA MULTA PROCESSOS VALOR DA MULTA 0042300-21.2009.5.07.0008 R\$ 280,00 0164400-61.2007.5.07.0003 R\$ 4.200,00 0113900-93.2009.5.07.0011 R\$ 5.880,00 0205900-95.2007.5.07.0007 R\$ 5.250,00 0109600-12.2009.5.07.0004 R\$ 5.880,00 0026000-46.2007.5.07.0010 R\$ 3.570,00 0032800-40.2009.5.07.0004 R\$ 7.980,00 0087500-67.2008.5.07.0014 R\$ 8.400,00 0022200-76.2008.5.07.0009 R\$ 5.844,00 082800-72.2008.5.047.0006 R\$ 4.200,00 0003500-07.2007.5.07.0003 R\$ 3.570,00 0140900-17.2008.5.07.0007 R\$ 10.080,00 0113900-64.2002.5.07.0003 R\$ 2.100,00 0191500-67.2007.5.07.0010 R\$ 4.200,00 0132600-69.2008.5.07.0006 R\$ 2.100,00 0119500-78.2007.5.07.0007 R\$ 4.200,00 0117200-58.2007.5.07.0003 R\$ 3.570,00 0261100-44.2003.5.07.0002 R\$ 3.150,00

de osvaldo.pateiro em 20/10/2011 como Pendente

Tendo em vista que a manifestação da Sureg/CE não é conclusiva quanto as providências tomadas para procedimentos de recuperação, permanecemos com o status de pendente até nova manifestação com essa informação.

Constatação:

939 - CARTÃO DE PAGAMENTOS DO GOVERNO FEDERAL ó CPGF Analisou-se os extratos dos cartões de pagamentos dos responsáveis nas unidades jurisdicionadas à Sureg/CE e constatou-se que há compras indevidas com esse instrumento, como é o caso da aquisição de materiais de higiene e limpeza, café, açúcar e outros. Lembramos à Sureg/CE que as compras realizadas com o CPGF têm caráter de excepcionalidade, não se prestando à despesas que podem ser objeto de licitação ou de procedimento licitatório, como é o caso da dispensa de licitação baseada no art. 24 inciso II da Lei n.º 8.666/93, assim, a finalidade do suprimento de fundos via CPGF é a de atender a despesas que não possam aguardar o processo normal de aquisição, ou seja, é a exceção quanto a não-realização de procedimento licitatório. Dessa forma, ficou estabelecido, ainda, o percentual de 0,25% do valor constante na alínea ão do Inciso II do art. 23, da Lei n.º 8.666/93 como limite máximo de despesa de pequeno vulto, no caso de compras e outros serviços, qual seja, limite de R\$200,00 por despesa, sendo vedado o fracionamento da despesa - dividir em mais de um documento comprobatório ou ainda, mais de uma despesa no mesmo exercício ó para adequação ao referido limite. Ainda que não proibida, especial atenção deverá ser observada na aquisição de material permanente por meio do CPGF ó placas de sinalização, fechaduras, mouses, mobiliário, etc. ó pois é evidente que são raras as situações justificáveis para a aquisição de material permanente via CPGF. No sentido de subsidiá-los quanto a utilização correta e racional do Cartão de Pagamentos do Governo Federal, sugerimos a leitura do manual de perguntas e respostas disponível no sítio da Controladoria Geral da União, no endereço <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/SuprimentoFundos/Arquivos/SuprimentosCPGF.pdf>. Além das orientações descritas, recentes julgados do Tribunal de Contas da União já oferecem subsídios quanto à aplicação correta da

sistemática de pagamento por meio do Cartão de Pagamentos do Governo Federal, como se segue: Assuntos: CARTÃO CORPORATIVO e SUPRIMENTO DE FUNDOS. DOU de 07.05.2010, S. 1, p. 133. Ementa: determinação ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional do Amapá para que: a) ao conceder suprimento de fundos, oriente os supridos para a correta aplicação dos valores disponibilizados, atentando para o período de aplicação previsto no ato concessório e, no caso da necessidade de alteração ou prorrogação do período inicialmente previsto, formalize a referida alteração, por meio de portaria devidamente publicada, fazendo-a constar no respectivo processo de concessão; b) faça constar da prestação de contas dos processos de concessão de suprimentos de fundos as justificativas para a utilização do cartão corporativo governamental, na modalidade saque, conforme estabelece o art. 2º, § 2º, do Decreto nº 5.355, de 25.01.2005; c) utilize suprimento de fundos apenas para despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, nos termos do art. 68 da Lei nº 4.320, de 17.03.1964, e do art. 45 do Decreto nº 93.872, de 23.12.1986 (itens 9.6.2 a 9.6.4, TC-017.996/2008-1, Acórdão nº 1.842/2010-2ª Câmara). Assunto: CARTÃO CORPORATIVO. DOU de 26.03.2010, S. 1, ps. 113 e 114. Ementa: determinação à Direção do Hospital Geral de Bonsucesso (HGB/ MS), para adoção das seguintes medidas quanto ao uso do cartão corporativo, quais sejam: a) providenciar a capacitação dos responsáveis pela execução e controle do CPGF; b) realizar saques no valor das despesas a serem efetuadas (no caso de valores sacados em excesso, proceder à devolução do valor excedente, quando superior a R\$ 30,00, em até 3 dias úteis, por meio de Recolhimento à União); c) utilizar o saque apenas em caráter excepcional e registrar a justificativa na prestação de contas; d) realizar o pagamento das faturas decorrentes do uso do cartão corporativo na data de seu vencimento, abstendo-se de arcar com os encargos financeiros pelo atraso no seu pagamento; e) registrar a apreciação da autoridade competente sobre a prestação de contas do suprido, logo em seguida à apresentação da mesma (item 1.5.1.1, TC-016.181/2008-0, Acórdão nº 1.374/2010-1ª Câmara). Assunto: SUPRIMENTO DE FUNDOS. DOU de 16.04.2010, S. 1, p. 149. Ementa: alerta à CORE/FUNASA/AL no sentido de que: a) restrinja as despesas por meio de suprimento de fundos àquelas em que não haja possibilidade de execução pelo processo normal de aplicação, quais sejam: despesas eventuais que exijam pronto pagamento; despesas de pequeno vulto; ou de caráter sigiloso, nos termos da Lei nº 4.320/1964, art. 68 do Decreto-lei nº 200/1967, § 3º do art. 74, e Decreto nº 93.872/1986, art. 45; b) aprimore os controles sobre a utilização de suprimento de fundos, monitorando a utilização da modalidade de saque quanto às necessidades, prazos de aplicação e ressarcimento de saques não utilizados, mormente no que tange ao prazo máximo para devolução dos saques não utilizados, isto é, três dias úteis após o saque, conforme estabelece o item 6.6 da Macro função/SIAFI 02.11.21 (itens 1.6.1 e 1.6.2, TC-015.772/2009-8, Acórdão nº 1.552/2010-2ª Câmara). FRACIONAMENTO DE DESPESAS Constatou-se que a Sureg/CE permitiu o fracionamento de despesas, quando fez aquisição no valor de R\$19.841,37 durante o exercício auditado, utilizando-se da modalidade de Dispensa de Licitação, no fornecedor CNPJ 02858003/0001-96. A disfunção relatada é de amplo conhecimento e passível de penalização por parte dos órgãos de controle externo, uma vez que já há materialização de várias orientações quanto à ilegalidade da ação em comento e descritas como se segue: Assunto: FRACIONAMENTO. DOU de 11.06.2007, S. 1, p. 81. Ementa: o TCU determinou ao SERPRO que realizasse o planejamento prévio de seus gastos anuais, de modo a evitar o fracionamento de despesas de mesma natureza, a fim de não extrapolar os limites estabelecidos nos artigos 23, § 2º, e 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993, observando que o valor limite para as modalidades licitatórias é cumulativo ao longo do exercício financeiro (item 9.1.3, TC-016.971.084/2007-TCU -Plenário). Assunto: LICITAÇÕES. DOU de 30.08.2005, S. 1, p. 117. Ementa: o Tribunal de Contas da União determinou ao SESI/SE que adotasse o procedimento licitatório adequado ao valor global das despesas previstas para o exercício financeiro, de forma a evitar o indevido fracionamento de despesas (item 1.13, TC-008.527/2004- 0, Acórdão nº 1.756/2005-TCU-1ª Câmara). Assunto: FRACIONAMENTO. DOU de 12.03.2010, S. 1, p. 175. Ementa: determinação ao INMETRO para que não fragmente despesas, caracterizada por aquisições frequentes dos mesmos produtos ou realização sistemática de serviços da mesma natureza em processos distintos, cujos valores globais excedam o limite previsto para a dispensa de licitação a que se referem os incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993 (item 1.7, TC-019.276/2009-8, Acórdão nº 809/2010-2ª Câmara). REGULARIDADE FISCAL Constatou-se a ausência de comprovação da regularidade fiscal em vários pagamentos efetuados, notadamente naqueles derivados de omissão de Dispensa ou omissão de Licitação. Quanto ao fato, o Tribunal de

Contas da União, emitiu várias ementas, dentre as quais destacamos as seguintes : Assunto: CONTRATOS. DOU de 20.04.2007, S. 1, p. 118. Ementa: o TCU determinou ao SENAI/RJ que passasse a exigir a comprovação de regularidade fiscal em todas as modalidades de licitação, inclusive por dispensa ou inexigibilidade, observando que a condição de regularidade fiscal deveria ser mantida durante toda a execução dos contratos e comprovada a cada pagamento efetuado, conforme previsto no art. 195, § 3º, da CF/1988 (item 1.1.8, TC-014.462/2006-6, Acórdão nº 956/2007-TCU-1ª Câmara).(Grifos do redator). Fonte: EMENTÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA. Assuntos: CADIN e PAGAMENTO. DOU de 17.10.2008, S. 1, p. 82. Ementa: promoção de audiência de ex-coordenador-geral de Recursos Logísticos do MCT para a apresentação de justificativas quanto à efetivação de pagamento sem a verificação da regularidade fiscal do fornecedor perante a Fazenda Estadual, Municipal e Distrital, em desobediência ao inc. III, art. 29 c/c inc. XIII, art. 55, da Lei nº 8.666/1993, e sem a comprovação da consulta prévia ao Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados do Governo Federal (CADIN), em desacordo com o inc. III, art. 6º da Lei nº 10.522, de 19.07.2002 (item 9.3.2.4, TC-021.647/2006-0, Acórdão nº 2.267/2008-Plenário).(Grifos do redator). Na mesma linha de conduta notamos que a Sureg/CE, encontra-se com a regularidade fiscal vencida, e o Sicaf ãHabilitação Parcialõ com registros desatualizados, o que contraria, enquanto fornecedores de bens e serviços ao poder público, a determinação da Egrégia Corte de Contas. CONTRATOS Constatou-se que a Sureg/CE não possui contrato de prestação de serviços de administração de estagiários. Conforme determina o inciso I, do Art. n.º 9, da Lei n.º 11.788/08 é necessário a celebração de termo de compromisso entre as partes para a validação do processo, incorrendo a Sureg/CE em disfunção que poderá resultar em passivo trabalhista como detalhamos: [í] Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações: I ó celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento; II ó ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural; III ó indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente; IV ó contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso; V ó por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho; VI ó manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio; VII ó enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário. Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

í Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária. § 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente. § 2º A penalidade de que trata o § 1o deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade. [í .] Foi apresentada cópia de convênio celebrado com o Centro Integrado Empresa Escola - CIEE no Distrito Federal o qual, no nosso entendimento, não é aplicável ao caso, por não se tratar de convênio e sim de contrato, ademais, o CIEE no Distrito Federal não é o gestor de estagiários no Estado do Ceará. Nesse diapasão o Egrégio Tribunal de Contas da União emitiu a seguinte ementa: Assunto: ESTÁGIO. DOU de 18.11.2008, S. 1, p. 73. Ementa: determinação à SFA/RS para que estude a conveniência de efetuar procedimento licitatório para a contratação de agente de integração, com o objetivo de executar o programa de estágio, rescindindo, tão logo concluído o certame, o convênio firmado com o CIEE, de modo a obter a proposta mais vantajosa ao erário, uma vez que não se trata de uma relação de convênio, mas, sim, de contrato (alínea õuõ, item 1.5, TC-022.942/2007-3, Acórdão nº 4.127/2008-1ª Câmara). A Sureg/CE deve ainda,

preocupar-se com a correta aplicação da mão de obra em regime de estágio, não permitindo a utilização dessa, fora dos normativos que regem esse tipo de contratação. Objetivando subsidiá-los transcrevemos os julgados do TCU quanto a matéria: Assunto: ESTÁGIO. DOU de 02.02.2011, S. 1, p. 166. Ementa: determinação à Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em Alagoas para que se abstenha de utilizar os serviços dos estagiários na execução de tarefas de responsabilidade de servidores (item 9.7.12, TC-012.733/2005-3, Acórdão nº 90/2011-Plenário). Assuntos: ESTÁGIO e SEGURO. DOU de 02.02.2011, S. 1, p. 214. Ementa: alerta ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Alagoas para que exija do ente conveniente na realização do Programa de Estágio da Unidade que providencie a contratação de seguro contra acidentes pessoais dos estagiários (item 9.9.5, TC-006.801/2005-0, Acórdão nº 329/2011-1ª Câmara). Ainda, considerando-se os pilares da Administração Pública: Moralidade e Impessoalidade, deve a Sureg/CE atentar para a impossibilidade de contratar estagiários que possuam vínculos familiares com empregados dessa Sureg/CE e unidades subordinadas, atendendo ao julgado: Assuntos: ESTÁGIO e NEPOTISMO. DOU de 02.02.2011, S. 1, p. 214. Ementa: determinação ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Alagoas para que se abstenha de admitir estagiário que mantenha vínculo de parentesco com servidores do Núcleo, ainda que cedidos a outros entes, por infringir os princípios da moralidade e da impessoalidade, dispostos no art. 37 da Constituição Federal (item 9.8.6, TC-006.801/2005-0, Acórdão nº 329/2011-1ª Câmara).

Recomendação:

939.1 - Recomendamos à Sureg/CE que passe a controlar as despesas efetuadas por meio do Cartão de Pagamentos do Governo Federal, inibindo as iniciativas dos responsáveis pelos suprimentos quanto às aquisições não permitidas nessa modalidade.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de em 03/10/2011 como Pendente

Esta Superintendência Regional promoveu no mês de agosto próximo passado uma reunião nesta sede a qual contou com a presença de todos os gerentes de unidades, e no encontro, além de outros assuntos foram enfatizadas as orientações no tocante a utilização dos cartões de pagamento do Governo Federal, sendo distribuído, inclusive, cópia do manual contendo a definição e a que tipo de despesas se destina. Foram informados, também que, para se evitar algumas aquisições consideradas por eles imprescindíveis, esta Superintendência implementou algumas ações nesse sentido senão vejamos: Foi autuado o processo nº 04.3969/2011 para aquisição de material de expediente por meio de cotação eletrônica e o processo nº 04.3959/2011 para aquisição de material de limpeza por meio de pregão eletrônico para atender a demanda prevista para 06 meses.

de osvaldo.pateiro em 04/10/2011 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/CE, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

939.2 - Recomendamos à Sureg/CE abster-se de utilizar procedimentos licitatórios sem a devida adequação do valor global a ser gasto no exercício financeiro evitando-se o fracionamento de despesas, cuja prática reincidente enseja a penalização do ordenador de despesas pelos órgãos de controle externo, notadamente o Tribunal de Contas da União.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de marcelino.viana em 03/10/2011 como Pendente

Fizemos alusão aos procedimentos licitatórios a serem conduzidos pelos processos enumerados no item anterior, por estarmos certos de que, consequentemente evitarão praticas indevidas, tanto nas aquisições por

<p>meio do cartão de pagamento quanto pelas ordens de compra emitidas pelo Setad para suprimento do Almocharifado da Sede da Regional.</p> <p>de osvaldo.pateiro em 04/10/2011 como Solucionado</p> <p>Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/CE, consideramos o item solucionado.</p>
<p>Recomendação:</p>
<p>939.3 - Recomendamos à Sureg/CE consultar o SICAF (Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores) para verificação da regularidade fiscal em todos os pagamentos que efetuar, apensando a consulta ao processo e/ou pagamento, independentemente da modalidade de contratação, seguindo a determinação do Tribunal de Contas da União.</p>
<p>Tratamento das Recomendações:</p>
<p>de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente</p> <p>Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.</p> <p>de em 03/10/2011 como Pendente</p> <p>Estamos atentos quanto a prática correspondente a presente recomendação, haja vista os técnicos desta área terem sido orientados à época nesse sentido, todavia com o passar do tempo, tal prática caiu em desuso sem nenhuma justificativa para tanto. No momento todas as consultas ao Sicafe estão sendo feitas sistematicamente.</p> <p>de osvaldo.pateiro em 04/10/2011 como Solucionado</p> <p>Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/CE, consideramos o item solucionado, porém por se tratar de reincidência, será verificado em auditorias posteriores.</p>
<p>Recomendação:</p>
<p>939.4 - Recomendamos à Sureg/CE que promova a licitação, preferencialmente na modalidade pregão, para a contratação de instituição gestora de provimento de estagiários.</p>
<p>Tratamento das Recomendações:</p>
<p>de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente</p> <p>Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.</p> <p>de osvaldo.pateiro em 04/10/2011 como Pendente</p> <p>Tendo em vista que o posicionamento da Sureg/CE diverge da opinião do Controle Interno, sugerimos remeter a matéria a d.ª Proge/Matriz afim de subsidiar esse seu embasamento. Permanecemos com o status de pendente até a manifestação daquela Proge.</p> <p>de em 04/10/2011 como Pendente</p> <p>Ao analisarmos a possibilidade de realização de certame licitatório destinado à contratação de instituição para o provimento de estagiários, constatamos que entre as que praticam essa atividade, tais como as do sistema "S" e CIEE, apenas essa última foi legalmente constituída com a referida finalidade, qual seja; por meio de estágio propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem e ser planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares. Logo, o CIEE, por ser uma instituição filantrópica mantida pelo empresariado nacional, entendemos que sua contratação prescinde de licitação.</p> <p>de em 10/10/2011 como Pendente</p> <p>Considerando que tal procedimento visa acatar orientação dos órgãos de controle interno, antes mesmo de submeter o assunto a apreciação da Proge, detemo-nos a pesquisar a possibilidade de efetuarmos o certame, e em contato com a Prore, fomos informados dos convênios que são mantidos pela Universidade Estadual do Ceará e elencamos os principais agentes de integração, para que seja autuado em forma de processo a fim de fundamentar o proposto pregão eletrônico, certos de que será perfeitamente viável sua realização.</p>
<p>Recomendação:</p>
<p>939.5 - Recomendamos à Sureg/CE que verifique se o conveniente atende a determinação da contratação do</p>

seguro de acidentes pessoais dos estagiários e solicite cópia da apólice quitada para apresentação aos órgãos de controle, quando solicitado.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de marcelino.viana em 04/10/2011 como Pendente

Após verificação, constatamos que o CIEE está em perfeita sintonia com a legislação vigente, considerando que os estagiários que nos foram encaminhados estão comprovadamente segurados conforme apólice nº 93.01.407.0326.00 emitida em 21/09/2011 pela empresa Liberty Seguros, a qual se encontra em nosso poder.

de osvaldo.pateiro em 04/10/2011 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/CE, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

939.6 - Recomendamos à Sureg/CE que verifique, nas contratações de estagiários efetuadas, a possibilidade de vínculo familiar com empregados jurisdicionados a essa Unidade e efetive a determinação da Corte de Contas.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de osvaldo.pateiro em 04/10/2011 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/CE consideramos o item solucionado.

de marcelino.viana em 04/10/2011 como Pendente

Consoante recomendação, verificamos a situação dos nossos estagiários, e os dois casos que estavam em desacordo com o que dispõe o TCU foram imediatamente regularizados.

Constatação:

940 - Verificou-se que a Sureg/CE registra notas de empenho em modalidades incompatíveis com a natureza da despesas, como por exemplo a 2010NE004355, de 28/12/2010, no valor de R\$14.476, 24, favorecido CNPJ 33000118/0015-74, relativo à fatura de serviços de telefonia comutada, lançada como ãinexigível o que distorce a apuração dos valores globais empenhados nas modalidades de despesa aceitas.

Recomendação:

940.1 - Recomendamos à Sureg/CE promover, junto ao Secof/CE, ações de treinamento e orientação aos empregados envolvidos nos lançamentos no Siafi, no sentido de manter uma equipe qualificada para efetuar registros consistentes com as naturezas dos lançamentos.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de osvaldo.pateiro em 04/10/2011 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/CE consideramos o item solucionado.

de em 04/10/2011 como Pendente

A reestruturação do Setor de Contabilidade tornou-se indispensável e já estamos trazendo de volta alguns colaboradores que se encontravam afastados de suas funções, afim de suprir deficiências constatadas nesses últimos anos. Consequentemente, não teremos êxito se a alternância de mão-de-obra técnica não for acompanhada de treinamento permanente para a capacitação adequada. A equipe está motivada e receptiva aos treinamentos que proporemos oportunamente.

Constatação:

941 - Constatou-se que a Sureg/CE não procedeu a análise e conciliação dos saldos contábeis, de várias contas representativas do ativo e passivo. Esse procedimento é fundamental para o controle de qualidade dos registros contábeis e para possibilitar a aferição, pela Audin, da fidedignidade dos demonstrativos contábeis.

Recomendação:

941.1 - Recomendamos à Sureg/CE que adote providências no sentido de efetuar análise e conciliação dos saldos contábeis, confrontando-os com os controles extracontábeis, de todas as contas representativas do ativo e passivo. Referido procedimento deverá ser executado de forma rotineira e permanente, de modo que as incorreções sejam detectadas em tempo hábil, para a regularização.

Tratamento das Recomendações:

de em 06/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de em 04/10/2011 como Pendente

A intensificação da execução do programa PAA acarretou para a contabilidade uma gama de lançamentos e, até a perfeita adequação dos registros, devido as especificidades da tributação com relação aos produtos, tornou bem mais complexo o acompanhamento das contas. E, por envolverem um volume considerável de recursos, exigiu uma atenção especial, consumindo, consequentemente a mão-de-obra especializada, em detrimento das outras contas que, supostamente poderiam aguardar um segundo momento.

de eugenia.oliveira em 04/10/2011 como Pendente

Não obstante as justificativas apresentadas pela Sureg, reiteramos a necessidade de se proceder as análises e conciliações contábeis, principalmente pela proximidade do encerramento do exercício de 2011, de modo que as pendências sejam regularizadas em tempo.

Constatação:

942 - As fichas de conciliação contábil são documentos nos quais se pretende demonstrar as pendências apuradas nas análises e conciliações contábeis. Todavia, constatou-se que as fichas preenchidas pela Sureg/CE apresentavam as seguintes inconsistências: a) históricos que não descrevem de forma clara e objetiva a pendência; b) nos casos de pendências de exercício anterior, esta era relatada como ôsaldo anteriorô, sem a sua descrição e origem; c) as fichas se mostram como mera transcrição do razão da conta. Essas inconsistências prejudicam a análise contábil, perdendo a ficha de conciliação sua utilidade.

Recomendação:

942.1 - Recomendamos à Sureg/CE que as fichas de conciliação contábil sejam elaboradas com históricos que demonstrem, de forma clara, a que se refere o registro, inclusive, quando o saldo for oriundo de exercícios anteriores.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de em 04/10/2011 como Pendente

Em conversa com os técnicos do Setor de Contabilidade, houve uma certa apreensão, uma vez que não é muito comum o presente questionamento, haja vista os históricos há muito serem elaborados pelos mesmos técnicos, os quais possuem formação aprofundada na área contábil. Logo, é improvável que não saibam da importância da riqueza dos históricos, tanto nos lançamentos quanto nas conciliações. A orientação, no entanto, foi acolhida de bom grado e servirá de incentivo para que se tenha mais zelo na elaboração.

de eugenia.oliveira em 04/10/2011 como Solucionado

Em face das providências adotadas, consideramos o item solucionado. Todavia, esse ponto será reavaliado por ocasião da realização de nova auditoria nessa Sureg.

Recomendação:

942.2 - Recomendamos à Sureg/CE que apenas sejam elencadas na ficha contábil as pendências que compõem o saldo da conta, de modo a não transcrever todos os lançamentos constantes no razão.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de em 28/09/2011 como Pendente

Estranhamos tal constatação, haja vista se tratar de uma tarefa rotineira, cuja análise das contas para elaboração das fichas de conciliação é procedida por técnicos com longa experiência na função, sendo portanto inconcebível a referida ocorrência. Como não ficou identificado no relatório quais fichas apresentaram a impropriedade, acrescentamos que ficaremos atentos para que não voltem a acontecer novos casos futuros.

de eugenia.oliveira em 28/09/2011 como Solucionado

Considerando as medidas adotadas por essa Sureg, consideramos o item solucionado, observando que o assunto será reavaliado por ocasião da realização de nova auditoria.

Constatação

943 - Uma das fragilidades identificadas diz respeito ao controles das operações vinculadas ao programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar ó PAA, notadamente na modalidade de CPR doação. Verificou-se a adoção de procedimentos manuais de controle, com a produção de planilhas eletrônicas, que exigem grandes esforços de recursos humanos para a inserção de dados. Ademais, contribui para o retrabalho nas diversas etapas do processo. O mesmo dado é inserido, inicialmente, para a composição da planilha de controle da área operacional, em seguida é redigitado para emissão das notas fiscais de entrada e saída para doação. Após, segue para os procedimentos de contabilização e, por último, é inserido no sistema da Secretaria de Fazenda para o cumprimento das obrigações principais e acessórias relacionada ao ICMS. Essa rotina contribui, sobremaneira, para tornar o processo lento, exaustivo para a equipe envolvida, sujeito à grande incidência de erros, tornando os controles internos suscetíveis à deficiência. Outro processo de trabalho importante está relacionado à contabilização das operações, em especial o registro das vendas em balcão. Para tanto, a Sureg/CE utiliza o sistema Siafi, contudo, a inserção de dados é manual, o que torna a atividade vulnerável à grande incidência de erros pelo grande volume de documentos que são contabilizados.

Recomendação

943.1 - Recomendamos à Sureg/CE que interaja com a Supaf e Sutin, no sentido de propor a inserção no sistema SIGEST ó Sistema de Gestão de Estoques, de controle operacional das operações relacionadas à CPR doação com a interação com sistema de faturamento X-fac.

Tratamento das Recomendações

de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de eugenia.oliveira em 06/12/2011 como Pendente

Aguardamos posicionamento da Sutin sobre o assunto.

de marcelino.viana em 06/12/2011 como Pendente

Emitimos a CI Sureg nº 2987, de 20/10/2011 solicitando providências da SUTIN pertinentes aos assuntos relatados na correspondente recomendação.

Recomendação

943.2 - Recomendamos à Sureg/CE que interaja com a Sucon e Sutin, no sentido de implementar a contabilização automática das operações vinculadas à PGPM, Contrato de Opções, Estratégico e PAA, que consiste na geração e envio dos arquivos de aquisição, despesas e vendas diretamente ao Serpro para a emissão

dos documentos contábeis (empenhos e liquidação).
Tratamento das Recomendações
<p>de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.</p> <p>de marcelino.viana em 06/12/2011 como Pendente Emitimos a CI Sureg nº 2987, de 20/10/2011 solicitando providências da SUTIN pertinentes aos assuntos relatados na correspondente recomendação.</p> <p>de eugenia.oliveira em 06/12/2011 como Pendente Aguardamos o posicionamento da Sutin e Sucon sobre o assunto.</p>
Constatação
944 - Constatou-se que a guarda da documentação operacional e contábil é deficiente, visto que não existe espaço físico suficiente que permita a guarda dos documentos com organização e controle. Verificou-se grande quantidade de documentos depositados no chão, sobre as mesas e em prateleiras abertas. Essa situação se reveste de alto risco, uma vez que favorece a perda da documentação, registros contábeis em duplicidade e, ainda, possíveis perdas financeiras.
Recomendação
944.1 - Recomendamos à Sureg/CE que providencie um novo espaço para sua sede, considerando que a atual estrutura física é inadequada, favorecendo situações provisórias que colocam em risco a guarda e conservação de documentos, além da própria segurança do patrimônio da Sureg (recursos humanos e materiais).
Tratamento das Recomendações
<p>de maria.lopes em 06/06/2011 como Pendente Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.</p> <p>de em 04/10/2011 como Pendente Várias gestões já foram levadas a efeito nesse sentido, no entanto, por terem sido apenas amistosamente, esta Superintendência resolveu agir de forma mais contundente e determinou o redimensionamento da área capaz de comportar a Superintendência e todas as gerências, inclusive com estacionamento, e a autuação do processo nº 21204.004073/2011-15 para conduzir os procedimentos com vistas à aquisição, ou mesmo, a locação de um imóvel comercial nesta praça para instalação e funcionamento da sede desta Regional.</p>